



Relatório de Gestão

Biênio 2009/2011



Relatório de Gestão

Biênio 2009/2011

Diretoria ANPR 2009/2011

Presidente

Antonio Carlos Alpino Bigonha

Vice-presidente

Wellington Cabral Saraiva

Diretores

Alexandre Camanho de Assis

João Heliofar de Jesus Vilar

José Taumaturgo da Rocha

Leonardo Augusto Santos Melo

Leonardo Cardoso de Freitas

Nara Soares Dantas

Nilce Cunha Rodrigues

Odin Brandão

Paula Bajer Fernandes Martins da Costa

Wellington Luis de Sousa Bonfim

Conselho fiscal

Titulares

Francisco José Teixeira de Oliveira

Oswaldo Soweck Júnior

Elton Ghersel

Suplentes

Antônio Carneiro Sobrinho

Marcus Vinícius Aguiar Macedo

José Elaeres Teixeira

Delegados por Estado – Biênio 2009/2011

Acre

Titular: Paulo Henrique Ferreira Brito

Suplente: Ricardo Gralha Massia

Alagoas

Titular: Fabio Holanda Albuquerque

Suplente: Mirella de Carvalho Aguiar

Amapá

Titular: Damaris Rossi Baggio de Alencar

Suplente: Rodrigo Costa Azevedo

Amazonas

Titular: Luciana Fernandes Portal Lima Gadelha

Suplente: Carolina Martins Miranda de Oliveira

Bahia

Titular: Danilo Pinheiro Dias

Suplente: Vanessa Cristina Gomes Previtiera Vicente

Ceará

Titular: Ricardo Magalhães de Mendonça

Suplente: Rafael Ribeiro Rayol

Distrito Federal

Titular: Carlos Alberto Carvalho Vilhena Coelho

Suplente: Luciana Marcelino Martins

Espírito Santo

Titular: Luciana Furtado de Moraes

Suplente: Carlos Vinícius Soares Cabeleira

Goiás

Titular: Marcello Santiago Wolff

Suplente: Marcelo Ribeiro de Oliveira

Maranhão

Titular: Juraci Guimarães Júnior

Suplente: José Leite Filho

Minas Gerais

Titular: Thiago Menicucci Franklin de Miranda

Suplente: Isabela de Holanda Cavalcanti

Mato Grosso do Sul

Titular: Pedro Paulo Grubits Gonçalves de Oliveira

Suplente: Silvio Pereira Amorim

Mato Grosso

Titular: Gustavo Nogami

Suplente: Ana Carolina Oliveira Tannus Diniz

Pará

Titular: Alan Rogério Mansur Silva

Suplente: Bruno Araújo Soares Valente

Paraíba

Titular: Rodolfo Alves Silva

Suplente: Yordan Moreira Delgado

Pernambuco

Titular: Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Suplente: Paulo Roberto Olegário de Sousa

Piauí

Titular: Kelston Pinheiro Lages

Suplente: Marco Aurélio Alves Adão

Paraná

Titular: Orlando Martello Junior

Suplente: Alessandro José Fernandes de Oliveira

Rio de Janeiro

Titular: Gustavo Magno Goskes Briggs de Albuquerque

Suplente: Mônica Campos de Ré

Rio Grande do Norte

Titular: Gilberto Barroso de Carvalho Júnior

Suplente: Ronaldo Sérgio Chaves Fernandes

Rondônia

Titular: Reginaldo Pereira da Trindade

Suplente: Ercias Rodrigues de Souza

Roraima

Titular: Laura Gonçalves Tessler

Suplente: Clayton Ricardo de Jesus Santos

Rio Grande do Sul

Titular: Maria Emília Corrêa da Costa

Suplente: Julio Carlos Schwonke de Castro Júnior

Santa Catarina

Titular: Tiago Alzuguir Gutierrez

Suplente: Darlan Airton Dias

Sergipe

Titular: Bruno Freire de Carvalho Calabrich

Suplente: Eduardo Botão Pelella

São Paulo

Titular: José Ricardo Meirelles

Suplente: Elaine Cristina de Sá Proença

Tocantins

Titular: João Gabriel Morais de Queiroz

Suplente: João Felipe Villa do Miu

ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República
Relatório de Gestão – 2009/2011

Elaborado por:

Gestão & Desenvolvimento Empresarial

Fábio Zimmermman – Sócio Diretor

Peter M. Dostler – Sócio Diretor

Equipe do Projeto ANPR

André Augusto Villela de Souza

Daniela Pascual

Fábio Zimmermman

João Henrique Magalhães Lopes

Kellen Sabino Valério

Marcus Flávio Dourado. Lenza

Marcus Vinícius Dourado. Lenza

Peter M. Dostler

Coordenadores

Peter M. Dostler

Marcus Flávio Dourado Lenza

Elaboração e Organização do Relatório de Gestão

Marcus Flávio Dourado Lenza

Coordenação Editorial

Tatielly Diniz

Revisão de Textos

Keila Mariana

**Projeto Gráfico e
Editoração Eletrônica**

Tony Costa





Sumário

1. Planejamento e Gestão	11
1.1. Metodologia de Gestão Estratégica aplicada na ANPR	11
1.2. Revisão Documental	12
1.3. Diagnóstico Estratégico e Entrevista com lideranças	12
1.4. Mapa Estratégico	13
1.5. Referenciais estratégicos	15
1.6. Gerenciamento dos Projetos	20
2. Gestão Administrativa e Operacional	29
2.1. Diagnóstico Organizacional	29
2.2. Estrutura Organizacional	29
2.3. Reorganização das atribuições e das funções	30
2.4. Gerenciamento Operacional	31
2.5. Cultura Organizacional	34
3. Convênios e Benefícios	37
3.1. Reestruturação	37
4. Projeto Interiorização	39
4.1. Aplicação	40
5. Projeto Cinema e a Lei	43
5.1. O Cinema e a Lei no lesb	43
5.2. O Cinema e a Lei atrai mais de 200 estudantes no UniCeub	43
5.3. O Cinema e a Lei no Unieuro	44
5.4. O Cinema e a Lei reúne dezenas de estudantes na Upis	45
6. XXVI ENPR	47
6.1. Introdução	47
6.2. Michel Temer afirma que Ministério Público é o quarto Poder	47
6.3. Constituição e democracia foram destaques no XXVI ENPR	48
6.4. Carta da cidade de Natal/RN	49

Sumário

7. XXVII ENPR – Um novo modelo	51
7.1. Abertura	51
7.2. Atividades esportivas	52
7.3. Comunicação no XXVII	53
7.4. Oficinas Técnicas	53
7.5. Carta da Cidade de Salvador/BA	54
7.6. Pesquisa de satisfação – avaliação	56
8. Direito e Democracia	65
8.1. Parlamentares apoiam iniciativa	65
8.2. Seminários Direito e Democracia	65
8.3. Ciclo de Debates Direito e Gestão	66
8.4. Coleção ANPR de Direito e Democracia	67
8.5. Direito e Democracia nos Estados	68
9. Responsabilidade Sócio e Ambiental	69
9.1. Parceria com a Fundação Pedro Jorge	69
9.2. Responsabilidade Ambiental	69
9.3. Campanhas e mobilizações humanitárias	71
10. Tecnologia da Informação	73
10.1. Sistema A1 b2 – Gerenciamento de demandas e arquivos	73
10.2. Visão geral do sistema	73
10.3. Aplicabilidade do sistema na ANPR	74
10.4. Programa de substituição de equipamentos	75
11. Assessoria Parlamentar	77
11.1. Inventário de participações da ANPR em audiências parlamentares	77
12. Fundo de Assistência Jurídica (FAJ)	83

Sumário

13. Atuação nos Conselhos: CNMP e CSMPF	85
<hr/>	
14. Agenda Parlamentar e Eventos Marcantes	87
<hr/>	
14.1. ANPR e Parlamento: a construção de uma agenda comum	87
14.2. O Prêmio Innovare	88
15. Comunicação Social	91
<hr/>	
15.1. A nova revista ANPR.....	91
15.2. Informativo ANPR	91
15.3. <i>Clipping</i>	91



I. Planejamento e Gestão

No segundo semestre de 2009, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) deu um grande passo ao elaborar seu Planejamento Estratégico. O documento mostra os caminhos a serem percorridos para se alcançar o crescimento da associação, transformando as iniciativas em benefícios para seus associados. É por essas e outras razões que a ANPR tem se empenhado em desenvolver ações que transformem boa vontade, conhecimento e trabalho em iniciativas de sucesso que beneficiem seus associados.

A nova forma gerencial foca a atuação estratégica, enfatizando, em vez do controle de processos, os resultados a serem obtidos e o comprometimento da organização como um todo, com as suas estratégias e a satisfação dos seus públicos de interesse.

A ANPR, buscando alinhar-se às mais modernas técnicas de gestão, optou pela implantação de uma metodologia capaz, ao mesmo tempo, de estabelecer uma estratégia de ação e traduzi-la em resultados mensuráveis, que possibilitarão gerir a sua implementação.

I.1 Metodologia de Gestão Estratégica aplicada na ANPR

A metodologia escolhida para a gestão da estratégia da ANPR está baseada nos conceitos do *Balanced Scorecard* (BSC), desenvolvido pelos professores Robert Kaplan e David Norton, da Harvard Business School, que pode ser resumido na seguinte equação: Resultado = Definição da Estratégia + avaliação da Estratégia + Gestão da Estratégia.

A estratégia da associação foi desenhada a partir de sua Missão, estabelecida de forma conjunta e consensual por seus líderes. Além disso, foi preciso estabelecer, em horizonte de tempo preestabelecido, aonde a ANPR pretendia chegar, isto é, estabeleceu-se sua Visão de Futuro.

A partir das necessidades e dos interesses da classe dos Procuradores da República – mapeados por meio de entrevistas com lideranças –, da Missão, da Visão de Futuro da ANPR e dos valores institucionais, foi elaborado o Mapa Estratégico, composto por um conjunto de Objetivos Estratégicos que traduzem a estratégia da associação para atingir sua Visão de Futuro e pelos Indicadores de Desempenho e Metas associadas aos Objetivos Estratégicos.

A consecução desses objetivos é realizada por meio de um conjunto de Projetos estratégicos, que não substitui as atividades rotineiras, mas garante que a ANPR cresça, em qualidade, no aprimoramento de seus trabalhos e se transforme em uma associação mais eficiente e com maior qualidade na prestação dos serviços providos aos seus associados.

A figura ilustrada a seguir, mostra, de forma clara, cada etapa de execução da metodologia escolhida.



1.2 Revisão Documental

A revisão documental foi realizada com o objetivo de analisar todos os documentos existentes relativos ao planejamento e à gestão da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Foram analisados documentos que auxiliaram o entendimento de peculiaridades internas e externas, da Cultura Organizacional, do Modelo de Gestão utilizado, do perfil das lideranças e dos funcionários, do *status quo* em que se encontrava a associação. Com base nessas diretrizes, foram analisados:

- Estatuto;
- Site, Portal de Internet da ANPR;
- Relatórios de atividades de anos anteriores;
- Relatórios de Gestão;
- Publicações;
- Pensamentos e opiniões Internas;
- Sistema de implementação de Projetos;
- Entre outros.

Após a Revisão Documental mencionada acima, a ANPR obteve conhecimento mais apurado e necessário para dar continuidade à elaboração do Planejamento Estratégico.

1.3 Diagnóstico Estratégico e Entrevistas com lideranças

O diagnóstico estratégico procurou responder à pergunta básica “qual a real situação da ANPR quanto aos seus aspectos internos e externos?”, verificando o que a associação tem de bom, de regular ou de ruim no que diz respeito a seu desempenho. Foram verificadas várias informações e todos os aspectos inerentes à realidade externa e interna da ANPR.

Sempre de forma participativa, envolvendo os gestores e os funcionários, foi traçado um diagnóstico estratégico, a partir de uma avaliação criteriosa do ambiente interno e do ambiente externo da associação.

Visando a aprimorar as projeções do diagnóstico e para entender melhor as necessidades dos associados e partes interessadas, também foram realizadas entrevistas com lideranças internas e externas à associação. Essas entrevistas com as principais lideranças da ANPR foram parte importante da metodologia utilizada para estruturar a gestão estratégica. O público-alvo de entrevistados foi: presidente, vice-presidente, diretoria, subprocuradores, procuradores, associados ativos e aposentados, totalizando 26 entrevistas.

O objetivo principal dos resultados das entrevistas foi o de coletar informações para subsidiar a construção do Mapa Estratégico e do Planejamento Estratégico da ANPR por meio do painel de desempenho ou *Balanced Scorecard*.

Para a realização das entrevistas, foi elaborada uma agenda dimensionada. A metodologia para realização das entrevistas se deu da seguinte forma:

1. Elaboração do Questionário de acordo com as informações analisadas e revisadas – revisão documental, reuniões com lideranças, percepções por parte da consultoria.
2. Agendamento das entrevistas com as respectivas lideranças e partes interessadas.
3. Realização das entrevistas com as lideranças e partes interessadas.
4. Tabulação das entrevistas realizadas.
5. *Análise das entrevistas estruturadas e tabuladas.*

É importante salientar que as entrevistas realizadas são de caráter sigiloso e somente foram disponibilizadas para consultas à tabulação delas.

1.4 Mapa Estratégico

O mapa é uma ferramenta simples e eficaz, que traduz de forma visual os objetivos estratégicos que são considerados pela alta administração da Associação. Materializa a visão e a estratégia que a organização vai adotar para transformar essa visão em realidade, norteada pela missão e pelos valores.

Por meio de uma figura que ocupa um único ambiente visual (por isso é chamada de mapa), agruparam-se os objetivos estratégicos em perspectivas fundamentais apresentadas de forma lógica e estruturada.

O mapa estratégico da ANPR foi construído após um processo de debates intensos, com ampla participação de todas as lideranças e gestores. Sua maior virtude foi a de proporcionar o alinhamento entre os diversos objetivos estratégicos, traduzindo de forma visual e direta a estratégia adotada pela ANPR para os próximos anos.

A tradução da estratégia por meio desse mapa criou um referencial comum de fácil compreensão para todos, proporcionando a clara percepção de como as atividades de cada um estão ligadas aos objetivos gerais da Associação e possibilitando, desse modo, o trabalho coordenado e colaborativo em prol das metas traçadas. Para a construção do Mapa Estratégico, foram utilizados os seguintes insumos:

- Realização de *Workshop* de Planejamento;
- Preparação da metodologia;
- Revisão documental de todo o material existente referente à gestão da ANPR;
- Reuniões com gestores;
- Realização de Entrevistas Estratégicas;
- Compilação e sistematização de todas as entrevistas realizadas;
- Reuniões com a Presidência e a Diretora Executiva.

Além disso, para alcançar a Visão de Futuro e cumprir a Missão, foram identificados quatro direcionadores que nortearam a construção do Mapa Estratégico da ANPR.

Direcionadores para a construção do Mapa da ANPR:



Componentes do Mapa Estratégico

Perspectivas

O Mapa traduz a missão e a estratégia em objetivos e iniciativas, organizados segundo diferentes perspectivas. São “pontos de vista” referentes ao negócio, os quais representam os fatores-chave para uma visão ampliada da Associação.

Cada perspectiva engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata o que a Associação pretende alcançar mediante o “olhar” de cada público de interesse como: sociedade, associados, processos internos, governança e pessoas, assim como os principais desafios a serem enfrentados para o alcance da visão e o cumprimento da missão institucional. As perspectivas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da Associação e contam a história da estratégia de uma forma clara e de fácil compreensão. Para a construção do mapa estratégico da ANPR, foram elencadas cinco perspectivas, são elas:

Perspectiva de Cumprimento da Missão/Alcance da Visão – apresenta o balanço da gestão do ponto de vista de efetividade da ação. Ou seja, como a ANPR justifica sua existência e apresenta resultados para as partes interessadas.

Perspectiva de Público-Alvo – A perspectiva de público-alvo responde à seguinte pergunta: “para fortalecer e conhecer melhor nossos associados, encantá-los e saber o que eles esperam da associação, como devemos servi-los?”. Essa perspectiva também visa a contribuir para o fortalecimento da imagem dos Procuradores da República e da ANPR perante a sociedade civil e com os Poderes Públicos, além de assegurar a interlocução adequada com a PGR.

Perspectiva de Governança – A perspectiva de Governança soluciona a seguinte pergunta: “para fortalecer os associados, a classe de procuradores e a liderança da ANPR, como os nossos associados e colaboradores devem aprender, comunicar e trabalhar juntos?”. Visa também a aprimorar o relacionamento com as partes interessadas, bem como comprometer a Diretoria e incluir o Colégio de Delegados nas atividades da associação.

Perspectiva dos Processos Internos – identifica os processos e os projetos críticos nos quais a ANPR deve ter desempenho interno “excelente”, por meio do aperfeiçoamento dos processos de trabalho, do aprimoramento da defesa de seus associados, do fortalecimento da comunicação com os públicos-alvo, do aperfeiçoamento do relacionamento interinstitucional, da ampliação da oferta de serviços e de informações, visando ao fortalecimento institucional.

Perspectiva de Pessoas – essa perspectiva responde à seguinte pergunta: “para termos processos excelentes, como nosso pessoal deve aprender, comunicar e trabalhar juntos?”. Detalha os desafios para colaboradores e gestão. Proporciona a infraestrutura que habilita e capacita a ANPR para executar a estratégia e atingir os objetivos definidos nas outras perspectivas.

Contempla, ainda, a habilidade em inovar, melhorar, aprender, adaptar e crescer para atender às constantes mudanças no cenário atual. Para tanto, valoriza os seguintes aspectos:

- Motivação, autonomia e alinhamento;
- Capacitação, conhecimento e assessoria parlamentar e jurídica;
- Gestão, relacionamento e comunicação;
- Sistemas de informação.

Temas Estratégicos – direcionadores

Os temas estratégicos ou direcionadores estratégicos são agrupamentos de objetivos relacionados a um mesmo assunto ou com relações de causa-e-efeito muito fortes. São os pilares da estratégia, pois, em regra, contemplam uma série de objetivos com suas relações de causa-e-efeito, que formam uma hipótese estratégica. Em última instância, eles refletem a visão da alta administração sobre o que deve ser feito internamente para se alcançar a visão de futuro. No mapa estratégico da ANPR, estão contemplados temas estratégicos na perspectiva de Processos Internos, são eles:

Perspectiva de Processos Internos – Fortalecimento Institucional e Transparência.

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pela ANPR para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. Constituem elo entre as diretrizes da Associação e seu referencial estratégico. Traduzem, consideradas as demandas e as expectativas de suas partes interessadas, os desafios a serem enfrentados pela Associação para os próximos anos. Foram elaborados 15 objetivos estratégicos para a ANPR, que, de forma balanceada, estão distribuídos nas quatro perspectivas do mapa estratégico.

1.5 Referenciais estratégicos

Missão

A missão da organização exerce a função orientadora e delimitadora da ação organizacional dentro de um período de tempo, normalmente longo, em que ficam comprometidos valores, crenças, expectativas e recursos.

A missão da ANPR, ou seja, sua razão de ser associação é a seguinte:

**“Fortalecer a classe dos Procuradores da República
como instrumento de promoção da cidadania.”**

Visão de Futuro

A visão é conceituada como os limites que os gestores da organização conseguem enxergar dentro de um período de tempo mais longo e uma abordagem mais ampla e proporciona o grande delineamento do planejamento estratégico a ser desenvolvido e implementado.

A visão de futuro da ANPR representa o que a associação quer ser.

**“Ter o respeito e a confiança da classe e da sociedade
para o aprimoramento do Ministério Público.”**

Valores Institucionais

Para alcançarmos a nossa Missão, nós afirmamos os nossos valores, que são uma declaração de nossas crenças e princípios fundamentais que caracterizam nossa cultura interna de trabalho.

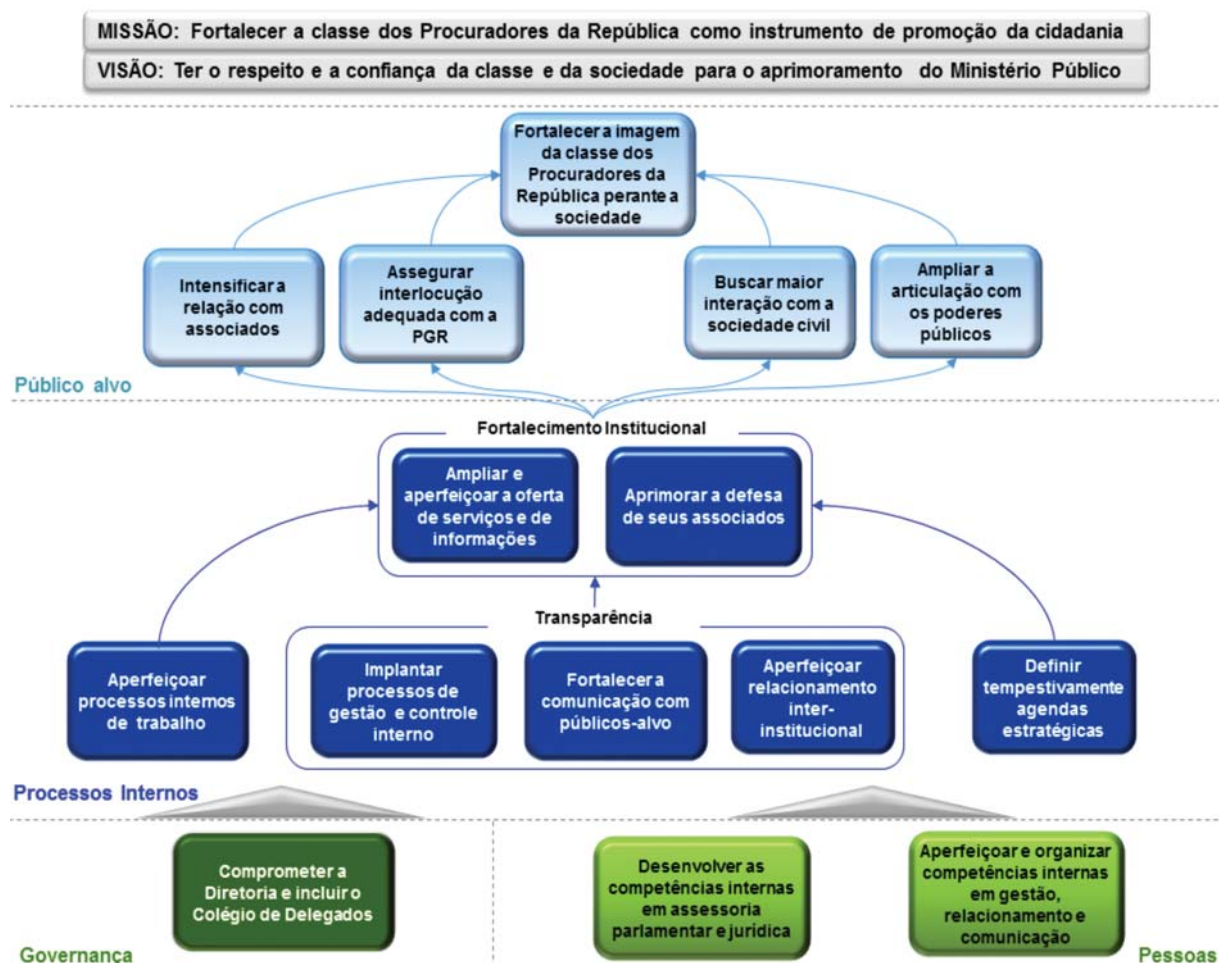
Foram Identificados valores que personificam quem somos – quem sempre fomos – e em que acreditamos.

Nossos valores refletem o caráter duradouro da ANPR, de seus gestores e funcionários e são ancorados nos valores da Associação e em seu projeto Institucional.

Baseado nesses conceitos, a ANPR definiu, assim, seus valores Institucionais:

- *Independência*
- *Transparência*
- *Credibilidade*
- *Representatividade*
- *Liderança*
- *Efetividade*

Mapa Estratégico



A metodologia adotada durante todo o processo levou em consideração o trabalho realizado em equipe, tendo como resultado a construção do conhecimento pelos diversos atores no processo. Com isso, obtém-se um trabalho de construção coletiva, o que valida os resultados ora apresentados.

O mapa estratégico foi construído e divulgado a todas as partes interessadas da ANPR. Cumprida essa etapa, foram estabelecidos os demais instrumentos gerenciais que integram o chamado Painel Estratégico: os objetivos estratégicos apresentados no mapa, indicadores quantitativos para monitorar se tais objetivos estão sendo atingidos ou não.

Valores específicos para estes indicadores quantitativos também foram definidos (metas). As metas representam os níveis de desempenho requeridos para o alcance de um objetivo estratégico, servindo como vínculo entre cada objetivo estratégico e os gestores e funcionários da associação.

Para que as metas estratégicas sejam atingidas, com obtenção dos resultados esperados pela associação, as equipes dos setores da ANPR estão executando ações e projetos estratégicos. As ações estão contempladas nos processos de rotina de cada setor. Os projetos representam um esforço adicional, além dos processos rotineiros.

Painel Estratégico

Objetivo estratégico	Indicador	Descrição do Indicador	Metas
Fortalecer a imagem da classe dos Procuradores da República perante a sociedade.	1. Avaliação da imagem dos Procuradores da República – sociedade.	Mede a percepção da sociedade quanto às atividades dos Procuradores da República, ou seja, corresponde à relação entre o total de valores atribuídos aos traços positivos e o total de valores atribuídos aos traços negativos da imagem dos Procuradores da República.	Aumentar em 30% a imagem positiva dos PR até março de 2011.
Intensificar a relação com associados.	2. Avaliação da imagem da ANPR – associados	Mede a percepção dos associados quanto ao trabalho desenvolvido pela ANPR. Em outras palavras, corresponde a relação entre o total de valores atribuídos aos traços positivos e o total de valores atribuídos aos traços negativos da imagem da ANPR junto a seus associados.	Aumentar de 51% para 60% (+20%) a imagem positiva dos PR até março de 2011.
Assegurar interlocução adequada com a PGR.	3. Número de ações realizadas pela ANPR relacionadas a PGR.	Contabiliza as ações realizadas pela ANPR, demandadas ou espontâneas, relacionadas a PGR.	Aumentar em 20% até março de 2011.
	4. Número de reuniões realizadas entre a ANPR e o PGR.	Registra os encontros formais realizados com o PGR e a Presidência ou a Diretoria da ANPR.	Aumentar para 8 o número de reuniões realizadas entre a ANPR e o PGR até março de 2011.
Buscar maior interlocução com a sociedade civil.	5. Taxa conhecimento da ANPR – veículos de comunicação.	Mede o grau de conhecimento dos principais veículos de comunicação sobre a ANPR.	Atingir 100% até março de 2011.
Ampliar a articulação com os poderes públicos.	6. Avaliação da imagem da ANPR – poderes públicos.	Mede a percepção dos poderes executivo e legislativo quanto ao trabalho desenvolvido pela ANPR.	Aumentar em 30% a imagem positiva da ANPR até março de 2011.
Ampliar e aperfeiçoar a oferta de serviços e de informações.	7. Número de novos benefícios gerados aos associados	Contabiliza a quantidade de benefícios e novos serviços gerados aos associados. É expresso pela soma dos benefícios e serviço organizados nas seguintes categorias: automóveis; saúde; cultura; lazer; previdência e comércio.	Aumentar em 100% até março de 2011.
Aprimorar a defesa de seus associados.	8. Número de ações realizadas de interesse da classe.	Mede a quantidade de intervenções, iniciativas e medidas realizadas durante um determinado período em	Aumentar em 100% até março de 2011.

Objetivo estratégico	Indicador	Descrição do Indicador	Metas
		benefício da classe ou de seus associados.	
	9. Taxa de sucesso das ações realizadas de interesse da classe.	Expressa o nível sucesso atingido nas ações de interesse da classe. Ou seja, corresponde a relação entre o número de ações realizadas que obtiveram sucesso e o total de ações realizadas de interesse da classe.	Superar 50% até março de 2011.
Aperfeiçoar processos internos de trabalho.	10. Taxa de processos mapeados.	Mede o nível de padronização dos procedimentos de trabalho da ANPR. Corresponde a relação entre o número de processo mapeados e o número total de processos/atividades existentes.	Atingir 100% até dezembro de 2010.
Implantar processos de gestão e controle interno.	11. Índice de atendimento às demandas.	Mede a capacidade da ANPR em atender as demandas. Constitui-se na relação entre o número de demandas atendidas e o número total de demandas recebidas por cada setor da ANPR e organizadas por canal (e-mail, protocolo, telefone ou pela Rede Membro).	Atingir 100% até março de 2011.
	12. Índice de satisfação dos demandantes.	Mede a percepção de qualidade dos demandantes quanto ao atendimento de suas necessidades. Corresponde a relação entre o número de demandas atendidas que tiveram seu demandante satisfeito e o número total de demandas atendidas. Esse indicador, assim como no caso anterior, deve ser composto pelas taxas de satisfação	Atingir 70% até março de 2011.
		dos demandantes organizadas por setor da ANPR.	
Fortalecer comunicação com públicos-alvo.	13. Índice de satisfação com a comunicação da ANPR.	Mede a percepção de qualidade da informação passada pela ANPR focalizando os públicos: associados, parlamentares operadores do direito, sociedade e imprensa. É expresso pela média das taxas de satisfação com a comunicação para cada um de seu público-alvo.	Atingir 80% até março de 2011.
Aperfeiçoar relacionamento interinstitucional	14. Número de acordos firmados.	Mede a formalização dos acordos realizados pela ANPR, ou seja, corresponde ao somatório dos termos de cooperação e convênios firmados para um determinado período.	Aumentar em 10% até março de 2011.

Objetivo estratégico	Indicador	Descrição do Indicador	Metas
	15. Número de participação da anpr em eventos com outras entidades.	É expresso pelo somatório de encontros e reuniões de outras entidades que tiveram a participação da ANPR (Presidência ou Diretoria). Esse número deve estratificar eventos nas seguintes tipologias: entidades de classe; magistratura do Ministério Público; e demais entidades.	Aumentar em 50% até março de 2011.
	16. Número de participação da ANPR em audiências no Parlamento.	Contabiliza o nível de participação da ANPR em decisões no parlamento. É expresso pelo somatório de participações da ANPR em audiências no parlamento num determinado período.	Aumentar em 100% até março de 2011.
Definir tempestivamente agendas estratégicas.	17. Taxa de cumprimento das atividades da agenda estratégica da ANPR.	Mede o nível de cumprimento dos assuntos estratégicos pela ANPR. Ou seja, é expresso pela relação entre o número atividades da agenda estratégica executada e o número total de atividades da agenda.	Atingir 90% até março de 2011.
Comprometer a diretoria e incluir o Colégio de Delegados.	18. Número de reuniões da diretoria.	Mede o nível de atividade da diretoria durante o ano. Corresponde ao somatório do número de encontros formais da Diretoria da ANPR.	Atingir 12 reuniões até dezembro de 2010.
	19. Taxa de cumprimento de demandas da anpr pela diretoria.	Expressa a capacidade da Diretoria de realizar suas atividades, ou seja, é dado pela relação entre o número de atividades executadas dentro do prazo e o número total de atividades.	Atingir 100% até dezembro de 2010.
	20. Número de reuniões com delegados.	Mede o nível de atividade do Colégio de Delegados durante o ano. Corresponde ao somatório do número de encontros formais com Delegados.	Atingir 29 reuniões com delegados até dezembro de 2010.
Desenvolver as competências internas em assessoria parlamentar e jurídica.	21. Taxa de atendimento ao perfil de competências em assessoria parlamentar e jurídica.	Expressa o nível de correlação entre o funcionário e as competências que ele deve atender. É dado pela relação entre o número de funcionários que atendem ao perfil/competência e o número total de funcionários.	Atingir 100% até dezembro de 2010.
Aperfeiçoar e organizar competências internas em gestão, relacionamento e comunicação.	22. Taxa de atendimento ao perfil de competências em gestão, relacionamento e comunicação	Expressa o nível de correlação entre o funcionário e as competências que ele deve atender. É dado pela relação entre o número de funcionários que atendem ao perfil/competência e o número total de funcionários.	Atingir 100% até dezembro de 2010.

Projetos Estratégicos

O Projeto de gerenciamento dos projetos estratégicos surgiu com intuito de padronizar a estrutura organizacional, as atribuições de cada funcionário, bem como os processos e as rotinas da associação, contribuindo com a mudança do modelo de gestão, visando a promover a eficiência e a qualificação nos serviços prestados, oferecendo o melhor serviço a seus associados.

Ao contrário de processo, projetos são ações com início, meio e fim. A gestão por projetos é uma das atividades críticas em todo o ciclo dinâmico que caracteriza a gestão estratégica. A operacionalização da estratégia viabiliza-se por meio da execução de projetos, além da implementação dos processos de rotina que têm maior impacto no alcance dos objetivos estratégicos.

Os projetos estratégicos da ANPR foram constituídos após realização de diversas reuniões de trabalho, com ampla participação dos funcionários e gestores. O principal objetivo da gestão por projetos é de literalmente subsidiar a implementação de toda a estratégia definida pela associação.

A estruturação das atividades de gerenciamento de projetos segue demonstrada na figura abaixo.

Estrutura de Gerenciamento de Projetos

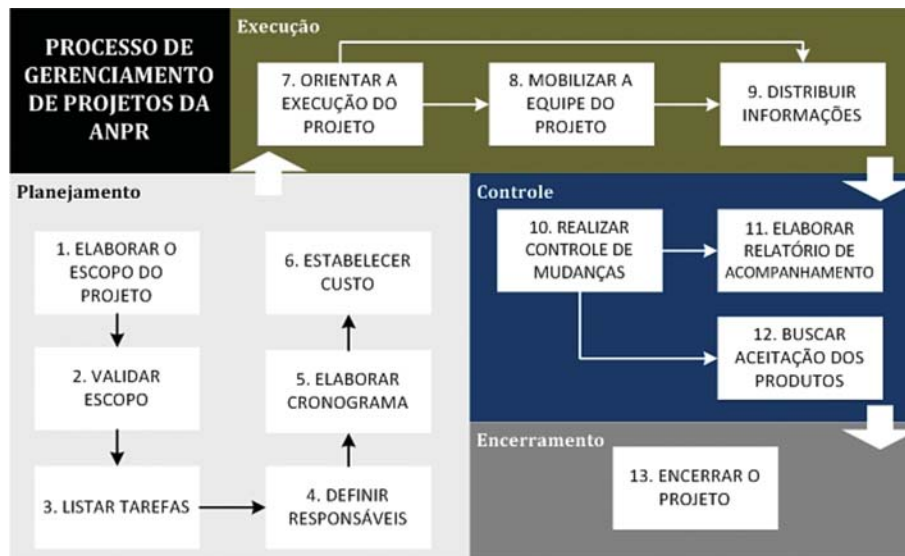


1.6 Gerenciamento dos Projetos

Metodologia Utilizada

A metodologia utilizada para a elaboração da Metodologia de Gerenciamento de Projetos da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) foi distribuída em etapas, conforme ilustrado da figura a seguir:

Processos da MGP -ANPR



Padronização dos documentos dos projetos

Para organizar o gerenciamento de projetos na ANPR, foi elaborado um conjunto de formulários contendo as informações necessárias para a devida documentação dos projetos.

Formulários elaborados:

- Detalhamento de Escopo
- Cronograma Executivo
- Solicitação de Alteração
- Relatório de Desempenho
- Relatório de Avaliação

O formulário de Detalhamento de Escopo possui a seguinte estrutura:

1. Informações iniciais: título do Projeto; coordenador; líder, elaborado por, data de elaboração e versão.
2. Informações Técnicas: justificativa do projeto, objetivo, produto principal e alinhamento estratégico.
3. Estrutura Analítica do Projeto – EAP: título do projeto, etapa e entrega.
4. Escopo das entregas: Entregas do projeto e detalhe da entrega.

O formulário de Cronograma Executivo contempla uma tabela com os seguintes itens abaixo. Foi utilizado o *software OpenProj* para registro das informações.

- Entregas
- Início
- Término
- Pessoal
- Equipamentos
- Materiais

- Diagrama de Barras

O formulário de Solicitação de Alteração possui a seguinte estrutura:

- Título do projeto
- Solicitante da alteração
- Data da solicitação
- Produto afetado
- Alteração sugerida
- Parecer sobre alteração

O formulário de Relatório de Desempenho contempla uma tabela com os seguintes itens abaixo.

- EAP com andamento do projeto
- Desempenho dos produtos
 - ID
 - Produto
 - Status
 - Realizações
 - Encaminhamentos

O formulário de Relatório de Avaliação possui a seguinte estrutura:

1. Apresentação do projeto
 - a. Informações: título do Projeto; coordenador; líder, elaborado por, data de elaboração, versão.
 - b. Estrutura analítica do projeto: versão final.
 - c. Avaliação dos produtos: produtos (entregas), análise, comentário final.
2. Avaliação dos resultados do projeto
3. Destaques do projeto
4. Principais aprendizados
 - a. Aspectos gerenciais do projeto
 - b. Aspectos técnicos do projeto
 - c. Outros aprendizados

Após análise junto aos líderes dos projetos estratégicos da ANPR, verificou-se a necessidade de revisão, ajustes e reformulação nos projetos. Assim, as estruturas analíticas dos projetos foram atualizadas conforme apresentado nos itens abaixo.

Reestruturação Organizacional

O Projeto de Reestruturação Organizacional preocupa-se com todos os processos de trabalho da associação, com a organização dos funcionários, ou seja, com os cargos e funções. Para realizar o projeto de Reestruturação Organizacional, foi necessária uma profunda análise de todos os processos e rotinas, visando a detectar falhas de processamento, como: morosidade; desperdício de mão de obra; erros; dificuldade de controle.

Foi elaborado um manual de processos com cada cargo detalhando: funções, responsabilidades, rotinas de trabalho, grau de hierarquia e finalmente o nome do cargo. A reestruturação organizacional foi importante para a associação, pois por meio dela tornou-se possível determinar claramente qual é a função de cada funcionário e como cada funcionário a executa, possibilitando efetivo crescimento na eficiência e eficácia dos trabalhos realizados. Com o trabalho dos assessores jurídico e parlamentar, a defesa dos direitos e interesses de seus associados está cada vez mais efetiva.

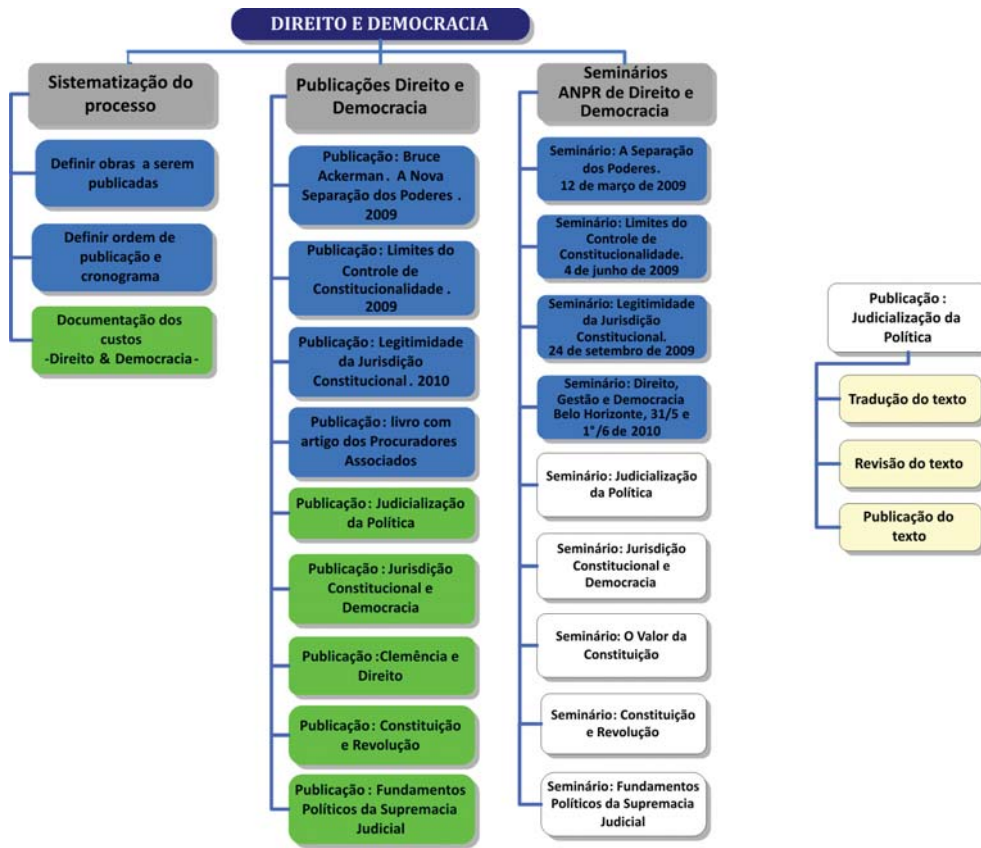


 Não Iniciada
 Alerta
 Atrasada
 Iniciada
 Finalizada
 Data de atualização : 10/03/2011

Direito e Democracia

O Projeto *Direito e Democracia* tem o propósito de discutir as nuances da atual relação entre Direito e Política, a nova separação dos Poderes e a relação entre processo deliberativo e processo judicial. Além disso, pretende-se debater a legitimidade da jurisdição constitucional, o esvaziamento da democracia e do Legislativo, suscitando reflexões sobre a estrutura do Estado brasileiro, sobre a legitimidade da ordem jurídica e sua atual relação com a democracia.

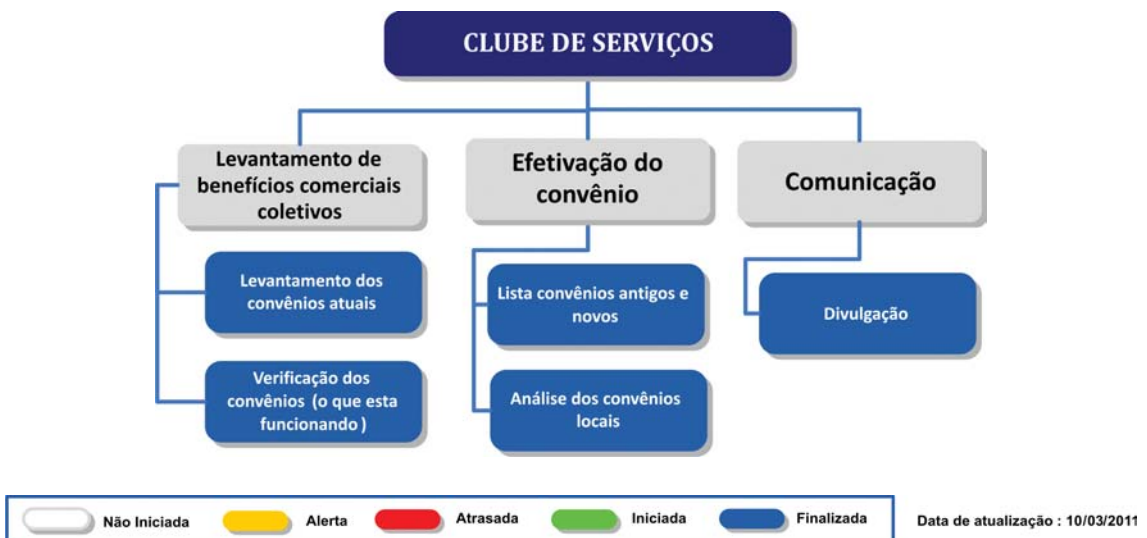
O Projeto desenvolveu ações muito importantes na promoção do direito e da democracia. Podemos observar vários resultados, tais como: a criação da coletânea de livros direito e democracia, a ampla discussão e debates do tema em seminários com participação efetiva de parlamentares, bem como a disseminação do projeto em várias regiões do Brasil por meio de visitas presenciais.



Não Iniciada
 Alerta
 Atrasada
 Iniciada
 Finalizada
 Data de atualização : 10/03/2011

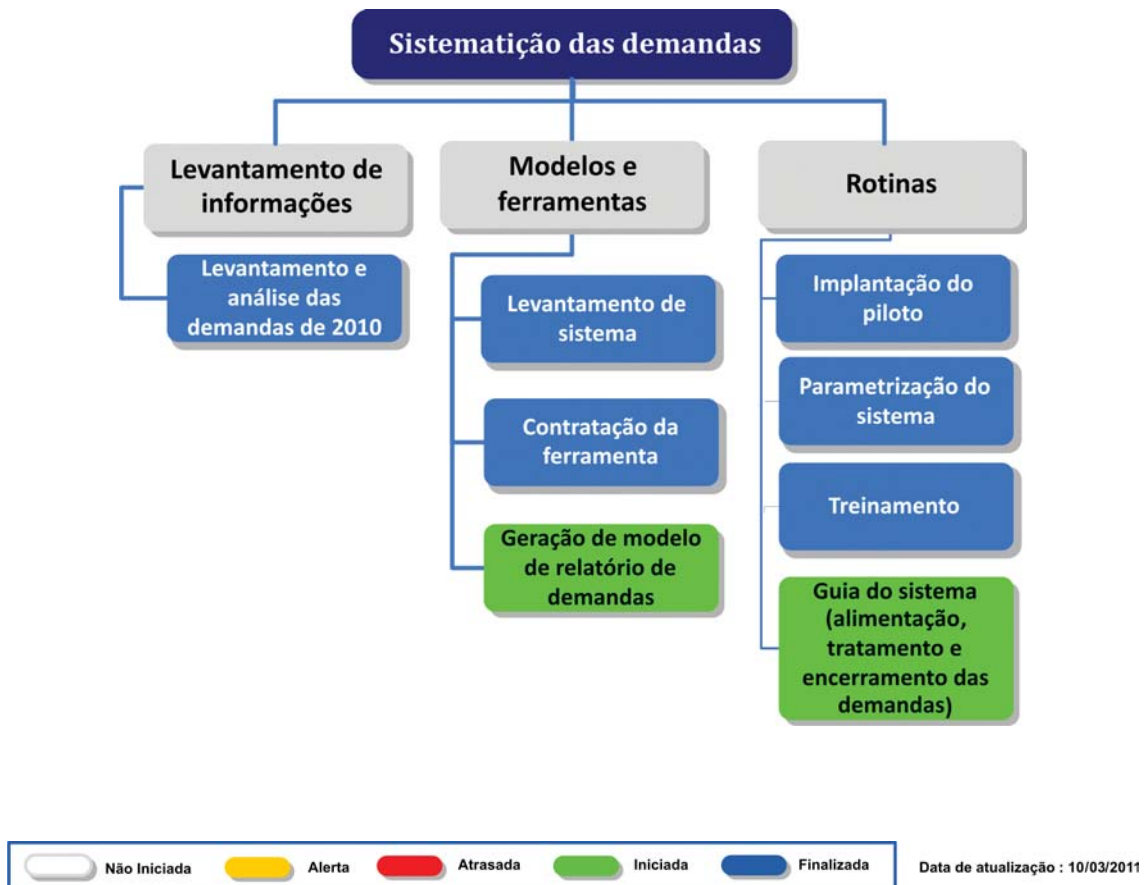
Clube de Serviços ANPR

O Projeto *Clube de Serviços* tem como objetivo criar uma agenda conjunta com as entidades que representam as funções essenciais à Justiça. Visa à atuação conjunta das entidades nos temas convergentes, de forma a melhorar o relacionamento, diminuir a competição e estimular a coordenação entre as entidades. Com esse projeto, pretende-se atingir os seguintes objetivos estratégicos: aperfeiçoar o relacionamento interinstitucional, ampliar e aperfeiçoar a oferta de serviços e de informações.



Sistematização das Demandas

Como seu próprio nome já diz, o *Projeto de Sistematização das demandas* tem o objetivo de promover a eficiência e a eficácia no atendimento das demandas oriundas dos associados da ANPR. O Projeto é todo baseado na plataforma do sistema AIB2, que auxilia a associação no atendimento a seus associados, permitindo o cadastro e o acompanhamento da resolução das demandas realizadas.



O *Projeto de Sistematização das demandas* trouxe como resultados para a associação maior agilidade na resolução de demandas de seus associados, a organização adequada de documentos utilizados, a descentralização de responsabilidades, a garantia de continuidade dos trabalhos executados, bem como o controle e o monitoramento da execução do atendimento das necessidades dos associados. O Projeto também proporciona o gerenciamento de informações, permitindo a tomada de decisão de forma racional.

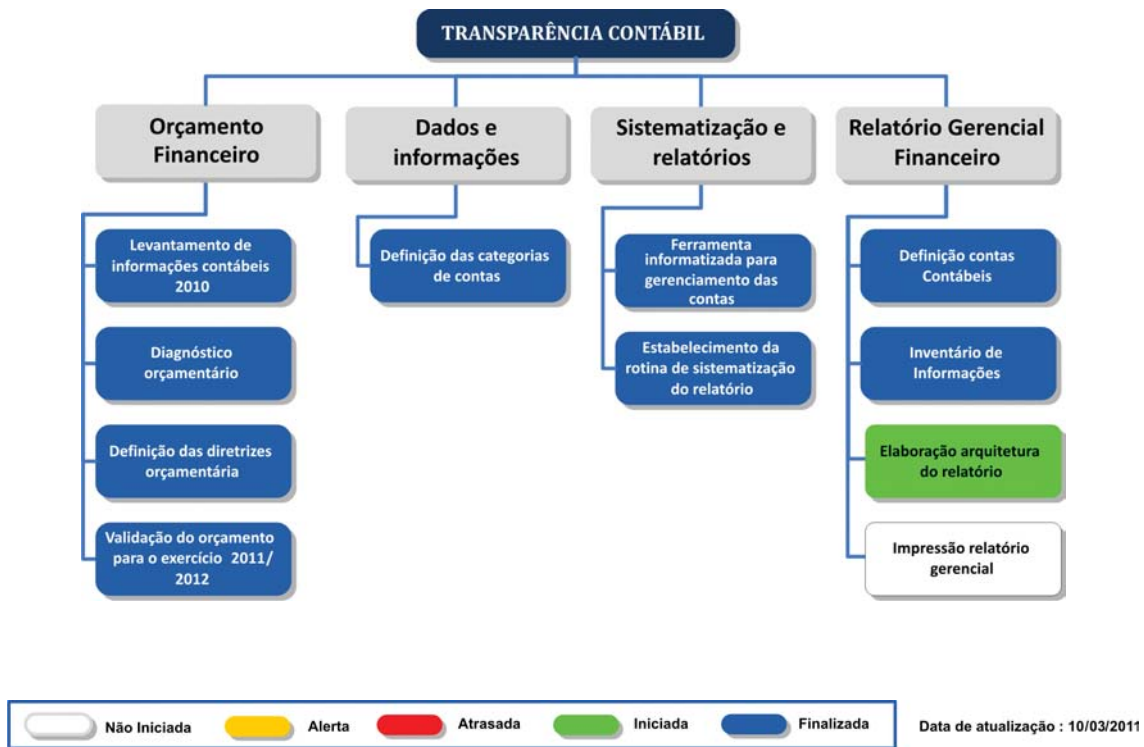
Transparência Contábil

O *Projeto Transparência Contábil* tem como principal objetivo a necessidade de total transparência aos associados, dando conhecimento a ele, sobre todas as atividades financeiras desenvolvidas pela ANPR e respectiva prestação de contas, de modo a legitimar a consignação associativa.

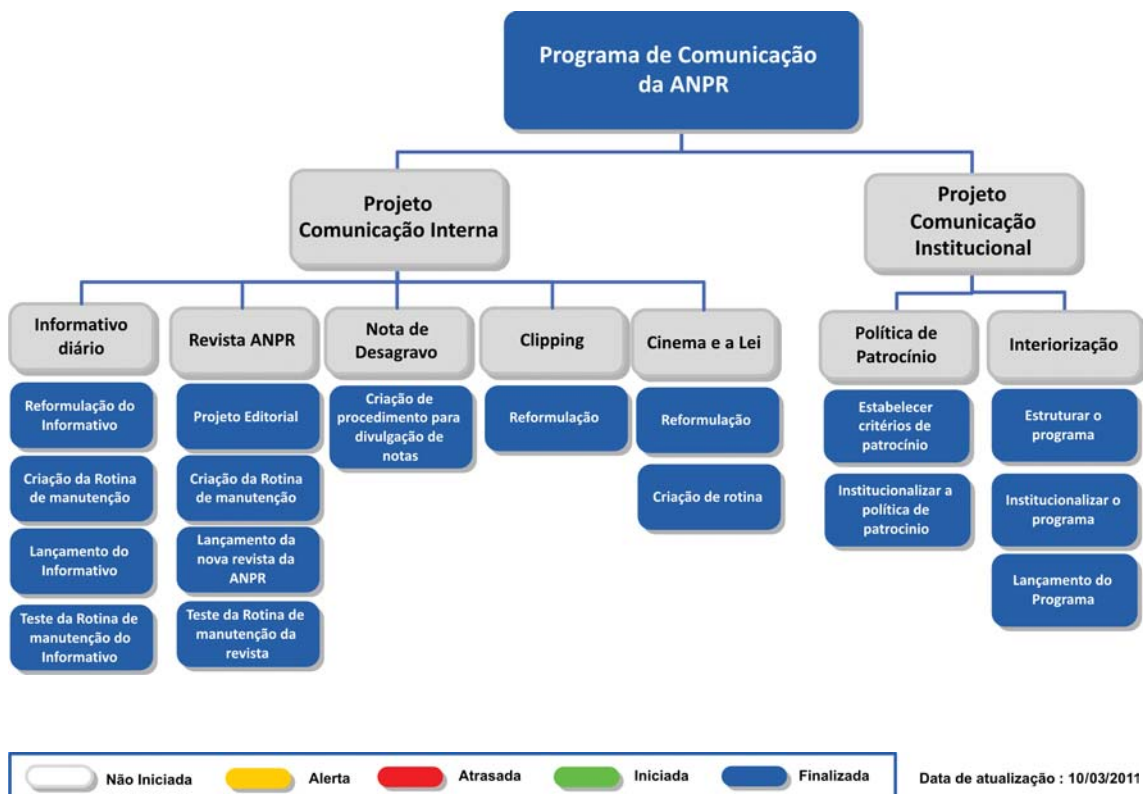
Objetiva também, dotar a Presidência, o Diretor Financeiro, o Conselho Fiscal e o Colégio de Delegados de informações contábeis e gerenciais atualizadas, proporcionando segurança e agilidade no processo decisório de aplicação dos recursos da Associação.

O *Projeto transparência contábil* proporciona resultados importantíssimos para a ANPR e para seus associados. Com a execução desse projeto, a ANPR tem hoje todas as informações financeiras e contábeis necessárias para auxiliar seus diretores e gestores na tomada de decisões. O projeto também é inovador, pois, pela primeira vez na

história da associação, foi elaborado um Orçamento Financeiro, documento essencial para o estabelecimento de prioridades e avaliação da consecução de seus objetivos e projetos de futuro.

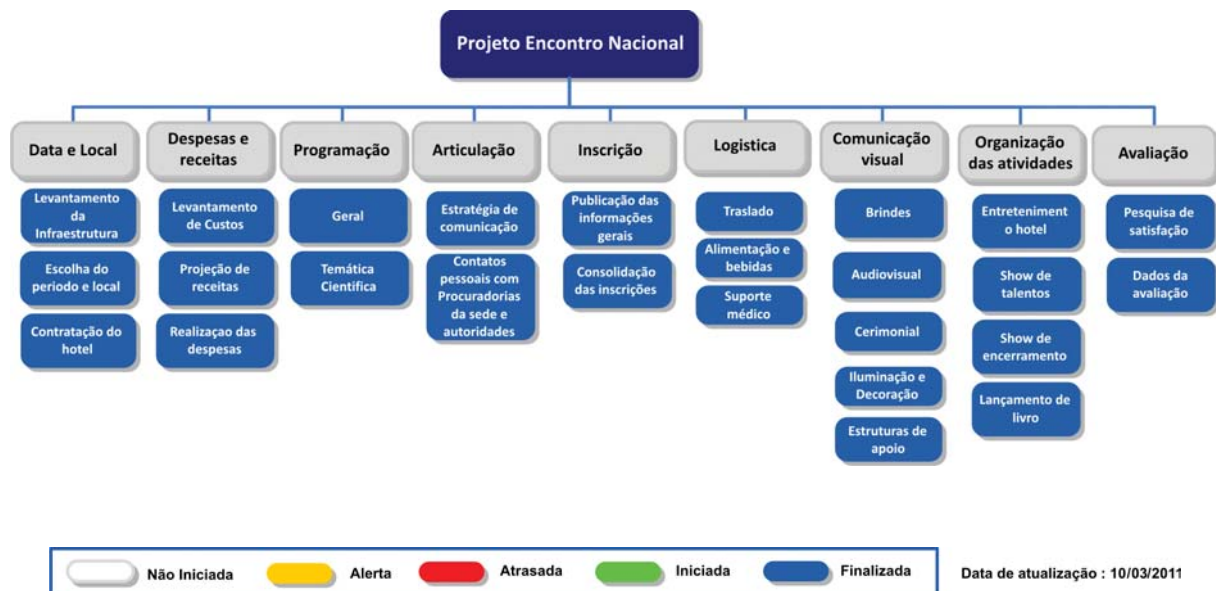


Programa de Comunicação



Encontro Nacional

O Projeto Encontro Nacional teve como principal objetivo a organização planejada e adequada para o XXVII ENPR 2010. Cada etapa desse projeto foi pensada e executada visando à prestação de serviços de qualidade a seus associados. Foi observado cada detalhe e necessidade para que o XXVII ENPR fosse um sucesso.



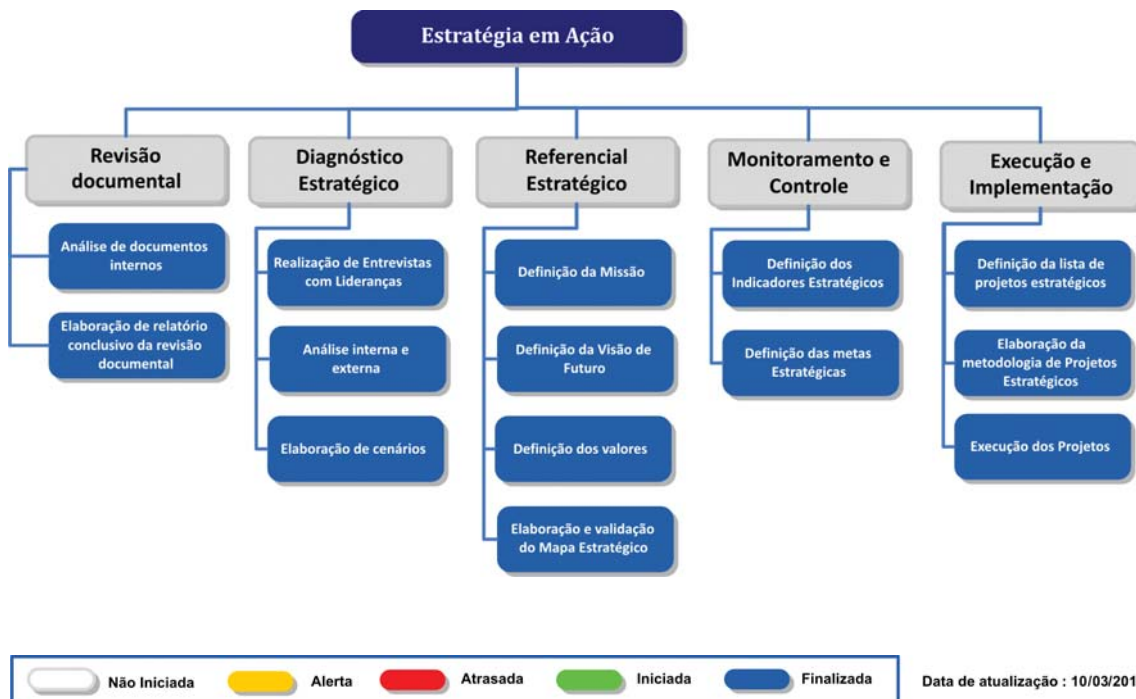
Um dos destaques do XXVII ENPR foi a realização das oficinas técnicas, nas quais os participantes puderam debater de forma ampla e aprofundada os temas Transparência, Independência Funcional, Mecanismos de controle interno e externo do Ministério Público, Relacionamento com as instituições do Estado brasileiro e Crescimento do Ministério Público Federal. As conclusões dos cinco grupos temáticos foram levadas à Plenária, onde foi elaborada a Carta de Salvador. No documento, constam todas as conclusões dos colegas que participaram das oficinas temáticas. Os membros do Ministério Público Federal tornaram públicos, para imprensa e sociedade, os aspectos importantes nos cinco temas abordados durante o evento. Foram definidas metas a serem alcançadas para que os procuradores da República pudessem ter maior transparência de atuação sem que isso prejudicasse a independência funcional. O uso de mecanismos interno externos de controle foi um dos pontos mais debatidos. O relacionamento com outras instituições tais como os três Poderes da República também foi lembrado, sem esquecer do essencial, o crescimento da Instituição.

Estratégia em Ação

O Projeto Estratégia em ação objetivou a implementação da gestão estratégica na associação. Para tanto, nesse projeto, elaborou-se o Planejamento Estratégico 2009-2014 da ANPR. O documento mostra os caminhos a serem percorridos para alcançar o crescimento da associação, transformando as iniciativas em benefícios para todos os procuradores da República, associados à ANPR.

O Projeto Estratégia em ação promoveu maior visibilidade para associação e também o conhecimento de fato de sua situação atual. O projeto mostra os caminhos a serem percorridos para se alcançar o crescimento da ANPR, transformando as iniciativas em benefícios para seus associados.

Como principal resultado desse projeto, podemos destacar a elaboração do Mapa Estratégico da associação, baseado na metodologia *Balanced Scorecard*, ferramenta muito eficiente no auxílio da implementação da estratégia em uma organização.



Pode-se dizer, também, que a ANPR foi a percussora do debate do tema no âmbito do Ministério Público, contribuindo para o aperfeiçoamento e a capacitação da instituição. Depois disso, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio de seu presidente, Roberto Monteiro Gurgel, lançou a Estratégia Nacional do Ministério Público, com o objetivo de modernizar a gestão dos quatro ramos do MP em nível nacional.

2. Gestão Administrativa e Operacional

2.1 Diagnóstico Organizacional

O diagnóstico organizacional auxilia os gestores em seu processo decisório e minimiza os riscos. Ele permite compreender a organização por meio da análise das seguintes dimensões: estratégia, estrutura organizacional, tecnologia da informação, processos, recursos humanos, econômico-financeiro, informações gerenciais e infraestrutura. A partir do exame dessas oito variáveis, foi possível identificar pontos críticos e oportunidades de melhoria.

A análise de cada uma dessas dimensões proporcionou um conjunto de informações que retrata o contexto em que a associação está inserida. As questões são: como estão organizados os principais processos; quanto a tecnologia da informação está facilitando as operações; como estão agrupadas e lideradas as pessoas que colaboram com a associação, quais são as perspectivas de longo prazo, como é a sistemática de informações gerenciais, seus conteúdos, seus públicos e grau de efetividade; quais aspectos de infraestrutura que não estão condizentes com a cultura e o perfil da associação e como poderiam ser otimizados.

Essas informações deveriam ser constantemente analisadas pelos gestores da associação, entretanto, surgem novas demandas a cada instante que são priorizadas em detrimento desse olhar para o interior da associação, razão pela qual, esse processo foi compartilhado com uma empresa especializada, que com a imparcialidade que lhe coube, elaborou o diagnóstico de maneira independente, com metodologia e transferiu todo o conhecimento para que esse processo fosse incorporado ao conceito de melhoria contínua.

No processo de execução do diagnóstico organizacional da ANPR, foi possível detectar e analisar minuciosamente os problemas e as falhas que impedem que os objetivos estratégicos traçados pela liderança sejam alcançados.

A partir desse diagnóstico, foram elaboradas ações com o objetivo de eliminar as dificuldades presentes nas áreas distintas da associação, otimizando dessa forma todos os procedimentos de trabalho na ANPR. No diagnóstico, a cooperação de todos os setores que fazem parte do processo sistêmico foi de suma importância para a execução do planejamento estratégico da associação. De acordo com os resultados do diagnóstico, foram feitos ajustes ou mudanças na estrutura da associação com o objetivo de adaptá-la à realidade atual na qual está inserida.

2.2 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional está relacionada ao arranjo dos elementos constitutivos de uma organização e deve atender a três funções básicas:

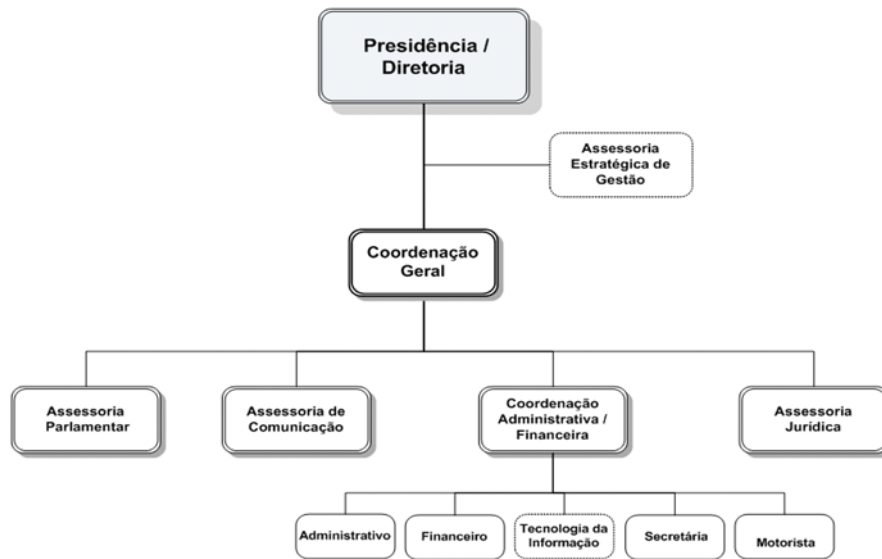
I. Tencionar a realização de produtos e atingir metas organizacionais.

I. Destina-se a minimizar ou pelo menos regulamentar a influência das variações individuais sobre a organização, conformando os indivíduos às exigências da organização e não o inverso.

II. A estrutura representa o contexto em que o poder é exercido, em que as decisões são tomadas e onde as atividades são executadas.

A base da estruturação organizacional está na definição do organograma da organização. O organograma é um instrumento normativo de competência dos Diretores e Gerentes, por estes elaborados, destinados a representar graficamente a estrutura da organização, demonstrando os setores componentes, as vinculações e/ou relações de interdependência entre os setores, a comunicação entre os setores e a via hierárquica da organização.

É importante ressaltar que, pela sua inexistência, foi necessário elaborar e validar o organograma da ANPR, conforme apresentado a seguir:

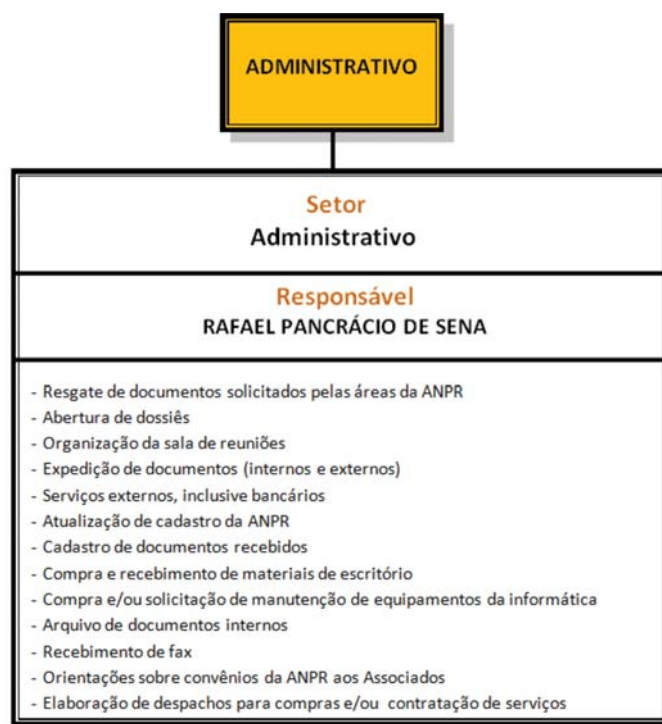


2.3 Reorganização das atribuições e das funções

A estrutura organizacional deve definir, ainda, como as tarefas de trabalho são formalmente divididas, agrupadas e coordenadas. Para tanto, usou-se a ferramenta chamada Funcionograma.

O Funcionograma é um gráfico de organização, de uso restrito aos respectivos órgãos adotantes, tendo como finalidade principal o detalhamento das atividades que compõem uma função, da qual se originou um órgão no organograma. Ele é uma extensão do organograma tradicional, descrito anteriormente. Efetua uma fotografia ampliada dos trabalhos desenvolvidos por uma área.

A elaboração dos funcionogramas decorreu da definição do organograma, ou seja, ele é composto pelo cargo de cada funcionário e pelas atribuições que cada funcionário detém sob sua responsabilidade. Abaixo um exemplo de funcionograma elaborado para a ANPR.

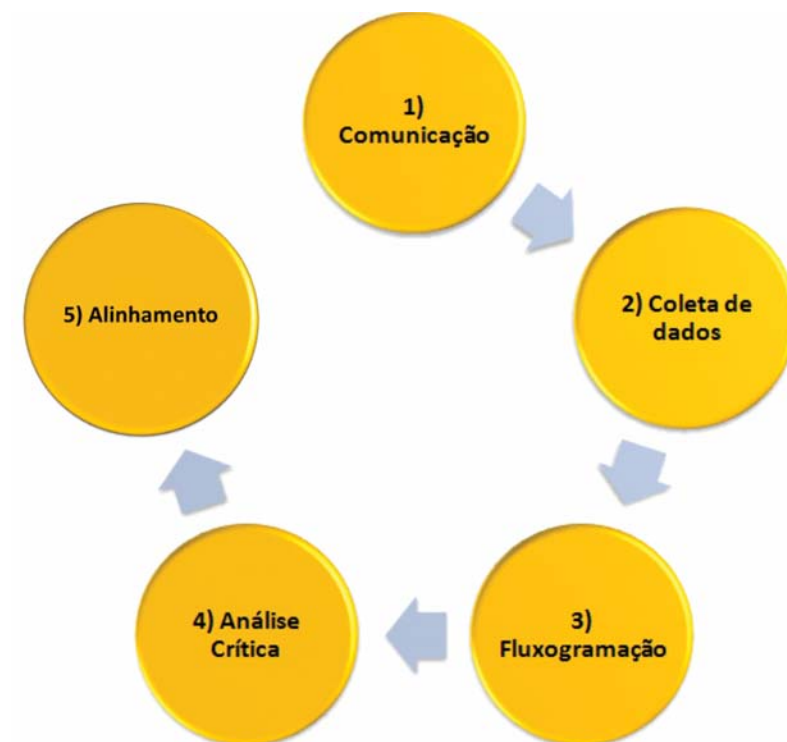


O objetivo da elaboração dos funcionogramas foi de tornar a estrutura organizacional mais clara para todos, tanto no que se diz respeito à relação de hierarquia, bem como na distribuição adequada e equânime das atribuições de cada funcionário da ANPR, evitando, assim, ociosidades e sobrecarga de trabalho.

2.4 Gerenciamento Operacional

Mapeamento de Processos Administrativos

A metodologia utilizada para a elaboração do Manual de Processos Administrativos da ANPR foi distribuída em cinco etapas, conforme ilustrado da figura a seguir:



Comunicação: Foi comunicado a todos os funcionários da ANPR a realização dos trabalhos e seus objetivos.

Coleta de dados: as informações foram fornecidas pelos próprios executores dos trabalhos, mediante a realização de 11 entrevistas.

Fluxogramação: após a coleta de dados, foi elaborado o fluxograma de cada rotina, bem como a digitação em programa específico.

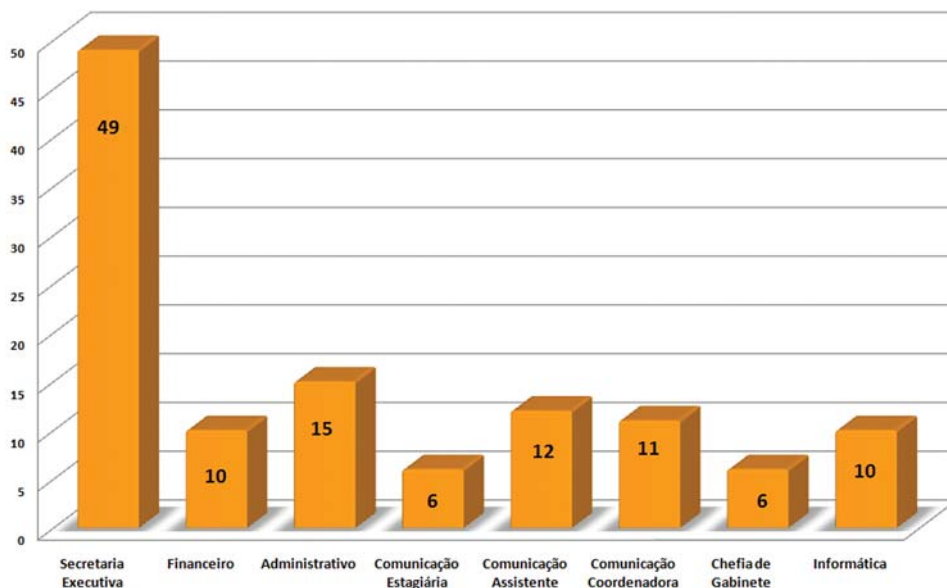
Análise Crítica: o analista deve partir do processo geral e descer progressivamente ao exame minucioso das diversas etapas. Nessa etapa, serão observados os seguintes fatores: utilidade do processo, eficiência do processo, retrabalhos e “gargalos”, operacionalidade.

Alinhamento: A excelência do desempenho e do sucesso da associação necessitava que todas as atividades inter-relacionadas fossem compreendidas e gerenciadas segundo uma visão de processos.

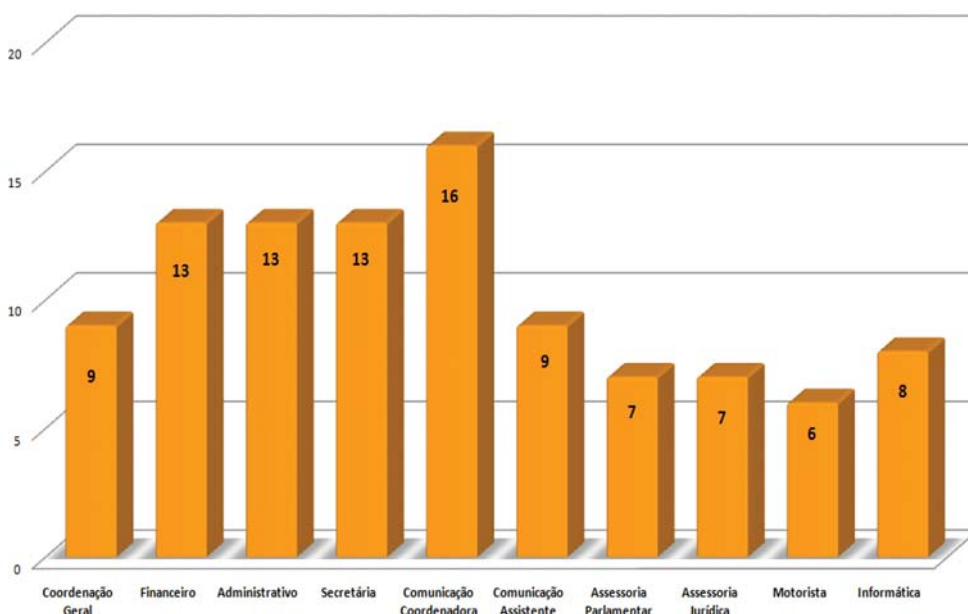
Assim, de acordo com as alterações nos processos de trabalho e também pela criação de novos processos, foi necessário realizar o redesenho e o alinhamento dos processos internos com o objetivo de gerar mais eficiência na prestação dos serviços e alcançar a consecução da estratégia da associação.

Ao todo foram mapeados 119 processos, distribuídos conforme o gráfico abaixo:

Número de Processos Mapeados



Visão dos Processos após mudanças na estrutura organizacional



Fluxogramação

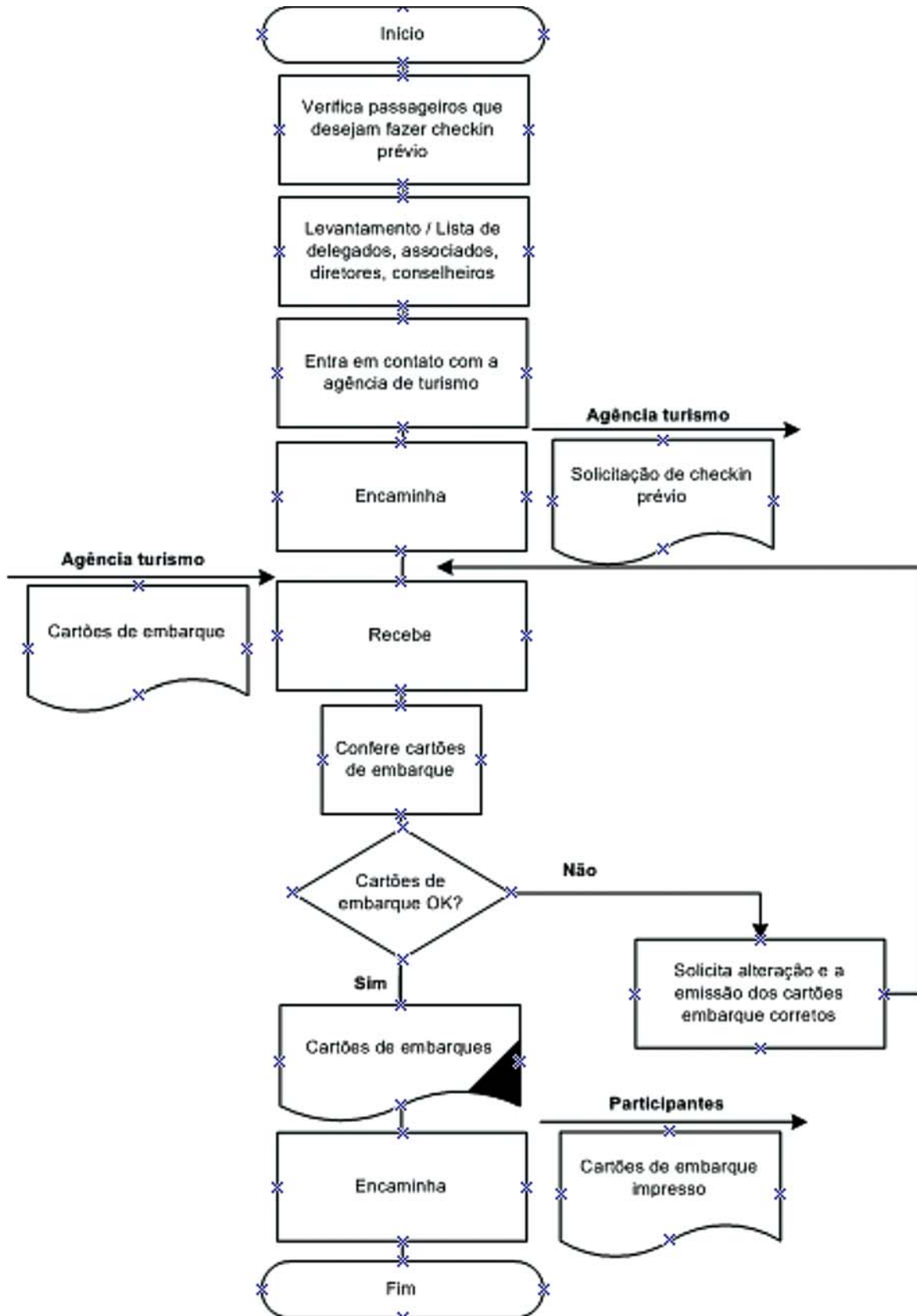
Após as entrevistas, foram elaborados os fluxogramas para cada processo listado. O fluxograma é um gráfico universal, utilizado para trabalhos de análise administrativa, o qual representa o fluxo ou a sequência normal de qualquer trabalho, produto ou documento.

A elaboração de fluxogramas é uma ferramenta fundamental para entender o funcionamento interno e os relacionamentos entre processos organizacionais, com a função básica de documentar para que se possa, assim, identificar as áreas que precisam ser aperfeiçoadas. Para essa documentação, todos os fluxogramas foram digitados em programa específico. A seguir, um exemplo de fluxograma elaborado para a ANPR:

Manual de Processos Administrativos

Setor: Secretaria

Rotina: *Check in* de vôos



Harmogramas

Instrumento Normativo de competência dos ocupantes de cargos de chefia, elaborados por suas equipes e destinados a padronizar atividades críticas de um procedimento, isto é, como se executa, passo a passo, determinado trabalho, de tal maneira que cada um tenha condições de assumir as responsabilidades pelo resultado de seu trabalho. Foram elaborados harmogramas para todos os processos mapeados da ANPR, conforme exemplo a seguir.

Manual de Processos Administrativos – Harmogramas

Setor: Secretaria

Rotina: Emissão de passagens aéreas

1. Início
2. Recebe diversas solicitações de passagens com data e itinerário
3. Pesquisa sites de companhia aéreas passagens de acordo com o solicitado (Análise das melhores tarifas e melhores vôos. Sendo vôo pré definido não é necessário a pesquisa
4. Encaminha ao Solicitante opções de vôos, horários e companhias aéreas (Reserva de hotel e traslado quando necessário - vide rotina específica
5. Aguarda decisão do solicitante perante as opções de vôos
6. Recebe do Solicitante vôo definido via e-mail ou telefone (Dependendo do valor da passagem escolhida pelo solicitante é levado para a autorização da Presidência)
7. Entra em contato com a agência de turismo e solicita a reserva do vôo conforme escolha do solicitante
8. Recebe da Agência de Turismo reserva de passagem
9. Confere reserva (Valores, Data, Horário, Vôo)
10. Caso as reservas não estejam ok
 - 10.1. Solicita para a agência de turismo correção de reserva
11. Autoriza a emissão do e-ticket - Bilhete
12. Recebe da Agência de Turismo e-ticket - Bilhete-Passagem
13. Encaminha ao solicitante passagem emitida e voucher do hotel quando necessário (Havendo necessidade de remarcação é solicitado à agência de turismo)
14. Recebe da Agência de Turismo fatura para pagamento da passagem
15. Processo de pagamento da Fatura da agência de turismo (vide rotina específica)
16. Fim

2.5 Cultura Organizacional

Refere-se a um sistema de significados partilhados, mantido por seus membros, que distingue a organização de outras organizações. Esse sistema de significados é, em um exame mais detalhado, um conjunto de características-chave que a organização valoriza.

Existem sete características básicas que, agregadas, apreendem a essência da cultura de uma organização.

Durante a execução do projeto de consultoria, executou-se o levantamento dos indicadores culturais descritos na tabela abaixo, o que possibilitou a representação da cultura da ANPR nos últimos 2 anos, demonstrada na tabela e nos gráficos a seguir:

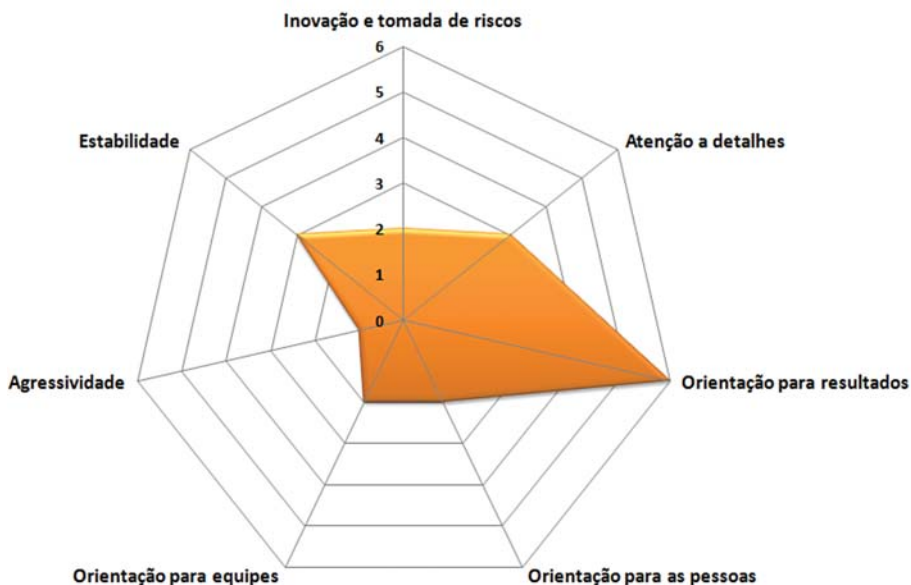
Indicadores de Cultura Organizacional da ANPR

	Indicadores	Nota jan 2010	Nota abr 2011
01	Inovação e tomada de riscos (Autonomia) Grau em que os funcionários são estimulados a serem inovadores e assumir riscos.	2	3
02	Atenção a detalhes (Detalhismo) Grau em que se espera que os funcionários demonstrem precisão, análise e atenção a detalhes.	3	5
03	Orientação para resultados (Ausência de métodos e processos) Grau em que a administração concentra-se em resultados ou produção mais do que nas técnicas e processos usados para atingir esses resultados.	6	2
04	Orientação para as pessoas Grau em que as decisões da administração levam em consideração o efeito de resultados nas pessoas dentro da organização.	2	4
05	Orientação para equipes Grau em que as atividades estão organizadas mais em torno de equipes do que em torno de indivíduos.	2	4
06	Agressividade O grau em que as pessoas são agressivas e competitivas mais do que sociáveis.	1	0
07	Estabilidade (Resistência a mudanças) Grau em que as atividades organizacionais dão ênfase à manutenção do <i>status quo</i> em comparação com o conhecimento.	3	2

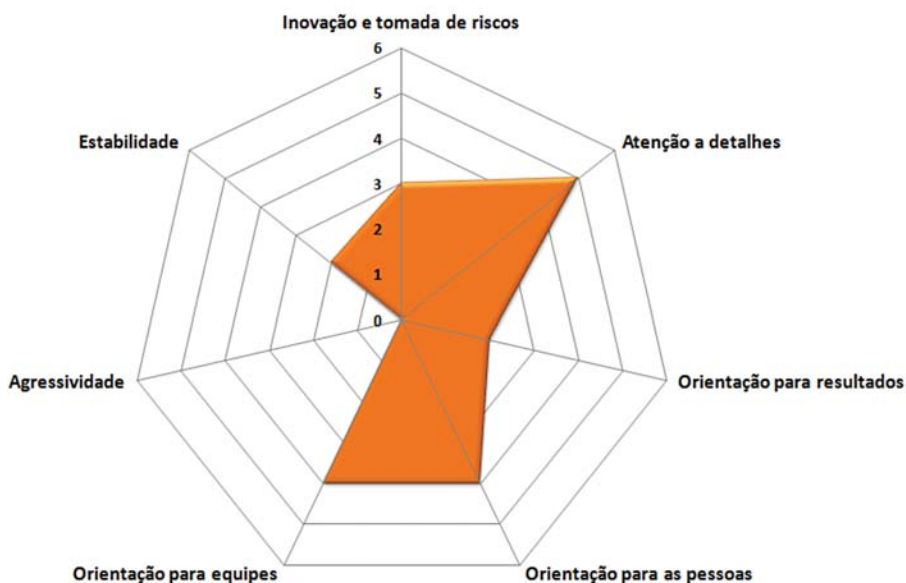
Legenda:

0	Nulo	1	Muito Baixo	2	Baixo	3	Moderado	4	Alto	5	Muito Alto	6	Altíssimo
---	------	---	-------------	---	-------	---	----------	---	------	---	------------	---	-----------

Representativo da Cultura Organizacional da ANPR Jan./2010



Representativo da Cultura Organizacional da ANPR Abr./2011



Após análise dos gráficos, percebe-se uma melhoria significativa na cultura organizacional da ANPR, sabemos que mudar a cultura de uma organização não é uma tarefa fácil e tampouco rápida, mas, com algumas mudanças implementadas na estrutura organizacional, bem como o mapeamento dos processos da associação, isso foi possível.

3. Convênios e Benefícios

3.1 Reestruturação

Com o objetivo de aprimorar os serviços e os benefícios prestados a seus associados, a ANPR preocupou-se em readequar sua estrutura de Convênios. Para essa atividade, foi elaborado um plano de ação de execução da reestruturação dos convênios da ANPR, tendo atividades com data de início e fim, responsáveis por cada atividade e o local de execução de cada atividade.

A execução desse plano de ação iniciou-se com a redefinição das rotinas internas de trabalho; logo após, foi necessário inventariar os convênios da ANPR. Nesse inventário, foi levantado o total de convênios firmados, quais os tipos de benefícios ofertados aos associados por cada convênio e o grau de utilização de cada convênio, assim produzindo o Diagnóstico da Situação.

Para a implantação da reestruturação proposta, partimos deste diagnóstico e fomos cumprindo passo a passo cada etapa, iniciando pela elaboração do Fluxograma com a descrição das rotinas administrativas a serem seguidas para cumprimento de todos os procedimentos inerentes à celebração de Convênios. Assim, após a elaboração do Fluxo, tivemos a dimensão da área e da abrangência dessa atividade como um todo, bem como suas implicações e ramificações em nível externo.

Após esse inventário, notou-se a necessidade de se excluir alguns convênios, os quais de fato não ofereciam mais benefícios a seus associados, para isso, foi necessário realizar um levantamento de novos potenciais convênios para compor a lista de convênios da ANPR.

Após essa readequação, abaixo os novos convênios da ANPR com a descrição dos serviços e dos benefícios ofertados:

Coomperj	Os associados da ANPR lotados no Rio de Janeiro podem utilizar programas de poupança, empréstimo e prestação de serviços próprios de cooperativa de crédito.
Casual Free Turismo	Venda de pacotes, nas mesmas condições ofertadas nos sites e lojas CVC, tanto à vista, quanto parcelado, acrescidos de desconto de 5%.
Honda	Os automóveis são faturados observando a tabela de preços vigente para “frotistas”. Para utilizar o convênio, o associado deverá comprovar seu vínculo associativo em uma das concessionárias Honda.
Sony	Desconto de até 13% sobre os produtos oferecidos no endereço eletrônico e parcelamento em até 10 vezes de valores pagos mediante cartão de crédito.
American Express	Isenção da taxa de adesão, desconto de 90% no valor da anuidade (correspondendo hoje a R\$ 15,00, divididos em duas parcelas), seguro de acidentes durante viagens e serviço de atendimento exclusivo.
Universidade Lusíada	Convênio de intercâmbio científico com diversas atividades conjuntas, no Brasil e nos campos da instituição, em Lisboa e no Porto, em Portugal. Intercâmbio de professores e procuradores da República para ministrar aulas e participar de projetos de pesquisa. Realização de seminários, colóquios, congressos e jornadas jurídicas sobre temas de interesse comum. Produção de publicações.

Localiza	A empresa oferece desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) em suas agências próprias ou franquizadas, desde que sejam previamente aprovados pela empresa.
Avis	O convênio permite o aluguel de automóveis dentro e fora do País, com descontos de 10 a 20%. A empresa está presente em mais de 160 países e tem mais de mil lojas espalhadas em diversos aeroportos.
Sol Meliá	Descontos de 10% a 40% em toda a rede de hotéis Sol Meliá – Meliá Brasília, Meliá Trip 21 e Meliá convention – em Brasília (DF).
Sul América	ANPR Invest, uma grande oportunidade para investimento, garantia de aposentadoria plena e aplicação de excelentes resultados. A ANPR firmou convênio com a Sul América Seguros e Previdência para oferecer aos associados condições diferenciadas das operadas pelo mercado. Também está conveniada com a Sul América Seguros – seguro-saúde diferenciado a todos os associados da ANPR.
Porcão	Os associados ANPR fazem parte da relação de clientes especiais do Grupo Porcão que dá direito a 10% de desconto aos colegas e acompanhantes nos rodízios dos seguintes restaurantes da rede: Porcão Rio's, localizado em Ipanema, Barra, Ilha(RJ), Niterói(RJ), Recife(PE), Salvador(BA) e Brasília(DF). O desconto é não cumulativo, válido de segunda a sábado e estende-se ao self-service do Porcão Copacabana.
Fogo de Chão	Com o acordo, os associados terão direito a descontos de 10%, do valor do rodízio no almoço e de 15% no jantar, de segunda a domingo, no restaurante localizado em Brasília. A iniciativa integra a parceria da ANPR com a Frente Associativa, na qual a associação é filiada juntamente com outros membros do Ministério Público.
Walmart	Oferece aos associados da entidade descontos na compra de qualquer produto do site. Na categoria livros, a redução é de 15%; nas categorias de beleza e saúde, Dvds e Blu-Rays, utilidades domésticas e games, a redução é de 10%. Nas compras acima de R\$ 600,00, o associado ganha uma Chopeira de Brinde. Nos demais produtos, o desconto é de 5%.

4. Projeto Interiorização



Comunicação Interna compreende todas as atividades e ações desenvolvidas pela entidade para estabelecer interlocução e posicionar-se sistematicamente com seu público interno. No caso da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), seus associados. O diálogo ético e transparente com seu público interno cria e sustenta referências sobre atuação da entidade, de modo a contribuir para o fortalecimento da marca e a consolidação da sua imagem e reputação. Além de seus associados, os assuntos tratados pela Comunicação Interna podem, facilmente, despertar interesse de outros públicos, em âmbitos local, regional, nacional e até mesmo internacional.

Não só no contexto da ANPR, mas no mundo empresarial como um todo, fica cada vez mais evidente a importância de estabelecer esse relacionamento de forma sistemática, ética e responsável. Em vigilância sobre o cumprimento das leis e mantendo interações dinâmicas com seus parceiros. Isso visa à constante melhoria das condições sociais e políticas do país.

Definir diretrizes e procedimentos para a consolidação de um projeto que atenda às características citadas acima é condição primeira. A aproximação com o público interno é fundamental para a ANPR, se considerarmos a interferência desse público nas intervenções e iniciativas que são essenciais para a associação.

Com base nas informações acima, faz-se necessário o desenvolvimento de uma ferramenta de comunicação que propicie a aproximação entre a diretoria, os delegados e os associados. Para tanto, a Comunicação Interna propõe o Programa Interiorização.

O Programa Interiorização tem como principal objetivo fortalecer a reputação da ANPR, por meio da criação de referências e informações sobre atuação da associação junto ao público interno. Contribuir para o alcance dos objetivos e minimizar as interferências externas negativas na condução de sua atuação.

O programa objetiva ainda a sistematização do relacionamento institucional com o público interno, desenvolvendo programa de gestão específico e acompanhamento permanente dos aspectos que impactam a associação, bem como a definição das estratégias de atuação para a solução de problemas junto ao Público Interno.

Nos encontros, são debatidos, por exemplo, assuntos institucionais como a resistência à aprovação do Conselho Nacional de Polícia, o regime de férias de 60 dias, a revisão dos subsídios da classe, o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e a realização do próximo concurso público para procurador da República.

Todos os encontros e os debates são coordenados pelo presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, que conta com o apoio de diretores e delegados da entidade. Bigonha sempre defendeu a democratização das ações da Associação e o amplo debate dos temas de interesse da classe.

O programa Interiorização ANPR foi a maneira que a entidade encontrou de promover uma gestão participativa, por meio da qual cada associado possa se manifestar, a fim de direcionar a Associação para rumos que beneficiem a todos os procuradores da República.

“O programa Interiorização ANPR permite que a diretoria da entidade vá ao encontro do associado e debata oralmente os problemas da categoria. Ou seja, de um lado temos a prestação de contas por parte da Associação, do outro lado, o *feedback*. Mas tudo isso na oralidade, que é inerente à articulação política”, destaca Bigonha.

4.1 Aplicação

O Programa propôs a realização de visitas sistematizadas do presidente da ANPR aos estados, como uma forma de aproximação com os delegados e os associados. Ou seja, planejada em todos os aspectos que uma aproximação requer: agendamento de data; envio de convite aos participantes; organização do evento; análise dos temas de interesse de cada localidade; análise dos pontos fortes e fracos da localidade; posicionamento dos principais participantes; identificação de “telhados de vidro” e convocação da imprensa, nos locais de interesse.

Como forma de potencializar o Programa de Interiorização e, ao mesmo tempo, garantir que ele fosse cumprido – ou seja, que não fosse interrompido por falta de agenda ou de recursos, por exemplo –, a sugestão foi a de que os encontros fossem realizados mensalmente e regionalmente. Para a escolha das localidades, foram considerados aqueles que possuem Procuradoria da República e Procuradoria Regional.

Encontro de Belo Horizonte

O Programa Interiorização ANPR foi lançado com sucesso em Belo Horizonte. Na oportunidade, os participantes deram suas sugestões para a melhoria da atuação e do reconhecimento da categoria perante a sociedade.

Cerca de 20 participantes estiveram presentes ao lançamento do Programa Interiorização ANPR, no auditório da Procuradoria da República em Minas Gerais (PR/MG). Os procuradores da República discutiram formas de tornar a atuação da classe mais eficaz e eficiente, além de reconhecida.

O presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, iniciou os trabalhos com esclarecimentos sobre assuntos internos da entidade. Em seguida, falou sobre a proposta do programa interiorização e reforçou a importância desta aproximação com os associados. “Este programa representa um marco. Pela primeira vez, estamos realizando um evento fora do local de sede da entidade”, destacou.

A ocasião serviu para apresentar o planejamento estratégico da ANPR, que definiu metas para a entidade, envolvendo diretoria e funcionários com o propósito de prestar um serviço assertivo a seus associados. A apresentação foi marcada pela participação efetiva dos procuradores da República. Eles pontuaram os desafios, os problemas enfrentados e contribuíram com sugestões.

Ao final, os participantes elogiaram a iniciativa e manifestaram que se sentiram prestigiados por serem envolvidos no processo de gestão da entidade.

Encontro de Rio de Janeiro (26/8/2010)

Revisão dos subsídios foi uns dos principais temas do Interiorização

No Rio de Janeiro, o programa Interiorização da ANPR ocorreu em 26 de agosto de 2010. Na ocasião, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha, prestou contas sobre as atividades da entidade e ouviu ideias e sugestões dos colegas lotados no estado. Os temas que despertaram mais interesse da categoria foram: a proposta de revisão dos subsídios dos membros do Ministério Público da União, o regime de férias de 60 dias e o Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

Na abertura do evento, Bigonha falou da satisfação em desenvolver este projeto, que tem por objetivo aproximar a entidade das demandas de seus associados. “Nossos objetivos incluem o fortalecimento das estratégias de atuação, a manutenção de nosso estatuto jurídico e a reflexão sobre a importância de esclarecer a sociedade sobre a missão do Ministério Público Federal”, disse o presidente da ANPR. Ele também elogiou a intensa participação do público na programação.

Encontro de Salvador (16/9/2010)

Sessenta dias de férias foi destaque do Interiorização na Bahia

O regime de férias de 60 dias esteve entre as principais questões discutidas, durante a realização do programa Interiorização, na Procuradoria da República na Bahia (PR/BA). Na prestação de contas, também houve momentos de discussão sobre o andamento de pleitos, como revisão dos subsídios da classe e controle externo das atividades policiais.

Outros temas discutidos foram a realização do próximo concurso público e a organização do *XXVII Encontro Nacional dos Procuradores da República (ENPR)*.

Encontro de São Paulo (7/10/2010)

Férias forenses e licença-prêmio têm destaque entre as dúvidas dos associados de SP

Entre os principais temas abordados no Interiorização, realizado na capital Paulista, destacou-se a questão das férias forenses, que tem sido conduzida pela ANPR no Parlamento. Cerca de quarenta associados participaram das discussões.

“A proposta encaminhada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) foi considerada razoável pelos colegas, tendo em vista a fixação de férias coletivas em janeiro de cada ano”, afirmou o presidente da entidade, Antonio Carlos Bigonha.

O reconhecimento de 17% do tempo de serviço ficto, para fins de aposentadoria, também entrou em pauta. Recentemente, o presidente da entidade, Antonio Carlos Bigonha, uniu-se a outras associações para pedir um posicionamento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos moldes do direito reconhecido aos juízes pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Encontro do Rio Grande do Sul (21/10/2010)

Vitaliciedade é destaque do Interiorização ocorrido no Rio Grande do Sul

O destaque do Interiorização no Rio Grande do Sul foi para a questão da vitaliciedade, que tem sido acompanhada pela entidade no Congresso Nacional. A diretoria da ANPR visitou tanto a Procuradoria da República no estado quanto a Procuradoria Regional da República da 4ª Região. Aproximadamente trinta associados participaram do encontro.

O diretor da ANPR João Heliofar destacou que muitos colegas da região desconheciam as atividades que estavam em andamento na Associação. “Cada um demonstrou sua visão sobre diversos temas e Bigonha expôs o que tem sido feito a respeito. Foi importante os colegas terem tido essa aproximação com o presidente”, finalizou o Heliofar.

Nos demais estados, a organização de todo evento ficará sob responsabilidade da ANPR. No entanto, os eventos contarão com uma estrutura menor. É o caso das seguintes localidades: Distrito Federal, São Paulo, Amazonas (Acre, Roraima, Rondônia), Pará (Amapá e Tocantins), Mato Grosso (Mato Grosso do Sul), Rio Grande do Norte (Maranhão, Ceará, Piauí, Paraíba), Pernambuco (Alagoas e Sergipe), Rio Grande do Sul (Santa Catarina e Paraná) e Rio de Janeiro.

A escolha dos locais ocorre em função de uma maior facilidade de mobilização. Os assuntos sugeridos devem, sempre que possível, estar alinhados com o cenário nacional. Ou seja, temas que estão sendo pautados pela sociedade – desde que tenham relação com os assuntos de interesse da categoria. Exemplos: o caso de Luziânia, Direito e Gestão Pública, Lei Maluf, Campanha Web 2.0.

Para definição do tema, é preciso, antecipadamente, fazer contato com os diretores e delegados da região. Juntamente com eles, a ANPR irá definir a temática a ser abordada. Os temas apontados no diagnóstico como de interesse dos associados também precisam ser considerados. São eles: assuntos corporativos, convênios, acompanhamento parlamentar, assuntos jurídicos e prestação de contas – nesta ordem de interesse. A enquete do Informativo ANPR também pode ser utilizada como instrumento para identificar os assuntos de interesse dos associados.



EM CARTAZ

O CINEMA E A LEI

ANPR CULT

ANPR CULT

Venha assistir conosco à mostra “O Cinema e a Lei”. O projeto tem como objetivo discutir os diferentes temas jurídicos a partir da exibição dos chamados “Filmes de Tribunais”. Convide seus amigos para o bate-papo com juristas, diretores e críticos de cinema. Ah, e a pipoca é por nossa conta.

5. Projeto Cinema e a Lei

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), em parceria com a Conferência Nacional de Cultura (Cult), lançou o projeto cultural Cinema e a Lei. A iniciativa exhibe mostra de filmes sobre a Justiça, com o objetivo de refletir acerca das proposições em diferentes áreas jurídicas. A série de encontros apresenta, mensalmente, um filme seguido de debate com juristas, especialistas em ciências humanas, diretores e críticos de cinema.

A mostra Cinema e a Lei é promovida pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), em parceria com a Conferência Nacional de Cultura (Cult) e com o patrocínio da Caixa Econômica Federal (CEF). Para atrair o público, o ambiente do cinema é recriado nas instituições de ensino superior onde é realizado. Em 2010, o projeto trouxe novidades como a oferta de pipoca e guaraná, dois dos ingredientes indispensáveis durante uma sessão de cinema. Outro ponto importante é a distribuição de certificados de participação validados como atividade extracurricular aos participantes ao término das sessões. Além disso, exemplares do *Vade Mecum* são sorteados para os convidados.

Para o presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, a iniciativa é resultado de uma soma de esforços desenvolvidos pela entidade para a aproximação com o público externo. “Ao se mostrar para o público externo, estamos tornando transparente a nossa atuação. Permitimos que mais pessoas conheçam o nosso trabalho. Se identifique nele. O resultado esperado é uma relação mais próxima com públicos internos e externos, a fim de garantir maior reconhecimento para a categoria e, conseqüentemente, o fortalecimento da classe”, afirma o presidente.

“Em formato de cinema, fica muito mais fácil discutir temas, às vezes, tão complexos”, diz Wellington Saraiva. O vice-presidente da ANPR destaca que o debate enriquece e agrega muito aos participantes “sejam da área ou não”, ressalta.

A programação de Cinema e a Lei de 2010 começou com novidades: apresentação itinerante no lesb e pipoca e guaraná para acompanhar a sessão e o debate. O filme escolhido para estrear a programação de 2010 foi *Testemunha de Acusação*, do diretor Billy Wilder (1957). A apresentação foi no dia 8 de junho, às 19 horas, no auditório Benedito Coutinho, do lesb, na Asa Norte.

5.1 O Cinema e a Lei no lesb

O julgamento de Leonard Vole e a atuação de seu advogado sir Wilfrid Robarts prenderam a atenção de cerca de 250 convidados, na mostra Cinema e a Lei, em junho de 2010. O auditório Bendito Coutinho, do Instituto de Educação Superior de Brasília (lesb), foi transformado em sala de cinema com direito à pipoca e muito debate entre alunos e convidados da mesa. A mostra realizada no lesb foi a primeira ocorrida em universidades.

O filme *Testemunha de Acusação*, de 1957, conta a história de Vole, acusado de assassinar uma velha viúva para ficar com seu dinheiro. Seu único álibi é a esposa, Christine, que ele trouxe da Alemanha em tempos de guerra. A incrível atuação de Robarts gerou caloroso debate após a exibição do filme.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Wellington Saraiva, foi o responsável por coordenar as discussões com o público. O subprocurador geral da República, Eugênio Aragão e o cineasta John Howard, da Conferência Nacional de Cultura (Cult), foram os convidados da mesa.

5.2 O Cinema e a Lei atrai mais de 200 estudantes no UniCeub

Desde a primeira edição realizada em 2009, na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília, o projeto Cinema e a Lei tem se mostrado um sucesso. A última edição, realizada em outubro de 2010, no Centro Universitário de Brasília (UniCeub), não foi diferente. Mais de 200 alunos do curso de Direito lotaram o auditório da universidade durante a apresentação do filme *M, o vampiro de Dusseldorf*.

O enredo do filme traz a história de um assassino de crianças que é capturado por um grupo de criminosos que resolve julgá-lo por suas próprias leis. Vários pontos do longa-metragem chamaram a atenção dos alunos, tais como denúncia anônima, direito à privacidade, imputabilidade penal, entre outros, que foram discutidos durante o tradicional debate após a sessão de cinema, regada à pipoca e refrigerante.

O debate foi mediado pelo presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, e contou com a participação do conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Luiz Moreira, do advogado Antonio Carlos Almeida Castro, do cineasta e curador da mostra, John Howard Szerman, e do professor do UniCeub Marcos Palon.

O primeiro tema suscitado pelos estudantes foi a questão da denúncia anônima. Os participantes destacaram que, atualmente, a Justiça brasileira aceita denúncias feitas de forma anônima para dar início às investigações, mas nunca para dar base a medidas restritivas de liberdade.

Sobre o tema, o conselheiro Luiz Moreira explicou aos estudantes que, no Brasil, os profissionais do Direito tentam evitar o estímulo a denúncias anônimas. Para contextualizar a explicação, Moreira usou as últimas experiências do CNMP, que exige que o relator assuma a autoria da denúncia, caso entenda que seja viável.

Outro assunto amplamente debatido entre os participantes foi a capacidade de regeneração de criminosos. O ponto em questão suscitou diversos aspectos diretamente envolvidos na temática, entre alunos do Uniceub reunidos para assistir *M, o vampiro de Dusseldorf*. eles a dignidade da pessoa humana, a imputabilidade penal e a flexibilização das garantias fundamentais.

A obra de 1930 motivou, ainda, discussões sobre a interferência da mídia nos julgamentos, o papel do júri popular, esquizofrenia e psicose.

5.3 O Cinema e a Lei no Unieuro

No dia 24 de agosto, o centro Universitário Unieuro foi sede da mostra. Na ocasião, os participantes assistiram ao filme *Filadélfia*, de Jonathan Demme, que narra a história de Andrew Becket, um advogado bem-sucedido que vê sua carreira ameaçada após ser descoberto como portador do vírus da Aids.

Ao fim da sessão de cinema realizada no auditório da universidade, os cerca de 200 participantes debateram os principais aspectos jurídicos do filme com o presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, e com o curador da mostra e cineasta John Howard Szerman. Também participaram do debate o juiz *ad hoc* da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto Caldas; a procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Gilda Carvalho; e a procuradora regional dos Direitos do Cidadão do Distrito Federal, Luciana Loureiro.

A abordagem de destaque, no que diz respeito ao filme, foi a forma como a dignidade humana se tornou algo crucial no julgamento de um caso envolvendo a demissão de um advogado portador do vírus da Aids. Um dos alunos da universidade fez uma comparação sobre a forma como os crimes contra a dignidade humana são julgados no exterior e levantou a questão sobre a possibilidade de, no Brasil, envolver alunos do Unieuro que assistem ao filme *Filadélfia* no júri em situações desse tipo.

Coube ao juiz *ad hoc* da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Roberto Caldas, responder à questão. Segundo ele, a Constituição Federal não vedaria o uso do júri nesse tipo de ação, contudo, não é da cultura brasileira adotar essa competência em crimes que não sejam praticados contra a vida.

Essa primeira questão desencadeou inúmeras dúvidas por parte dos estudantes. Outros temas foram suscitados, como a questão referente aos valores de indenizações. Sobre o tema, Roberto Caldas explicou aos estudantes que no Brasil o sistema é meramente punitivo, quando deveria ser distributivo.

5.4 O Cinema e a Lei reúne dezenas de estudantes na Upis

Dezenas de estudantes compareceram à sexta edição de Cinema e a Lei, realizada nas Faculdades Integradas Upis de Brasília. O filme exibido foi *O Veredicto*, no qual o consagrado ator Paul Newman interpreta um advogado alcoólatra decadente que vê a chance de recuperar sua autoestima quando lhe é dado um caso sobre erro médico.

Bigonha abriu o debate mencionando sua impressão sobre o filme. De acordo com o presidente da ANPR, a trama trouxe aspectos como ética profissional, conflito de valores e risco do contrato de êxito.

Em seguida, a professora Beatriz Bartoly expôs suas impressões. Para ela, o filme passou a mensagem de que “os advogados não defendem as causas jurídicas, mas os interesses da coletividade”. Outro ponto defendido pela professora foi a questão do sistema corrupto. “Este filme marca o ideal de um homem em ajudar o próximo contra o poder exercido pelo sistema. A trama é fictícia, porém, lidamos com essa situação diariamente em nossa atividade profissional”, ressaltou.

O advogado José Gerardo Grossi concordou com as palavras da professora Beatriz Bartoly e teceu alguns comentários sobre as diferenças existentes entre o Direito Americano e o Brasileiro. Segundo Grossi, no Brasil, há um sistema de admissão amplo de provas, enquanto nos EUA, esse sistema é mais limitado. Grossi também falou sobre as diferenças do julgamento envolvendo o júri no Brasil e nos Estados Unidos.

O procurador regional da República Oswaldo Barbosa complementou as informações passadas por Grossi. Segundo ele, no Brasil, só há júri nos crimes dolosos contra a vida. Já nos EUA, pode-se optar pelo júri ou pelo juiz singular. Ele também destacou as minúcias processuais.

No Brasil, o processo é minucioso. Por aqui, prefere-se o preciosismo e as várias instâncias recursais com o objetivo de evitar o erro. Nos EUA, opta-se pelo processo rápido, ágil, por uma resposta célere do Poder Judiciário. E os erros, sem dúvida, ocorrem com muito mais frequência.

Após a exibição do filme, houve um debate sobre os principais aspectos jurídicos abordados na trama. Compuseram a mesa o presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, o procurador regional da República Oswaldo Barbosa, o advogado José Gerardo Grossi e a professora do nono semestre do curso de Direito da Upis Beatriz Emília Bartoly. O deputado Federal Alfredo Sirkis (PV/RJ) também participou dos debates.

O último a se manifestar foi Alfredo Sirkis que, além de deputado Federal, é jornalista, escritor e roteirista de filmes e novelas. O parlamentar demonstrou indignação com relação ao grande número de recursos previstos no trâmite processual brasileiro. “Para mim, devido ao grande número de recursos possíveis, nosso sistema judicial é frustrante.”

Após a manifestação dos integrantes da mesa, os estudantes fizeram algumas perguntas aos convidados. Uma delas versou sobre a violação de correspondência, prática ilícita no ordenamento jurídico brasileiro. Para a aluna, o personagem de Paul Newman apresentou “tendências corruptas”.

Outro questionamento foi sobre a questão da revogação da possibilidade de reforma por um tribunal de uma decisão tomada por júri. Sobre o tema, o procurador Oswaldo Barbosa salientou que as reformas do Poder Judiciário em tramitação no Congresso Nacional “estão abolindo determinados estágios da justiça brasileira para que esta atenda aos cidadãos de forma mais célere”.



6. XXVI ENPR

6.1 Introdução

Em 2009, o XXVI ENPR foi realizado em Natal. Sob o tema central “Jurisdição Constitucional e Democracia”, cerca de 450 procuradores da República de todo o país reuniram-se para discutir aspectos importantes para o aprimoramento do Estado democrático de Direito. O Presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, disse à época que tudo o que foi conquistado pelos membros do Ministério Público, em prol da sociedade brasileira, veio pelas mãos do Parlamento Federal, em consequência da instauração do regime democrático.

O evento contou com a palestra do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, que discursaram sobre a importância da interação do Ministério Público com o Poder Legislativo. Temer chegou a afirmar que o “MP é o quarto Poder da República”.

6.2 Michel Temer afirma que Ministério Público é o quarto Poder

“Ministério Público é o quarto poder do Estado, não nominado. Mas nada importa que seja nominado ou não, tendo em vista a interpretação sistêmica que nós devemos dar ao texto constitucional”, defendeu o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Ele proferiu palestra no XXVI Encontro Nacional dos Procuradores da República (ENPR), ao lado do procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, do presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha, e do Líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN).

O evento contou com a participação de cerca de 450 membros do MPF e foi promovido pela ANPR de 28 de outubro a 2 de novembro, em Natal (RN).

Segundo Temer, o Ministério Público é um Poder tal como é o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, porque toda interpretação que faz da Constituição não é literal, mas sim sistêmica. Ele acredita que o Ministério Público tem todas as qualificações de um Poder e possui responsabilidades semelhantes aos outros Poderes perante a sociedade. “Todos nós atuamos para o bem-estar do povo”, afirmou.

Na linha do tema da palestra “A importância da interação do Ministério Público com o Legislativo”, o presidente da Câmara ressaltou a parte do texto constitucional “os Poderes são independentes e harmônicos entre si”. Ele acredita que hoje existe uma profunda desarmonia entre os órgãos do Estado democrático, e a harmonia precisa ser resgatada por ser uma determinação da Constituição Cidadã.

“O cidadão comum assiste à instabilidade social entre os órgãos que governam com uma preocupação terrível, ao invés de verificar nestas instituições o centro da estabilidade social”, relatou.

Temer citou a criação do Grupo de Coordenação Interinstitucional da Câmara dos Deputados – Ministério Público Federal (CGI), em setembro deste ano, como um bom exemplo do cumprimento da premissa constitucional.

“Algumas questões podem ser resolvidas pela via administrativa e esta é a verdadeira harmonia entre os órgãos do Poder”, sustentou. O procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, lembrou que os membros do Ministério Público têm, entre suas incumbências constitucionais, a de defender o regime democrático e contribuir para o fortalecimento das instituições da República. “Não podemos pensar em uma democracia sem um Parlamento forte”, disse.

Roberto Monteiro Gurgel avaliou que as campanhas de ataques ao Congresso Nacional são perigosas e não é interessante ao regime democrático abalar a credibilidade da instituição a qual representa o povo. “O Ministério

Público jamais se afastaria de suas atribuições de apurar irregularidades e desvios que eventualmente ocorram, mas jamais serviria e jamais servirá de instrumento para enfraquecer qualquer dos Poderes da República”, afirmou o procurador-geral da República.

Antonio Carlos Bigonha expôs que o projeto ANPR de Direito e Democracia, promovido pela Associação, vai ao encontro do ideal de aproximar Parlamentares e membros do Ministério Público, além de valorizar o Parlamento como Poder que representa o povo. “É necessário romper o círculo vicioso de considerar a política um mal para a República e, com isso, não estimular os melhores cidadãos para comporem a classe política e propor um círculo virtuoso de valorização da política e interação entre os Poderes”, destacou o presidente da ANPR.

O líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves, salientou o estreitamento entre os órgãos. “O gesto de aproximação do Legislativo e do Ministério Público é muito salutar para a sociedade, maior beneficiária desta iniciativa.”

Segundo o Deputado, o Brasil passa por um momento novo na política. “Os deputados que se comportem para não serem investigados e acusados e, se o são, que se defendam. Esse é um momento novo da vida brasileira e o político que não enxergar isso vai ser ultrapassado”, avaliou o líder do PMDB.

6.3 Constituição e democracia foram destaques no XXVI ENPR

Sob o tema “Constitucionalização sem Democracia?”, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) reuniu, durante o XXVI Encontro Nacional dos Procuradores da República (ENPR), membros do Ministério Público Federal (MPF) em torno da palestra do Professor da Universidade de Flensburg (Alemanha) e da New School for Social Research (EUA) Hauke Brunkhorst. De acordo com o acadêmico, a constituição democrática é ponto normativo importante para a autonomia do Estado.

Segundo o professor, quando o constitucionalismo toma o lugar da democracia, corre-se o risco de ser promovido o bloqueio da realização dos direitos humanos. Durante a palestra, Brunkhorst apresentou as mudanças revolucionárias no direito internacional no século XX.

Para ele, enquanto a “Constituição da sociedade mundial” não estiver organizada democraticamente, sua estrutura peculiar composta de juridicização e de desformalização, de direitos iguais e de normas de organização não igualitárias, conduzirá à formação e à estabilização de domínio informal. “Porém, o mesmo direito que estabiliza o novo domínio de classes transnacional e aumenta seu poder, possibilita também uma política anti-hegemônica do protesto global e da reforma por princípios”, explicou.

Além do acadêmico, compuseram a mesa de debates o subprocurador-geral da República Eugênio Aragão e os procuradores Regionais da República Daniel Sarmiento e Samantha Dobrowolski e o presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha.

Eugênio Aragão pautou sua palestra em aspectos referentes à globalização e à desconstitucionalização. O tema foi escolhido a fim de demonstrar como Estados perdem sua capacidade soberana de gestão em um mundo em processo de desnacionalização.

“Governos nacionais não têm mais liberdade de escolher seus modelos de gestão econômica e até de administração de seus recursos públicos. Marcos normativos supranacionais invadem o âmbito regulador intraestatal sem qualquer pudor e fornecem diretrizes claras de ação governamental”, sustentou.

Segundo ele, o deslocamento do foro de decisão traz consequências de grande impacto para as sociedades domésticas e implica elevado risco para a sobrevivência estatal. Já o procurador Regional da República Daniel Sarmiento analisou o tema central do XXVI ENPR:

“Jurisdição Constitucional e Democracia”. De acordo com Daniel Sarmiento, ao prever ao Supremo Tribunal Federal (STF) a função precípua de guarda da Carta Magna, a Constituição Federal de 1988 é quase um convite à

jurisdição constitucional. “A Constituição de 1988 é detalhista demais, e a espinha dorsal são os Direitos Fundamentais”, alegou. Sarmento questionou a premissa de que o STF deva ser órgão máximo de decisão. “A última palavra deve ser tomada pela coletividade. As decisões do Supremo podem ser revistas por meio de Proposta de Emenda à Constituição”, salientou.

Para a procuradora Regional da República Samantha Dobrowolski, questões caras à população são pouco debatidas com a sociedade. “A Justiça não deve ter a última palavra, mas deve definir parâmetros para questões sociais”, defendeu. Segundo a procuradora Regional, é preciso melhorar o sistema atual para analisar a problemática social. “A Constituição Federal tem apenas 21 anos e ainda é cedo para reformá-la”, afirmou.

6.4 Carta da cidade de Natal/RN

É fundamental valorizar o papel da Política no Estado Democrático de Direito.” Esse foi um dos pontos defendidos pelos membros do Ministério Público Federal (MPF), reunidos em Natal (RN), durante o *XXVI Encontro Nacional dos Procuradores da República (ENPR)*, sob o tema “Jurisdição Constitucional.

Os membros do Ministério Público Federal, reunidos em Natal/RN, no *XXVI Encontro Nacional dos Procuradores da República*, ocorrido entre os dias 28 de outubro e 2 de novembro de 2009, em torno do tema central “Jurisdição Constitucional e Democracia”;

CONSIDERANDO a necessidade de rediscutir a jurisdição constitucional, no quadro do Estado Democrático de Direito e do respeito à soberania popular;

CONSIDERANDO a importância de fortalecer a aproximação dos Procuradores da República com os membros dos demais Poderes;

CONSIDERANDO a relevância do planejamento estratégico para a eficiente Administração Pública e, particularmente, para os destinos do Ministério Público Federal;

CONCLUEM:

É fundamental valorizar o papel da Política no Estado Democrático de Direito. A jurisdição constitucional desempenha missão importante na proteção dos direitos fundamentais e na construção do Estado Democrático de Direito. Porém, o sentido da Constituição também é definido por todos os Poderes constituídos, em diálogo com a sociedade civil.

É imprescindível que o Ministério Público Federal utilize instrumentos modernos de gestão, notadamente ferramentas de planejamento estratégico, para bem cumprir sua missão constitucional. Entre elas, é imperioso que o Ministério Público Federal possua indicadores quantitativos e qualitativos precisos e confiáveis de sua atuação.



7. XXVII ENPR – Um novo modelo



“O procurador da República como agente de desenvolvimento do Ministério Público Brasileiro” foi o tema do XXVII Encontro Nacional dos Procuradores da República. O tradicional encontro que reúne cerca de 500 associados é o momento do ano em que os membros do Ministério Público Federal se juntam para discutir formas de aperfeiçoar a atuação em prol da sociedade. Em 2010, o local escolhido foi o município de Mata de São João, localizado na Bahia. O evento ocorreu de 1º a 6 de novembro no Resort Iberostar Praia do Forte.

Uma das novidades de 2010 foi a organização do encontro por uma empresa especializada em eventos e não mais pela equipe da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

O planejamento começou pela escolha do Resort Iberostar Praia do Forte para sediar o ENPR 2010. O sistema *all inclusive* e a facilidade para acomodação de todos em um único local foram alguns dos principais pontos observados. Toda a logística de alimentação e bebidas para o volume de pessoas que o encontro concentrou foi preparada por experientes profissionais do ramo, a fim de oferecer o melhor aos participantes. Além disso, a natureza do local contribuiu tanto para a inspiração necessária para a produção científica como para a descompressão, tão necessária nos dias de hoje.

Como o evento foi realizado em um local cercado por paisagem privilegiada, o ENPR 2010 teve como um dos seus motes neutralizar o impacto ambiental. Por essa razão, todos os aspectos socioambientais foram levados em consideração. Em parceria com a Fundação Pedro Jorge, a ANPR promoveu o programa Gestão Ambiental. Para minimizar a quantidade de poluentes enviados à natureza durante as atividades, a ANPR plantou mudas de árvores na região onde ocorreu o evento.

Para dar celeridade e profissionalização à organização do XXVII ENPR, a ANPR disponibilizou uma equipe exclusiva para a logística e a operacionalização do evento. Os profissionais se responsabilizaram pelas inscrições, acomodações, passagens e traslados de todos os participantes. Na questão do transporte, a ANPR negociou com as empresas de transporte aéreo e conseguiu descontos em passagens para todos os associados.

O ENPR 2010 contou ainda com outras iniciativas inovadoras. Entre elas, o *hot site*, criado para que o associado pudesse acompanhar o dia a dia da complexa organização do encontro. A ANPR trabalhou com afinco para fazer do XXVII ENPR o melhor que a associação promoveu.

7.1 Abertura

O XXVII Encontro Nacional dos Procuradores da República (ENPR) realizado na Praia do Forte, na Bahia, no início do mês de novembro, reuniu mais de 1.200 participantes entre membros do Ministério Público Federal (MPF) e familiares.

A solenidade de abertura do evento foi prestigiada por dezenas de autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Federal e do Estado da Bahia, dentre elas o procurador-geral da República, Roberto Gurgel e o advogado-geral da União, Luiz Inácio Lucena Adams, que na ocasião representou o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

No discurso de abertura do Encontro, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Antonio Carlos Bigonha, destacou os temas que seriam debatidos, em especial, o planejamento estratégico no âmbito do Ministério Público da União “como meio de alcançar metas institucionais, aperfeiçoar a gestão e apresentar resultados à sociedade”.

Bigonha lembrou que o Ministério Público foi, sem dúvida, uma das grandes iniciativas introduzidas na realidade brasileira pela Constituição de 1988. “O procurador da República é o advogado da sociedade e o guardião dos direitos fundamentais”, afirmou o presidente da ANPR.

Na sequência, o advogado-geral da União destacou a importância da realização de eventos como o ENPR para o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela categoria. “O encontro vai proporcionar uma convergência plural, já que o resultado contemplará ações independentes, com identidades próprias, mas com posicionamentos convergentes e é isso que constrói um País melhor”, destacou Adams.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, foi o último a discursar durante a solenidade de abertura do Encontro. Na oportunidade, Gurgel salientou a relevância de reunir os procuradores, que trabalham distribuídos pelo País, para discutir em conjunto novas soluções para a classe e como aplicá-las à sociedade.

7.2 Atividades esportivas

O *Encontro Nacional dos Procuradores da República* é um evento voltado para a discussão de questões técnico-científicas sobre os interesses da classe. Porém, a ANPR se preocupa com o entrosamento social e com o lazer de seus associados. Todos os anos são realizados campeonatos de atividades esportivas como futebol, vôlei, natação e corrida.

Futebol Society

O campeonato de futebol é sempre o mais esperado por todos que participam do *Encontro Nacional dos Procuradores da República*. Em 2010, O Time de SP consagrou-se campeão do torneio de futebol. O time era formado pelos atletas Fábio, Rafael, Rodrigo, Vicente, Gustavo, Silvio, Paulo e Andrei.

Confira o desempenho do time campeão:

Jogo 1:	Time de SP	2 X 0	23 Concurso e Amigos
Jogo 2:	Time de SP	0 X 0	Time do TO
Jogo 3:	Time de SP	W X O	Estagiários
Jogo 4:	Time de SP	0 X 0	Les Bleu
Final:	Time de SP	1 X 0	Time do TO

Natação

O torneio de natação do XXVII ENPR contou com 11 participantes que disputaram, braçada a braçada, o título de nadador mais rápido do Ministério Público Federal. O torneio foi disputado em duas raia. Ao final das baterias, os dois atletas com os melhores tempos fizeram a grande final. Em uma disputa acirrada, Edmilson Nunes foi o grande CAMPEÃO, com o tempo de 9 segundos e 30 centésimos. Apenas 28 centésimos à frente de seu concorrente, Júlio Cesar França.

Atletismo

No ano de 2010, a prova de atletismo contou com a participação de muitos associados. Durante a competição, os corredores mostraram muita disposição e resistência para suportar o calor baiano. Na prova dos 8 quilômetros, com 12 participantes, Maurício Gerum mostrou-se melhor fisicamente e venceu a prova. No percurso de 4 quilômetros, Lucas Costa Sampaio chegou na frente de seus 4 concorrentes. Já na prova de 2 quilômetros, que contou com 7 inscritos, Onésio Soares deixou todos para trás e venceu a corrida.

7.3 Comunicação no XXVII

Informativo

De 1º a 5 de novembro, a redação do *Informativo ANPR* foi transferida para o *XXVII ENPR*. Matérias sobre os eventos técnico-científicos, atividades extras, entrevistas e fotos fizeram parte da cobertura que visava a manter informados os participantes do *XXVII ENPR* e também os associados que não participaram.

Neste ano, como inovação, o *Informativo ENPR* foi afixado em murais localizados em pontos estratégicos, deixando os associados informados sobre todas as atividades e sobre os resultados das práticas esportivas.

Hot site

Para o *XXVII ENPR*, a entidade criou um *hot site*, hospedado no site www.anpr.org.br. A página foi planejada para manter os associados informados sobre todos os aspectos que dizem respeito ao evento: inscrições, facilidades, organização, repercussão do evento na imprensa e outras informações. A página ficou no ar até o término do Encontro. Durante o evento, o *hot site* foi abastecido com o que estivesse ocorrendo nos eventos técnico-científicos.

Twitter

A rede social também foi utilizada pela primeira vez como disseminadora de informações sobre o *XXVII ENPR*. O *twitter* foi utilizado para ações inéditas, entre os seguidores da ANPR, que foram surpreendidos com promoções e informações inéditas: antes, durante e depois do encontro.

7.4 Oficinas Técnicas

Um dos destaques do *XXVII ENPR* foi a realização das oficinas técnicas, nas quais os participantes puderam debater de forma ampla e aprofundada os temas Transparência, Independência Funcional, Mecanismos de controle interno e externo do Ministério Público, Relacionamento com as instituições do Estado brasileiro e Crescimento do Ministério Público Federal. Os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) abordaram cada um dos temas das oficinas técnicas.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, abriu o ciclo de debates ao discorrer sobre “Transparência”. De acordo com Gurgel, é fundamental que o Ministério Público se mostre para a sociedade de forma clara, objetiva e transparente, tendo em vista que cobra tal comportamento das demais instituições. O PGR aproveitou a oportunidade para destacar a atuação da ANPR como “indutora do processo de planejamento estratégico do Ministério Público Federal”.

Após a palestra do PGR, a conselheira do CNMP Thais Ferraz discorreu sobre a questão da independência funcional. A conselheira, que é juíza Federal, disse que a magistratura tem presente a ideia de hierarquia, e o Ministério Público, não. De acordo com ela, o MP tem de começar a se ver como instituição una e trabalhar com resultados.

Em seguida, Sandro Neis, corregedor nacional do MP, abordou a questão dos mecanismos de controle da instituição. O conselheiro criticou o afastamento do Ministério Público em relação ao Poder Legislativo e afirmou que o órgão não se conhece. Para ele, a solução passa pelo controle interno. “Se o MP não fizer o seu controle interno, muitos o farão”, destacou Neis.

Já Luiz Moreira abordou o relacionamento com as instituições do Estado Brasileiro. O conselheiro afirmou que o purismo do MP o distancia da realidade. Moreira salientou que o movimento do MP de criminalizar a vida política pode se voltar contra ele próprio.

Sobre o crescimento do MPF, o conselheiro Mario Bonsaglia afirmou que é preciso analisar se o atual tamanho da instituição está de acordo com suas atribuições. “O crescimento do MPF deve ser pautado não apenas pela expansão da Justiça Federal, mas, também, pela necessidade do desempenho de suas atividades extrajudiciais.”

Dinâmica do trabalho

Após as explanações do procurador-geral da República e dos conselheiros do CNMP, os participantes foram divididos em cinco grupos para a discussão de cada um dos temas centrais do Encontro. Pela sistemática das atividades, um rodízio foi feito entre os grupos, de maneira que todos pudessem participar de todas as oficinas.

Cada grupo teve um coordenador e um relator. O painel “Transparência e Comunicação Institucional” foi coordenado pelo vice-presidente da ANPR, Wellington Cabral Saraiva, e teve como relator o associado André de Carvalho Ramos. O grupo sobre “Independência Funcional” foi coordenado pelo diretor da entidade Alexandre Camanho de Assis, tendo o associado Wilson Rocha de Almeida Neto como relator. O diretor Leonardo Cardoso de Freitas foi o coordenador do grupo “Resultados para a Sociedade Brasileira e o Crescimento do MPF”, que teve a associada Luciana Loureiro Oliveira como relatora. Já as discussões sobre Relacionamento com as Instituições do Estado brasileiro” foram coordenadas pela diretora Paula Bajer e relatadas por Edmilson Costa Barreiros Júnior.

O último painel, sobre “Mecanismos de controle interno e externo do Ministério Público”, teve a coordenação da diretora Nara Dantas. A relatoria ficou a cargo do associado Rodrigo Santos.

7.5 Carta da Cidade de Salvador/BA

As conclusões dos cinco grupos temáticos foram levadas à Plenária, realizada no dia 4 de novembro, no Centro de Convenções do resort, onde foi elaborada a Carta de Salvador. No documento, os membros do Ministério Público Federal destacam aspectos importantes dos cinco temas abordados durante o evento.

Os membros do Ministério Público Federal, reunidos em Salvador/BA, no *XXVII Encontro Nacional dos Procuradores da República*, ocorrido entre os dias 1º e 6 de novembro de 2010, em torno do tema central “O Procurador da República como agente de desenvolvimento do Ministério Público brasileiro”;

CONSIDERANDO a necessidade de discutir o crescimento do Ministério Público Brasileiro;

CONSIDERANDO os temas abordados no *XXVII Encontro Nacional dos Procuradores da República*: 1) transparência e comunicação institucional; 2) independência funcional; 3) resultados para a sociedade brasileira e o crescimento do MPF; 4) relacionamento institucional do Estado brasileiro; 5) mecanismos de controle interno e externo do Ministério Público.

CONSIDERANDO a relevância do planejamento estratégico para a eficiente Administração Pública e, particularmente, para os destinos do Ministério Público brasileiro; CONCLUEM:

1) Transparência

Tendo em vista ser a transparência qualidade indispensável na atuação constitucional do MP:

a) Urge o aprimoramento de instrumentos de avaliação quantitativa e qualitativa das atividades, com especial ênfase na obtenção de visibilidade das atividades judiciais e extrajudiciais proativas dos membros do MPF.

b) É necessário que o planejamento estratégico mostre metas concretas, leve em consideração as peculiaridades locais e acarrete a aferição de resultados, para que a sociedade conheça o MP e sua utilidade.

c) A criação da Ouvidoria, fruto de imperativo constitucional (Emenda Constitucional 45/2004), deve ter como titular membro eleito pela classe, com mandato, e contar com estrutura de atendimento, sem prejuízo das atribuições desempenhadas pela Corregedoria ou outros órgãos.

d) O banco de pareceres, peças e demais manifestações deve ser de acesso público, via Internet, com as ressalvas dos processos sob sigilo, bem como disponibilizar a consulta processual também na Internet (inclusive com sistema *push*).

e) Deve ser estimulada a criação e o desenvolvimento de bancos de boas práticas do MP para servir de orientação dos membros nas diversas áreas de atuação ministerial.

f) A administração do próprio MPF deve ser exemplo de transparência, com a disponibilização das informações de sua gestão na Internet.

II) Comunicação Institucional

Considerando que a comunicação eficiente concretiza a transparência:

a) O MPF deve refletir sua imagem de instituição de Estado eficiente e relevante para a sociedade.

b) A informação à sociedade deve pautar-se por dados que revelem os ganhos sociais e econômicos concretos das ações ministeriais ao longo do tempo.

c) A estrutura administrativa de sistematização dos dados do Sistema Único deve ser utilizada para inserir os resultados ou ganhos sociais e econômicos das atividades ministeriais.

d) O MPF deve investir em sua comunicação social para que a sociedade conheça mais a atuação ministerial e seja feita a integração com os diversos segmentos sociais, com especial ênfase nos formadores de opinião e na área educacional (ensino fundamental, médio e superior) por seu efeito multiplicador, bem como estimular os canais de comunicação interna e interinstitucional.

III) Independência Funcional

a) As decisões e as normas administrativas são vinculantes.

b) A elaboração de planejamento estratégico é absolutamente necessária, e o cumprimento das metas e das prioridades ali fixadas é fundamental para a missão constitucional do Ministério Público.

c) A construção de orientações uniformes de atuação funcional deve pautar-se pelo amplo debate com a classe, de modo a legitimar e fortalecer a unidade institucional.

d) O membro do MPF deve cumprir as metas e observar as prioridades de atuação funcional legitimamente definidas, nos moldes do parágrafo anterior, garantida sua liberdade de convicção no que diz respeito à análise jurídica dos casos concretos.

e) Há necessidade de fortalecimento da tarefa de coordenação e de maior integração entre as instâncias, devendo o Coordenador de Câmara de Coordenação e Revisão ter dedicação exclusiva.

f) O Conselho Superior do Ministério Público Federal deve criar regras para valorizar a unidade institucional, inclusive de modo a assegurar atuação minimamente uniforme entre as instâncias.

IV) Resultados para a Sociedade brasileira e crescimento do Ministério Público Federal

a) Considerando o amplo espectro de atribuições outorgadas ao Ministério Público Federal pela Constituição (arts. 109 e 129), é necessário que o MPF cresça, de modo sustentável, para aprimorar sua atuação nos campos judicial e, sobretudo, extrajudicial, no tocante às matérias constitucional, eleitoral, criminal, ordem econômica e do consumidor, meio ambiente, patrimônio cultural, patrimônio público e social, direitos das populações indígenas, tradicionais e minorias étnicas e direitos de cidadania.

b) É imperiosa a realização de concursos públicos anuais para o provimento dos cargos vagos de Procurador da República, bem como a realização de gestões perante os Poderes Legislativo e Executivo para a criação de novos cargos de membros do Ministério Público Federal, tendo em vista a defasagem do número de membros do MPF frente ao Poder Judiciário Federal, assim como a necessidade de atender às crescentes demandas da sociedade, o que exige protagonismo cada vez maior do MPF.

c) É urgente aprimorar o papel de coordenação das Câmaras de Coordenação e Revisão e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), inclusive com a fixação de indicadores próprios de produtividade, de metas e prioridades para o exercício funcional e de mecanismos de prestação de contas à sociedade, parâmetros que deverão ser observados no crescimento futuro da instituição.

V) Relacionamento com as Instituições do Estado brasileiro

O relacionamento construtivo do Ministério Público Federal com as instituições da República contribui para o eficiente exercício de suas atribuições. É preciso aprimorar a interlocução com a sociedade e os órgãos públicos para que o trabalho realizado seja conhecido e reconhecido, garantindo-se respeito e confiança que possibilitem ao MPF protagonismo e proatividade na solução de conflitos.

É indispensável, assim, o aprimoramento da assessoria de comunicação e da política nacional do MPF para divulgação do trabalho institucional. A PFDC e as Câmaras de Coordenação e Revisão devem intensificar a coordenação e a articulação do relacionamento com as demais instituições do Estado Brasileiro e fomentar parcerias que facilitem a atuação dos Procuradores da República.

O perfil do MPF está vocacionado para o atendimento das demandas do cidadão e da sociedade. O acesso destes deve ser cada vez mais divulgado, e os caminhos, facilitados, com o que se reforça a legitimidade da atuação institucional, alimentada pela crescente confiança na qualidade e na eficiência do serviço.

VI) Mecanismos de controle interno e externo do Ministério Público

a) O controle interno do MPF não abarca apenas o aspecto disciplinar, sendo necessária a elaboração de marcos regulatórios pelo Conselho Superior e pela Corregedoria-Geral, bem como a construção de consensos de atuação (para concretização do princípio da unidade) pelas Câmaras de Coordenação e Revisão e pela PFDC, o que deve ocorrer por meio de debate prévio aos encontros nacionais das áreas de atuação.

b) É fundamental o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, inclusive com a realização de inspeções regulares em todas as unidades do MPF.

c) É importante para o exercício adequado do controle interno das atividades do MPF a implementação de sistemas informatizados eficientes.

d) O controle externo exercido pelo CNMP deve considerar os aspectos administrativos, financeiros e disciplinares, reconhecida a relevância da atuação do órgão no planejamento e na regulamentação de âmbito nacional, sem interferência na atividade-fim.

7.6 Pesquisa de satisfação – avaliação

A ANPR implantou, de forma inédita, o processo da avaliação do *Encontro Nacional dos Procuradores da República* com a realização de uma pesquisa de satisfação para seus associados no *XXVII ENPR*, onde obteve resultados importantes que irão subsidiar as decisões sobre como melhorar os serviços e quais aspectos serão mais prioritários para a melhoria.

Os usuários responderam a um questionário, que continha 14 perguntas, com o objetivo de avaliar a satisfação e prover informação gerencial dos serviços prestados para diagnosticar e melhorar os serviços do ENPR.

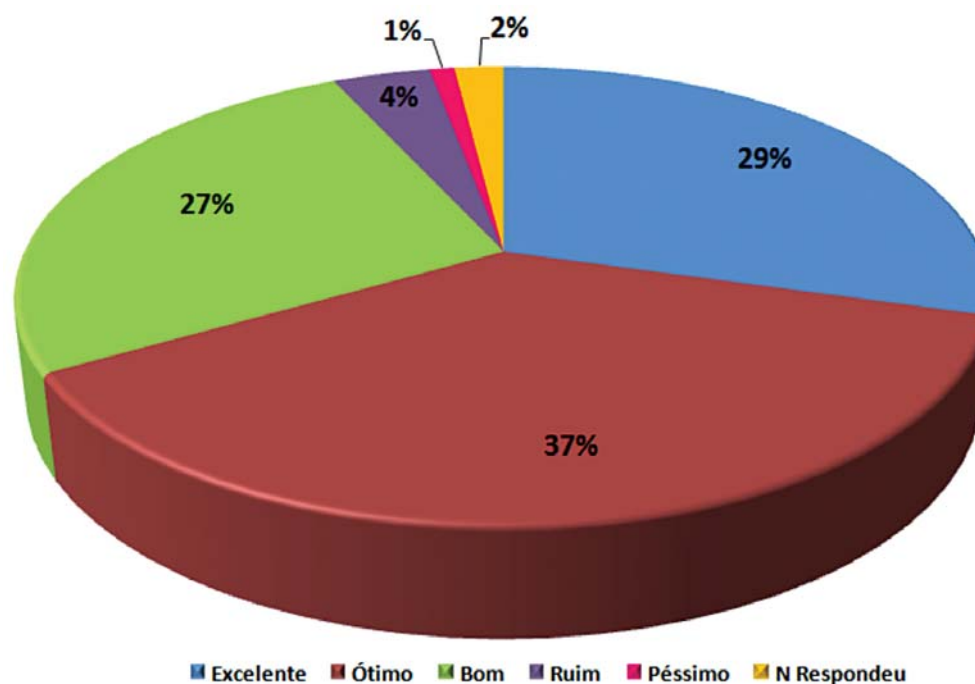
O relatório da pesquisa constatou, com base nos dados colhidos junto aos associados, que os serviços prestados pela ANPR tiveram excelente aprovação dos participantes. Em uma análise geral, o nível de satisfação do associado foi superior a 80%.

No detalhamento da pesquisa, apresentamos alguns dados de destaque: a opinião sobre a temática do evento teve aprovação de 93%; com relação ao resultado das discussões, a aprovação foi de 79%; referente à escolha do local, a aprovação foi de 97%, mesmo resultado obtido com relação à infraestrutura; a opinião sobre as acomodações do evento recebeu a aprovação de 96% dos associados; já o evento técnico-científico teve a aprovação de 81%; os serviços de logística, como traslado e *check-in* tiveram respectivamente a aprovação de 88% e 90%; os materiais e kits de trabalho tiveram a média de 80% de aprovação dos associados.

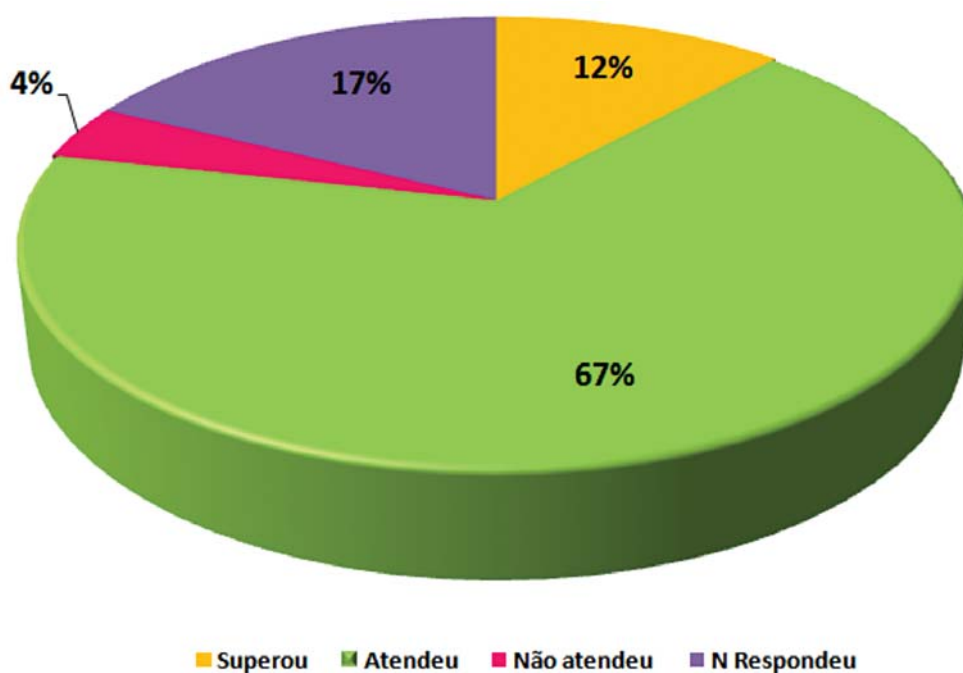
Os associados fizeram ainda sugestões por escrito para a melhoria contínua dos serviços para os próximos encontros. As sugestões e as oportunidades de melhorias levantadas na pesquisa servirão de subsídios para o gerenciamento da organização do próximo encontro, o XXVIII ENPR.

A seguir, apresentamos alguns gráficos ilustrativos referentes à Pesquisa de Satisfação:

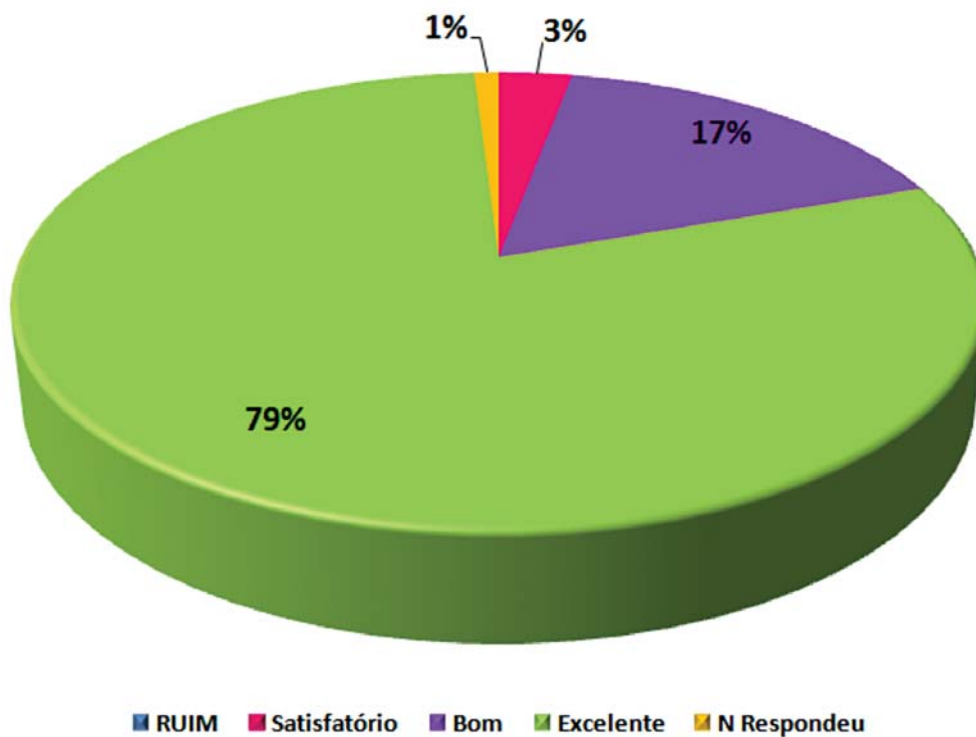
Qual sua visão sobre a temática do evento?



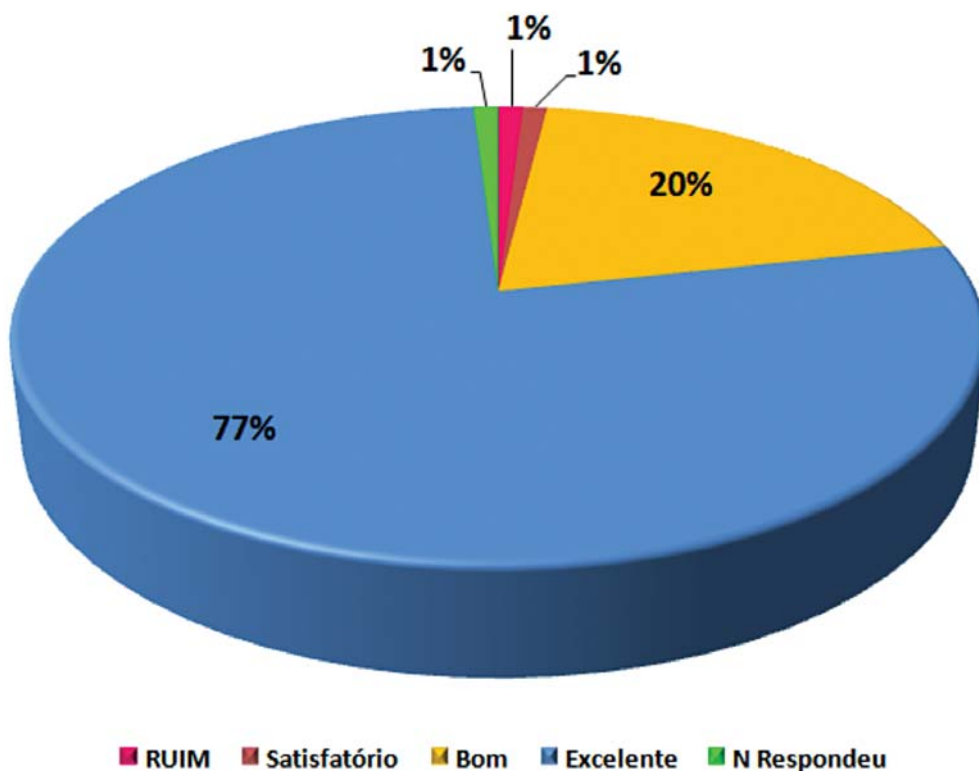
Em relação ao resultado obtido com as discussões



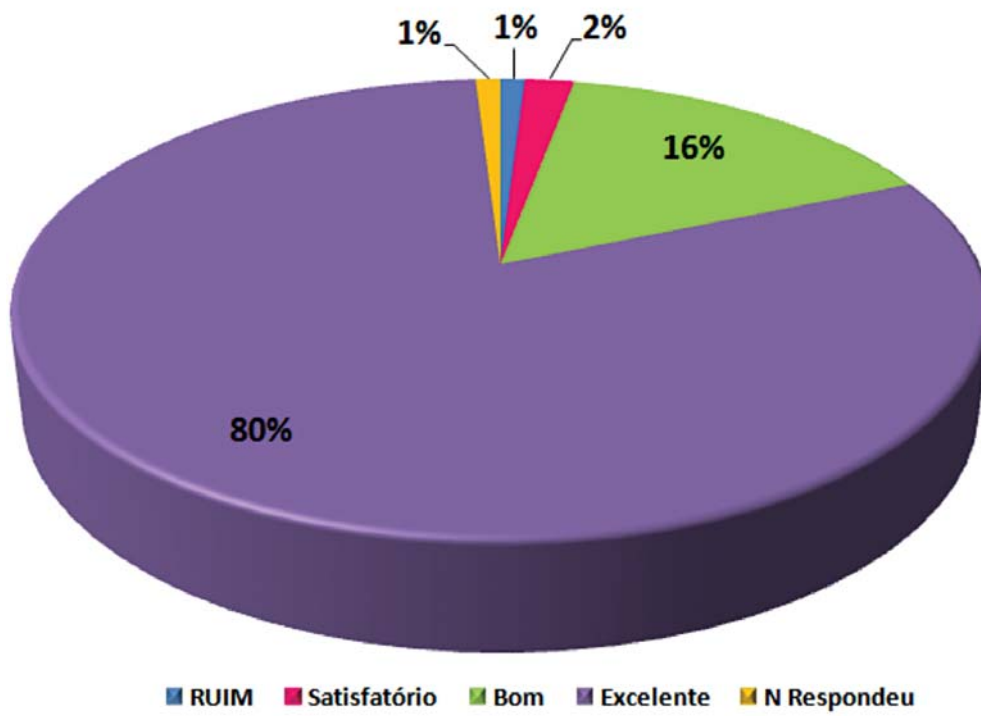
Local



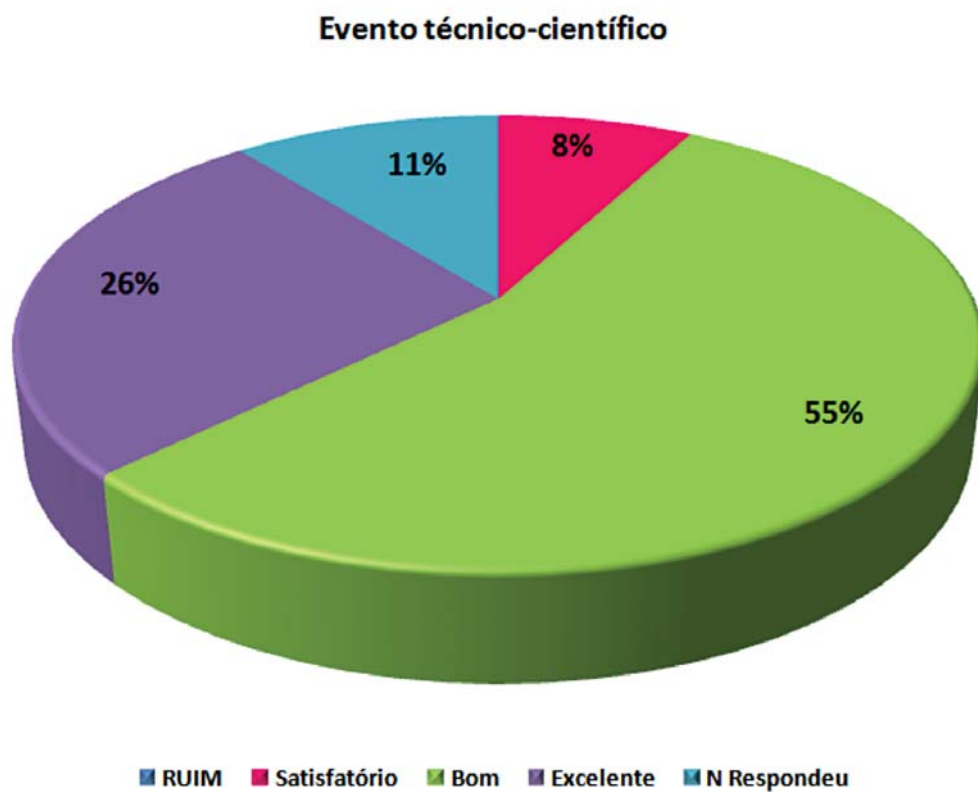
Infraestrutura



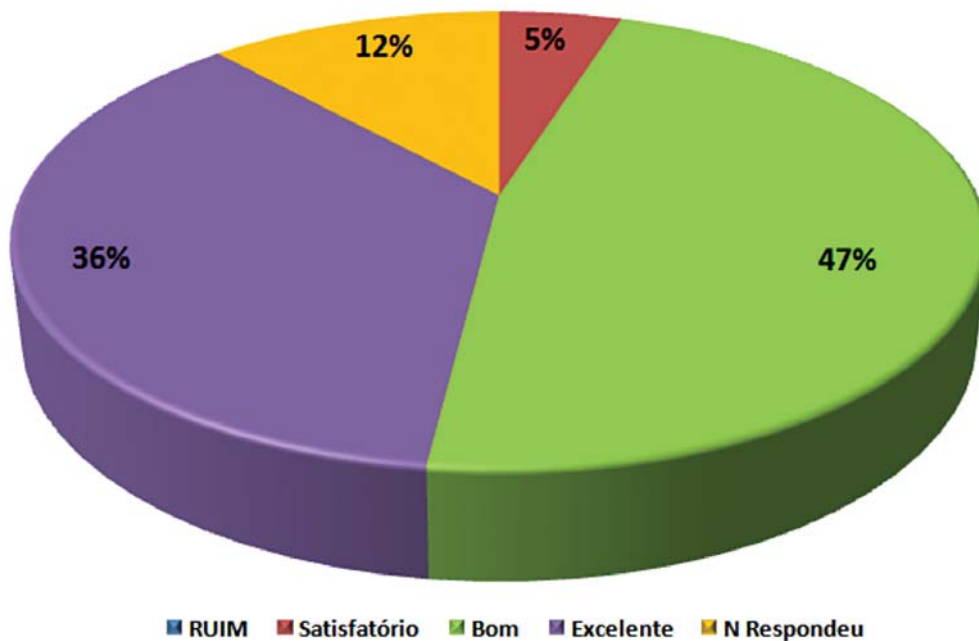
Acomodações



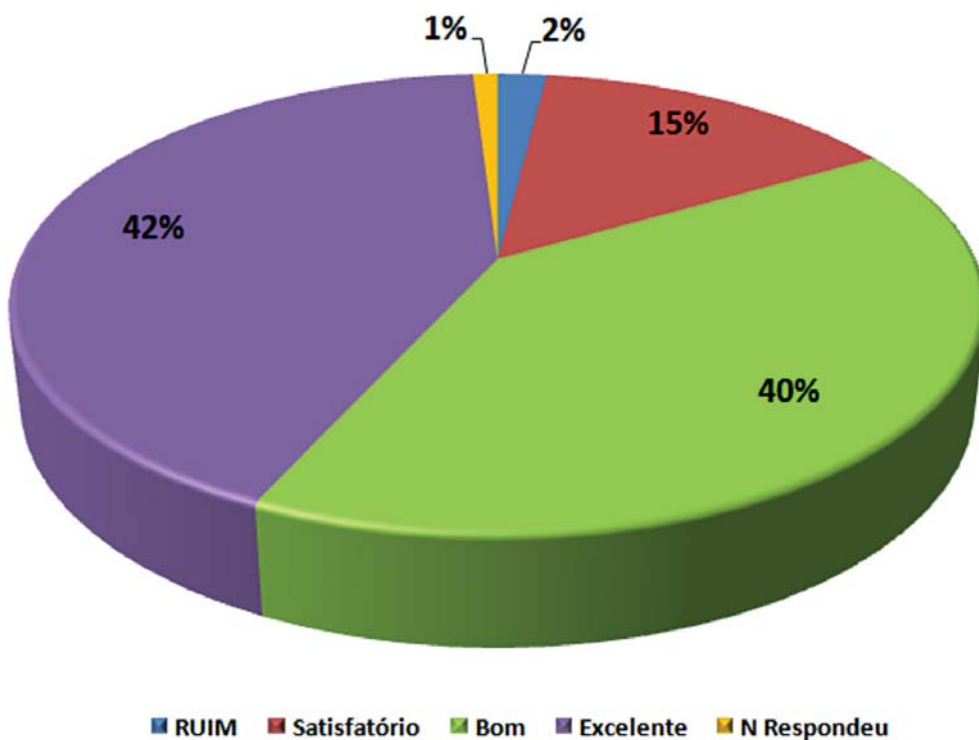
Evento técnico-científico



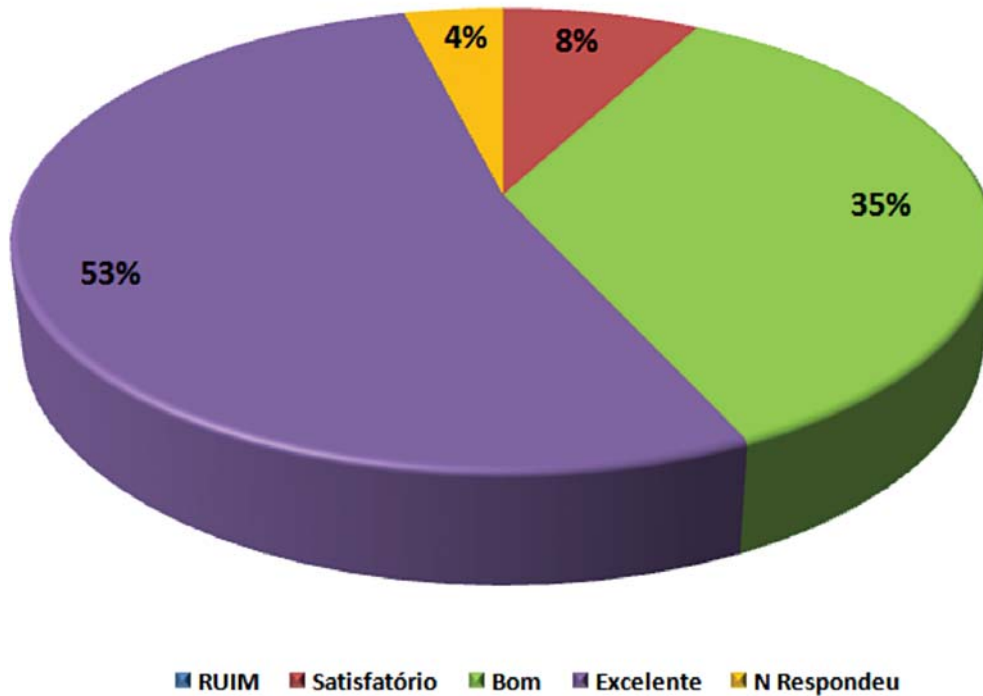
Instalações dos eventos técnicos



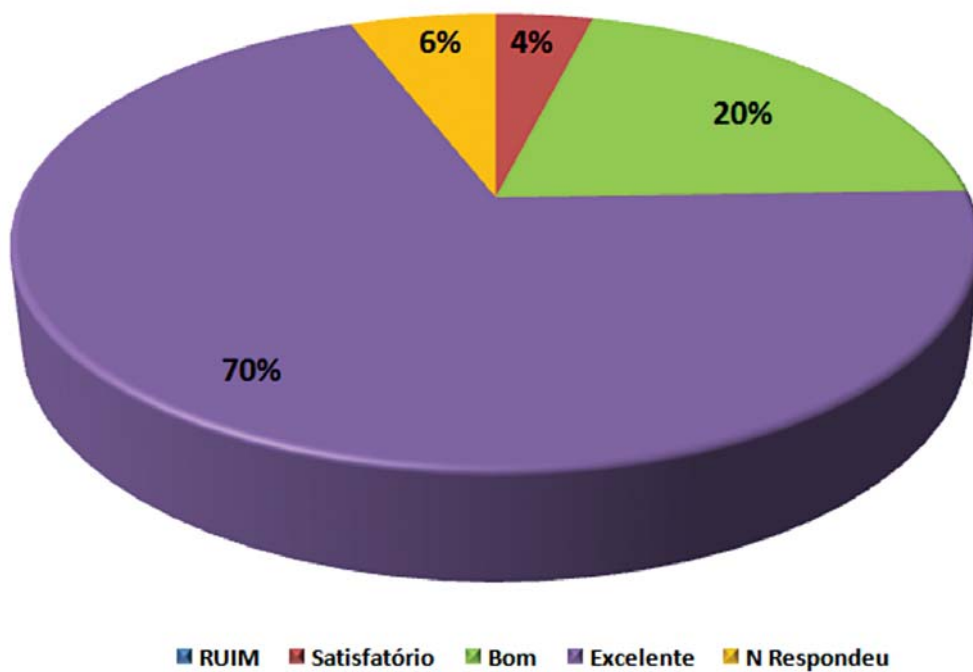
Divulgação prévia do evento



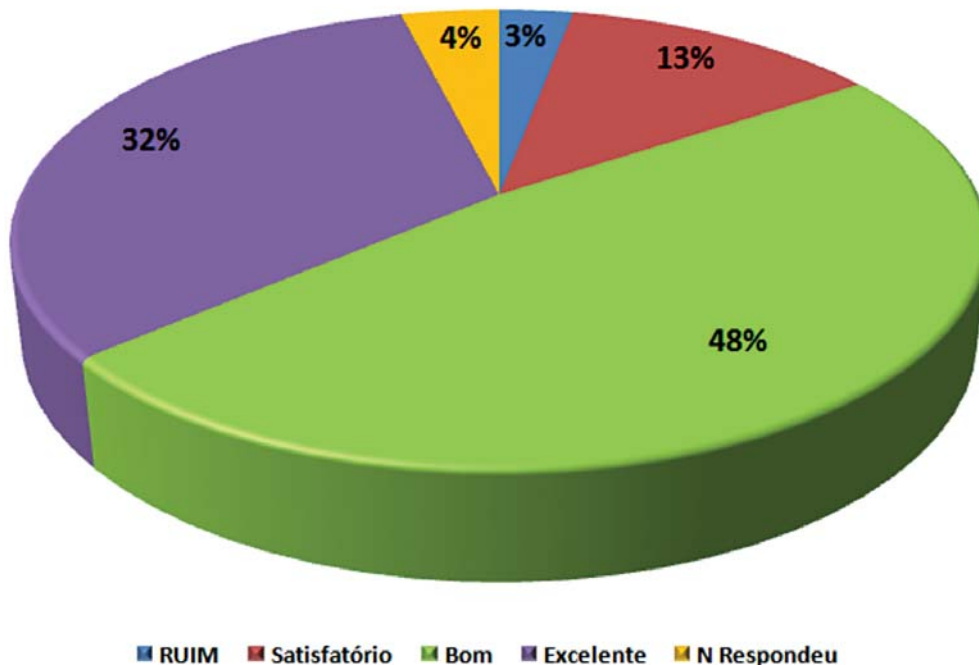
Traslados



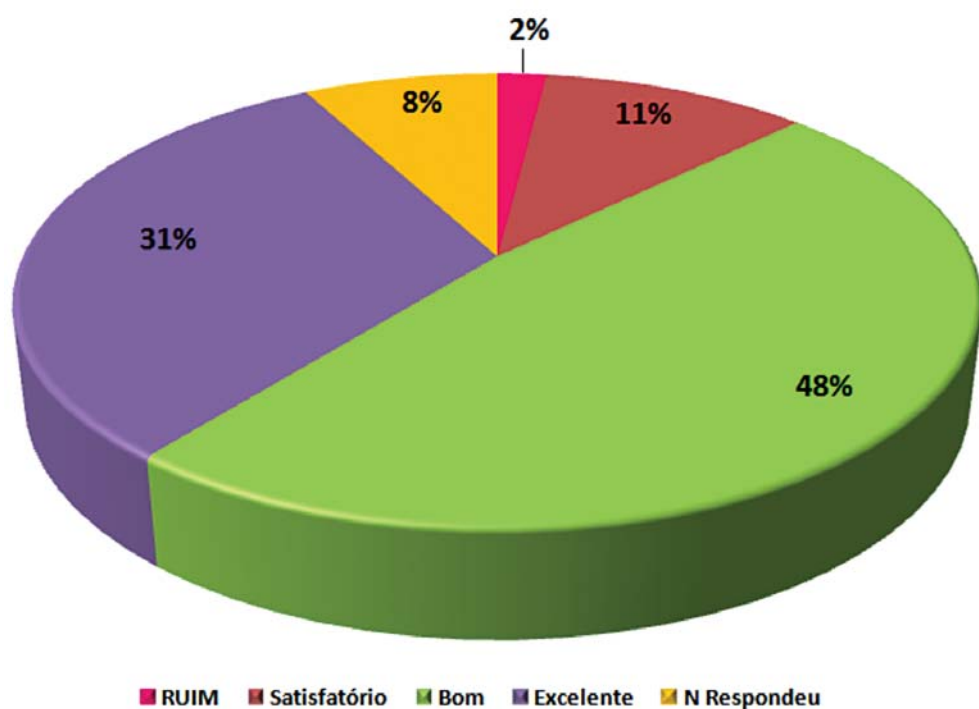
Check in



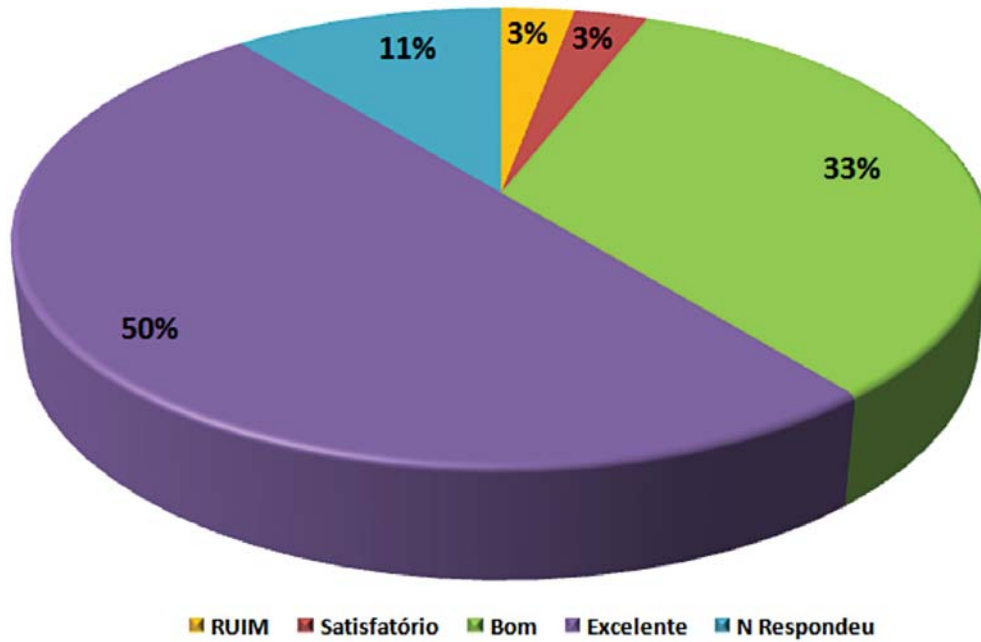
Kit de boas vindas



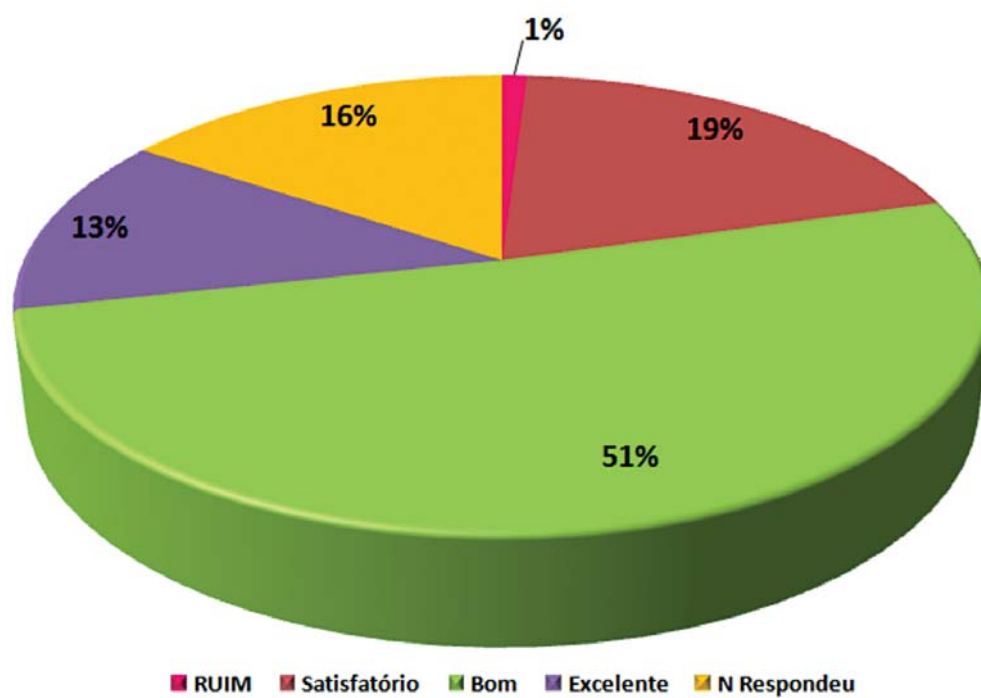
Kit de trabalho



Segurança



Atividades esportivas





8. Direito e Democracia

Criado em 2009 pela Associação Nacional dos Procuradores da República, o projeto Direito e Democracia nasceu com o propósito de aproximar os dois conceitos em um mesmo tema. Isso significa restabelecer a importância do Parlamento e da democracia como formas legítimas de expressão da soberania popular e da sociedade civil. É precisamente quando a política ganha forma jurídica que temos instituído o estado de Direito como estado democrático.

Para incentivar a discussão sobre os limites que devem ser estabelecidos entre a Democracia e o Direito, a ANPR teve a iniciativa de promover debates e convidar especialistas. A cada encontro, foram lançados livros pela Coleção ANPR de Direito e Democracia que emprestavam o nome ao tema do Seminário. O desafio da ANPR é resgatar a importância do Parlamento e da democracia como formas legítimas de expressão da soberania popular e da sociedade civil.

O projeto foi idealizado pelo presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, e pelo professor e atual membro do Conselho Nacional do Ministério Público, Luiz Moreira.

8.1 Parlamentares apoiam iniciativa

O presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, esteve no Congresso Nacional para convidar, pessoalmente, parlamentares para participarem do Projeto Direito e Democracia.

8.2 Seminários Direito e Democracia

Seminário Direito e Democracia: a Separação dos Poderes

A ANPR promoveu o primeiro evento em 12 de março de 2009. O *Seminário Direito e Democracia: a Separação dos Poderes* foi realizado na Procuradoria-Geral da República, em Brasília (DF). O encontro contou com a presença do então procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, do ex-presidente do Senado Federal, José Sarney, e do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Na ocasião, Sarney e Temer destacaram a importância de se debater a separação dos Poderes no Estado democrático de Direito. De acordo com os presidentes, o excesso de medidas provisórias (MPs) é uma maneira de intervenção do Poder Executivo, que acaba assumindo funções do Poder Legislativo.

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO), um dos parlamentares que participou do seminário, mostrou-se preocupado com a quantidade de MPs que trancam a pauta de votações no Congresso Nacional. Segundo Demóstenes, o trabalho em conjunto de deputados e senadores pode auxiliar na redução do número de medidas provisórias. “Se houver união entre os parlamentares, com o apoio dos membros do Ministério Público, acabaremos com essa letargia em que nos encontramos afundados”, protestou.

Para o senador Pedro Simon (PMDB/RS), que também se mostrou aflito com o excesso de MPs, as medidas provisórias deveriam ser devolvidas ao órgão de origem do Executivo, porque grande parte delas é inconstitucional. “Isso é o processo de desmoralização do Senado”, reclamou. Já o ex-deputado Antonio Carlos Biscaia (PT/RJ) criticou algumas decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF). “O Supremo deixou de ser intérprete das leis para legislar”, argumentou. Ainda participaram do seminário, os deputados Raul Jungmann (PPS/PE), José Genoíno (PT/SP), Paes Landim (PTB/PI) e Flávio Dino (PCdoB/MA).

Seminário ANPR de Direito e Democracia: Os 60 anos da lei Fundamental Alemã e os Limites do Controle de Constitucionalidade

O segundo evento do projeto foi o *Seminário ANPR de Direito e Democracia: Os 60 anos da lei Fundamental Alemã e os Limites do Controle de Constitucionalidade*, promovido pela Associação em parceria com a Embaixada da Alemanha

e a Fundação Konrad Adenauer. O evento ocorreu em junho de 2009 e contou com a participação do então procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, e do Embaixador da Alemanha no Brasil, Prot von Kunow.

O procurador-geral da República, em sua fala de abertura, ressaltou que a atividade promovida pela ANPR demonstra o amadurecimento, não só dos membros do Ministério Público, como também das entidades de classe, ao promoverem este importante debate institucional. “O Ministério Público, com seu novo perfil, tem revelado sinais de plena maturidade”, pontuou.

O embaixador da Alemanha falou sobre a outorga da Lei Fundamental Alemã, base legal e política de seu país. A Carta foi outorgada em 23 de maio de 1949, inicialmente de forma provisória para a então dividida República Federal da Alemanha. Segundo o embaixador Prot von Kunow, a Alemanha possui uma forte história de constitucionalismo, antes mesmo da instituição de sua Lei Fundamental. “Hoje nós temos muito orgulho de nossa Constituição. Ela desenvolveu-se muito nestes 60 anos”, afirmou.

O representante da Fundação Konrad Adenauer no Brasil, Peter Fischer-Bollin, elogiou a atividade promovida pela ANPR, por dar destaque ao tema. “Em um mundo globalizado, é muito importante para a democracia a promoção de debates sobre Constituição”, sustentou.

Seminário ANPR de Direto e Democracia – Legitimidade da Jurisdição Constitucional

O *Seminário ANPR de Direto e Democracia* ocorreu em outubro de 2009, no Auditório Pedro Jorge, da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Participaram do debate o presidente da ANPR, o então diretor-geral da Escola, Rodrigo Janot, o deputado Federal José Genoíno, o pesquisador em Filosofia do Direito pela Universidade de Tübingen (Alemanha) professor Luiz Moreira e o assessor jurídico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Geraldo Nicoli.

A importância do debate proposto pela ANPR foi destacada pelo deputado Genoíno. Segundo ele, a reflexão em um espaço público de debate plural contribui para esclarecer os caminhos para o fortalecimento das instituições do Estado democrático, além de discutir seus papéis e possíveis reformas.

Genoíno acredita existir uma crise de representatividade. “A cada debate de que participo, fico convencido de como é fundamental fazer uma reforma política democrática para fortalecer o princípio de que o poder emana do povo, bem como as instituições que nascem do voto sejam resgatadas e fortalecidas”, apontou.

8.3 Ciclo de Debates Direito e Gestão

Para superar impasses do dia a dia no setor público, como regras arcaicas e crescente judicialização, a ANPR e o Ministério do Planejamento lançaram o projeto “Ciclos de Debates Direito e Gestão Pública”. A intenção é disseminar no País a discussão e a análise do que poderá ser feito para aperfeiçoar a ação do Estado.

Por meio dos encontros, a ANPR promoveu a integração entre profissionais do Direito e profissionais de gestão, na análise crítica das atuais dificuldades encontradas pelo Estado na consecução dos objetivos da sociedade brasileira e na formulação e inovação de novos referenciais comuns para a atuação estatal.

O objetivo do Ciclo de Debates é mobilizar agentes públicos, suas corporações, a sociedade, a comunidade acadêmica e os atores políticos para as atuais dificuldades e possibilidades de atuação do Estado brasileiro. A iniciativa pretende viabilizar a construção de diálogos e discussões envolvendo todos esses atores.

Foram realizados vários eventos em parceria com o Ministério do Planejamento. O projeto foi lançado em agosto de 2009, ocasião em que o presidente ANPR, Antonio Carlos Bigonha, assinou a Carta de Brasília. A iniciativa, firmada por órgãos e entidades públicos e privados, tem o objetivo da construção de pacto para melhorar a gestão pública brasileira.

O primeiro seminário ocorreu em setembro de 2009 e contou com a participação de juristas e profissionais de gestão, que participam do Núcleo Regional do Distrito Federal para discutir os limites da autonomia e do controle da Administração Pública.

Ainda em 2009, no mês de dezembro, a ANPR e o Ministério do Planejamento promoveram o “Debate sobre a proposta de lei orgânica para a Administração Pública e entes de colaboração”. O objetivo foi ampliar o debate sobre o anteprojeto de lei orgânica para a Administração Pública. O evento contou com a parceria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e ocorreu no Auditório do CSMPF, na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília (DF).

Em agosto de 2010, foi realizado o 2º ciclo de debates Direito Gestão Pública e Democracia. O principal tema abordado foi o equilíbrio entre o Direito e a Política no Brasil. O evento contou com a participação de integrantes da Advocacia-Geral da União, da Controladoria-Geral da União e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

1º Seminário de Direito, Gestão e Democracia

Em 2010, na ocasião do lançamento do projeto Interiorização ANPR, em Belo Horizonte, foi lançado o *1º Seminário de Direito, Gestão e Democracia*. O evento realizado pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), em parceria com o Ministério do Planejamento, foi marcado pelo debate de importantes temas como a gestão pública e a judicialização da democracia.

O presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, fez a abertura do Seminário ao lado do subprocurador-geral da República, Rodrigo Janot, do procurador-chefe da PR/MG, Tarcísio Humberto Filho, e do representante do Ministério do Planejamento, Ciro Christo Fernandes.

8.4 Coleção ANPR de Direito e Democracia

A intenção de criar a coleção ANPR de Direito e Democracia surgiu ao constatar que há um esvaziamento progressivo do significado e da importância do Legislativo. Segundo Bigonha, esse desprestígio é proporcionado por uma complementaridade entre eficiência do Executivo e tecnicidade da cúpula do Judiciário. “A Associação como entidade representante dos membros do Ministério Público Federal, atuantes como advogados da sociedade, deve intervir construtivamente neste debate”, afirma o presidente da ANPR.

A *Coleção ANPR de Direito e Democracia* tem o propósito de discutir as nuances da atual relação entre o Direito e a Política, a nova separação dos poderes, a relação entre processo deliberativo e processo judicial, a legitimidade da jurisdição constitucional, o esvaziamento da democracia e do Legislativo, suscitando reflexões sobre a estrutura do Estado brasileiro, sobre a legitimidade da ordem jurídica e sua atual relação com a democracia.

Legitimidade da Jurisdição Constitucional

A Coleção ANPR de Direito e Democracia tem o propósito de discutir as nuances atuais da relação entre o Direito e a Política, a nova separação dos poderes, a relação entre processo deliberativo e processo judicial, a legitimidade da jurisdição constitucional, o esvaziamento da democracia e do Legislativo, suscitando reflexões sobre a estrutura do Estado brasileiro, sobre a legitimidade da ordem jurídica e a sua atual relação com a democracia. Ao constatar que há um esvaziamento progressivo do significado e da importância do Legislativo, proporcionado por uma complementaridade funcional entre a eficiência do Executivo e a tecnicidade da cúpula do Judiciário, e que cabe ao Ministério Público, como advogado da sociedade, intervir construtivamente neste debate, a Associação Nacional dos Procuradores da República e a Editora Lumen Juris trazem a público esta Coleção.

Limites do Controle de Constitucionalidade

A obra *Limites do Controle de Constitucionalidade* tem como propósito discutir o controle de constitucionalidade e em que medida a intervenção do Judiciário na Política é legítima.

Organizada pelo presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, e pelo professor doutor em Direito Luiz Moreira, o livro reúne artigos de oito autores estrangeiros traduzidos para o português. Foram selecionados textos de autores norte-americanos e europeus para que o controle de constitucionalidade executado no Brasil seja confrontado com a vanguarda do pensamento jurídico e político atuais.

A Nova Separação dos Poderes

Neste Livro, enfoca-se a variedade de ideias políticas na avaliação das formas alternativas de separação dos Poderes. Sem orientação normativa específica, o debate sobre a separação dos Poderes degenera para uma engenharia constitucional simplória. O propósito deste livro é lançar luzes sobre os caminhos complexos dos quais os planos institucionais servem de expressões concretas de ideias últimas. Assim, são apreendidas aquelas distinções conceituais que parecem ser absolutamente necessárias para a avaliação reflexiva das instituições, de modo a serem elaboradas três ideias de legitimidade ao responder à pergunta: separação do Poder em nome de quê?

Valor da Constituição

O professor Roberto Blanco Valdés, da Universidade de Santiago de Compostela (ESP), lançou a obra *O Valor da Constituição*, pela coleção ANPR de Direito e Democracia, no XXVII Encontro Nacional de Procuradores da República, ocorrido em novembro de 2010. Valdés palestrou sobre a evolução do controle de constitucionalidade das leis na Europa e nos Estados Unidos. Em seguida, o professor analisou a legitimidade que permeia o Estado Democrático de Direito com a existência de um Tribunal Constitucional que monopoliza a possibilidade de declarar inconstitucionais as leis do Parlamento.

8.5 Direito e Democracia nos Estados

A ANPR, por meio da diretoria e dos delegados, promoveu o projeto Direito e Democracia em diversos estados. Em São Paulo, a Diretora Paula Bajer e os Delegados da Associação em São Paulo José Ricardo Meirelles e Elaine Cristina Proença promoveram, com apoio da procuradora-chefe da PRR/3ª Região, Luiza Cristina Frischeisen, reunião com o senador Eduardo Suplicy (PT/SP).

Já no Espírito Santo, a delegada da ANPR, Luciana Furtado de Moraes e seu suplente, Carlos Vinícius Soares Cabeleira, estiveram reunidos com o senador Renato Casagrande (PSB/ES). O objetivo do encontro, ocorrido no escritório regional do senador, em Vitória (ES), foi promover a aproximação entre os membros do MPF com atuação no Estado e os integrantes da bancada federal capixaba no Congresso.

Em Rondônia, os associados da ANPR participaram de um café da manhã com os 11 parlamentares federais do estado. A visita dos deputados e senadores ao MPF faz parte do projeto Direito e Democracia, idealizado pela ANPR. Durante o encontro, os delegados da Associação no estado Reginaldo Trindade e Ercias Rodrigues de Sousa apresentaram e explicaram o funcionamento do MPF e suas atribuições. Confirmaram presença os três senadores rondonienses (Valdir Raupp, Fátima Cleide e Expedito Júnior) e também os oito deputados Federais (Marinha Raupp, Ernandes Amorim, Lindomar Garçon, Mauro Nazif, Natan Donadon, Moreira Mendes, Anselmo de Jesus e Eduardo Valverde).

No Acre, o delegado da ANPR Paulo Henrique Ferreira Brito lembrou aos presentes o funcionamento do órgão e suas atribuições. Compareceram ao evento o senador Tião Viana (PT), os deputados Federais Sérgio Petecão (PMN/AC), Perpétua Almeida (PCdoB), Ilderlei Cordeiro (PPS), além de representante do Gabinete do deputado Nilson Mourão (PT).

O projeto Direito e Democracia também foi realizado nas unidades do MPF em Sergipe e no Rio Grande do Sul.

9. Responsabilidade Social e Ambiental

9.1 Parceria com a Fundação Pedro Jorge

A Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva foi criada a partir do anseio dos procuradores da República que, ainda na década de 1980, sofriam com a falta de apoio institucional e administrativo. No início do ano de 1982, o procurador Pedro Jorge de Melo e Silva ofereceu denúncia e propôs medida judicial de sequestro de bens dos acusados no caso conhecido como “Escândalo da Mandioca”.

No dia 3 de março do mesmo ano, o procurador foi brutalmente assassinado, vítima de seis disparos, três à queima-roupa, quando saía de uma padaria no bairro onde morava, na cidade de Olinda (PE). Na época, um clima de insegurança espalhou-se entre os membros do Ministério Público, juízes e delegados, conforme registraram os jornais da época.

Em 6 de maio de 1985, foi assinado o documento de instituição da Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva pelos procuradores Miguel Frauzino Pereira, João Leoni Taveira, Roberto Monteiro Gurgel Santos, Washington Bolívar de Brito Júnior e Wagner Gonçalves, todos representantes da instituidora ANPR.

Homenagem permanente ao patrono, a Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva foi criada para explorar duas linhas fundamentais de ação: oferta de serviços de assistência médica, recreativa e financeira e incentivo às atividades culturais, de pesquisa, estudos e ensino na área do Direito. Na maior parte da sua existência, a Fundação, embora seja uma entidade autônoma com patrimônio próprio, limitou-se a apoiar iniciativas de terceiros na difusão das ideias jurídicas. A entidade ainda mantém uma carteira de seguros e intermediava empréstimos bancários para membros do MPU.

Em 2005, o rumo da entidade sofreu alteração, ampliando seu rol de atuação. Além de promover assistência aos membros do Ministério Público Federal, o Conselho Curador e a Diretoria Executiva têm destinado esforços para realizar projetos nas áreas de educação, saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável destinadas à sociedade. São os procuradores da República voltando seus olhares às comunidades em risco social.

Baseado nesse contexto, a ANPR é solidária e parceira da Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva no sentido de apoiar e desenvolver as atividades sociais em conjunto com a Fundação, como: atividades em defesa do meio ambiente no XXVII ENPR, projetos de inclusão digital com a doação de equipamentos da ANPR para a Fundação, contratação de serviços especializados para a confecção de materiais de expediente recicláveis do XXVII ENPR (pastas, agendas, canetas e crachás).

9.2 Responsabilidade Ambiental

Após a revolução industrial e com o avanço da globalização e a crescente necessidade do aumento da produção de alimentos e bens de consumo, o planeta tem sofrido com a destruição do meio ambiente. E a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) tem feito sua parte para contribuir com a revitalização da natureza.

Prova disso é o programa de gestão ambiental desenvolvido pela entidade durante a realização do XXVII Encontro Nacional dos Procuradores da República (ENPR), realizado em novembro de 2010. Para reduzir o impacto ambiental do evento, a ANPR, em parceria com a Fundação Pedro Jorge (FPJ), promoveu a neutralização de carbono, que consiste na redução de emissões de gases de efeito estufa por meio do plantio de árvores nativas da região onde foi realizado o evento.

O cálculo do carbono emitido durante o evento foi feito pela Associação Trilha Mundos, tendo como base fatores de conversão do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) de consumo de combustíveis

fósseis, energia elétrica, água e produção de lixo, estimados em níveis médios *per capita*. O produto do inventário das emissões é expresso em toneladas de carbono.

De acordo com os cálculos realizados, foram emitidas, durante o XXVII ENPR, 399,9 toneladas de carbono. Com base no cálculo da quantidade de energia gasta durante o *Encontro*, sobras de resíduos orgânicos, tempo de montagem e desmontagem do evento, quantidade de combustível consumido e de outros poluentes enviados à natureza, a Associação promoveu eventos ambientais com a comunidade local, dentre elas o plantio de mudas previamente escolhidas de acordo com as espécies da região, oficinas de educação ambiental, aulas de cartonagem, construção de móveis com garrafas PET e papel reciclado.

Plantio de mudas

O presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, plantou junto a estudantes da escola municipal a primeira das 190 mudas às margens do rio Imbassaí, localizado no município baiano de Imbassaí. O evento ocorreu na data de realização do XXVII ENPR, em novembro de 2010. Mas o plantio de mudas não para por aí. A fim de neutralizar as 399,9 toneladas de carbono geradas durante o evento, mais 2.299 mudas serão plantadas, em abril deste ano, na reserva de Sapiranga, com o intuito de recuperar uma área e ajudar na composição de um corredor ecológico na região. As comunidades rurais de Pau Grande e Barreiro participarão da atividade, que pretende implantar um sistema agroflorestal.

Segundo a coordenadora de Projetos e Eventos da FPJ, Maya Figueiredo, além das mudas nativas, devem ser plantadas árvores frutíferas para o desenvolvimento da mata. “As árvores frutíferas serão plantadas no que chamamos de sistema agroflorestal, isto é, enquanto a mata não se desenvolve completamente transforma-se em fonte de alimentos para a comunidade”, explicou.

Proposta

Maya Figueiredo explica que uma das metas da Fundação é levar a proposta de neutralização de carbono, inicialmente, para as Procuradorias Regionais da República de todo o País. “Nossa ideia é fazer que as PRRs neutralizem todo o carbono emitido durante o ano”, conta a coordenadora da FPJ.

Ainda de acordo com ela, a FPJ, com o apoio da ANPR, está organizando um curso de manejo de sistemas agroflorestais na comunidade de Imbassaí, para auxiliar a manutenção das plantas e das sementes implantadas, garantindo que as mudas atinjam maturidade e cumpram a função de neutralizar o carbono emitido durante o XXVII ENPR.

Aplicação

Retirar as garrafas PET da natureza é um ótimo meio de preservar a vida do planeta. Uma garrafa leva, em média, 400 anos para se desintegrar totalmente. Porém, por possuir propriedades termoplásticas, o plástico das garrafas PET pode ser reprocessado diversas vezes pelo mesmo ou por outro processo de transformação. Uma das vantagens de trabalhar com esse tipo de material é que, quando aquecido a temperaturas adequadas, esse plástico amolece, funde e pode ser novamente moldado.

Dados de 2006 mostram que, no Brasil, cerca de 50% das garrafas PET despejadas na natureza são recicladas. Por meio da reciclagem, diversas formas de aplicação desse tipo de polímero foram descobertas, como tecidos, lâminas, móveis e até mesmo como fonte de combustível de indústrias químicas em razão de seu alto poder de combustão.

Para combater o descarte de garrafas PET na natureza e estimular a reciclagem do material, a ANPR promoveu, em dezembro de 2010, oficinas de garrafa PET com a comunidade local. De acordo com Maya Figueiredo, as oficinas foram um sucesso.

“Devido à falta de material na época da realização do encontro, voltamos à Mata de São João para realizar a oficina de garrafa PET em dezembro. Lá, notamos que a comunidade ficou encantada com as diferentes formas de

uso das garrafas”, contou. Além disso, “o sucesso da oficina foi tamanho que já pretendemos reproduzi-la em Brasília”, acrescentou.

A coordenadora da FPJ também destacou a boa aceitação da comunidade para a oficina de cartonagem. “A comunidade gostou tanto da oficina que a prefeitura de Mata de São João quer levar o projeto para lá”, destacou.

Relatório

Em janeiro, Maya Terra Figueiredo apresentou ao vice-presidente da ANPR, Wellington Saraiva, o Relatório da Gestão Ambiental desenvolvida durante o *XXVII Encontro Nacional dos Procuradores da República*, realizado na Bahia.

De acordo com o relatório, as ações propostas para gestão ambiental durante o *XXVII ENPR* tiveram como objetivo a conscientização dos participantes sobre a importância desse tipo de ação e preocupação na organização das diversas atividades realizadas pelos seres humanos.

O relatório traz informações detalhadas pertinentes à realização do *XXVII ENPR*, tais como dados completos de transporte, logística, plantio, bem como dados característicos de todas as instituições que participaram da elaboração e do desenvolvimento do projeto de redução de emissões de gases de efeito estufa. Após ouvir atentamente a apresentação do relatório, o vice-presidente da ANPR, Wellington Saraiva, elogiou o trabalho desenvolvido pela FPJ. “Muita gente reclama de tudo o que é feito no Brasil, e as informações deste relatório provam que iniciativas como a desenvolvida pela ANPR e pela FPJ, bem como a gestão ambiental no município de Mata de São João, podem ser feitas de forma séria e eficiente.”

9.3 Campanhas e mobilizações humanitárias

O ano de 2010 foi um ano de campanhas e mobilizações em prol de famílias vítimas de devastações sem precedentes. Ciente da sua responsabilidade como “advogado da sociedade e guardião dos direitos fundamentais”, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) mobilizou-se em campanhas relevantes para dar assistência às pessoas que passavam por situações de emergência e calamidade, vítimas de desastres impostos pela natureza, como enchentes causadas pelas chuvas ou terremotos.

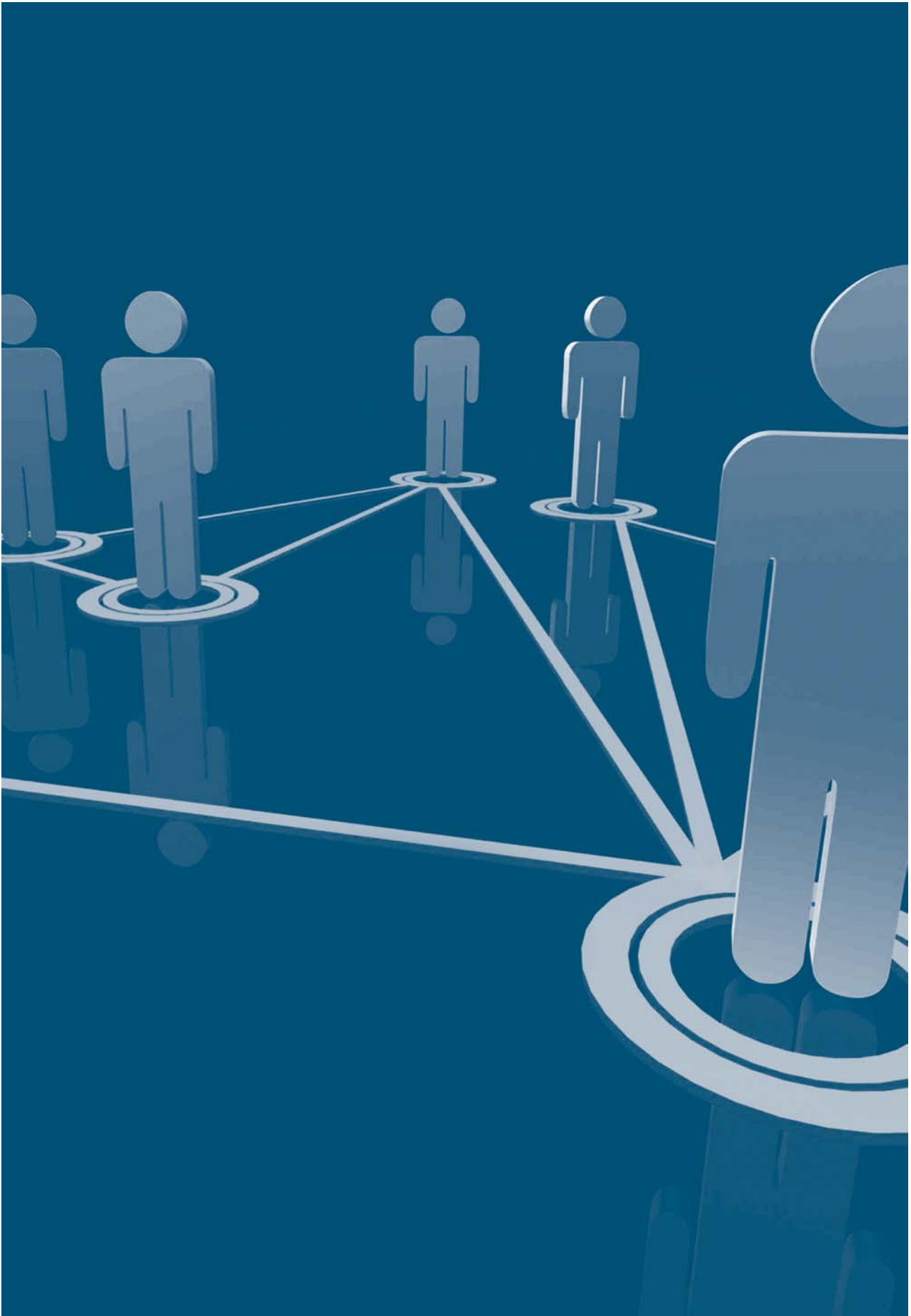
Ações da ANPR neste sentido foram:

- Campanha Humanitária do Haiti: Nesta campanha, que teve início em janeiro e seguiu até março, os membros do Ministério Público Federal (MPF) se reuniram para arrecadar recursos financeiros e enviá-los para o Comitê Internacional da Cruz Vermelha. O objetivo era auxiliar no resgate e na assistência aos sobreviventes daquele país que foi devastado por um terremoto de 7 graus de magnitude na escala Richter. Os recursos arrecadados pela “Campanha Humanitária Haiti” foram entregues ao subsecretário-geral da América do Sul, Central e Caribe, o embaixador Antonio José Ferreira Simões, no início de abril. O cheque entregue pelo presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, foi no valor de R\$ 50,6 mil.

- Campanhas SOS Nordeste: Foram realizadas duas campanhas em prol das vítimas das enchentes no Piauí e, depois, Alagoas e Pernambuco.

Alguns municípios foram completamente destruídos e tiveram devastados, inclusive, os prédios da prefeitura, do cartório, de hospitais e de escolas. Todas as instalações foram levadas por uma violenta tromba d’água. Foram 80 cidades atingidas, deixando desalojadas ou desabrigadas mais de 110 mil pessoas. Diante disso, a ANPR mobilizou seus associados para que, ou por meio de contribuição em dinheiro depositada em conta corrente ou por meio de desconto em folha, fossem feitas as doações às vítimas.

Segundo a Defesa Civil, a população daqueles estados necessitava de colchões, roupas de cama, material de higiene pessoal, fraldas descartáveis, cestas básicas, água e material de limpeza. Com a doação dos associados, foi possível adquirir os principais itens de primeira necessidade para aquelas famílias duramente castigadas pela catástrofe no Nordeste.



10. Tecnologia da Informação

10.1 Sistema AlB2 – Gerenciamento de demandas e arquivos

Pensando em aprimorar o gerenciamento das informações, a ANPR implementou o sistema AlB2. O sistema trabalha com o pensamento de que o cliente é o elemento principal do sistema, permitindo a tomada de decisão de forma racional, o entendimento melhor dos processos, a garantia de continuidade dos trabalhos executados, bem como, o auxílio aos funcionários da associação a trabalhar de forma mais produtiva.

Funcionando em plataforma de Internet, ou seja, não requer instalações locais, o AlB2 pode ser utilizado de qualquer acesso à Internet.

Para a ANPR, foram implementadas funções que facilitam o gerenciamento de demandas e documentos internos. As demandas são registros de questões ou problemas que dão início a um processo de resolução, já o gerenciamento de documentos, permite que documentos sejam armazenados no sistema, organizados por pastas e associados a registros de demandas, clientes, contatos etc.

10.2 Visão geral do sistema

O *software* AlB2 apresenta vários diferenciais para o atendimento da demanda em questão, dentre as quais se destacam:

Simplicidade de implementação, por meio do uso da filosofia SaaS (*Software as a service* – *Software* como um serviço) não necessitando de instalação de *softwares* nas máquinas dos usuários e permitindo o acesso via um navegador de Internet comum.

Administração flexível e dinâmica pelo usuário:

- Usuários e perfis: o sistema permite a criação de usuários e perfis, bem como indicar os privilégios a determinados módulos (leitura, criação e edição) e restringir acesso a determinados campos por usuários e/ou perfis;
- Criação/exclusão de campos: campos podem ser criados ou excluídos pelo próprio usuário (administrador), sem a necessidade de contratação de uma consultoria para codificação;
- Criação de tarefas automatizadas: tarefas simples tais como o envio de um *e-mail* automático em determinadas situações também podem ser criadas pelos usuários diretamente.

Registro de demandas:

- Gestão automatizada DOS: o sistema envia um *e-mail* automático para o responsável designado, indicando a abertura de um novo registro sob sua responsabilidade. De forma análoga, o sistema envia um *e-mail* automático para o demandante indicando a abertura ou o fechamento de seu registro com o número do protocolo;

Histórico de atendimento:

- Histórico de alterações realizadas nos registros: o sistema grava e mantém histórico para cada um dos registros (*tickets*), indicando os itens que foram alterados, a data desta alteração e o usuário responsável;

Proteção dos dados:

- Segurança na estrutura de hospedagem dos dados: para hospedagem das informações é utilizada estrutura de datacenter de última geração, com redundância de fornecimento de energia e conectividade, controle de segurança 24x7 para o acesso físico às instalações, controle e mecanismos de *firewall* e IPS contra *hackers*, climatização e monitoramento constantes.

- Recuperação de *tickets* apagados indevidamente: os registros apagados indevidamente são encaminhados para uma lixeira por segurança, podendo ser recuperados a qualquer momento pelo usuário com acesso a esta funcionalidade;

- *Backup* dos dados: *Backup* automático realizado a cada dois dias na estrutura de hospedagem e interface para indicação de máquina/diretório para que o sistema realize o *backup* automatizado de todos os dados existentes no ambiente do cliente.

Relatórios customizados:

- Criação de relatórios por usuário: o sistema permite que o usuário crie seus próprios relatórios, envolvendo os módulos, campos ou filtros que julgar adequado, sem a necessidade de contratação de uma consultoria para codificação;

- Painel de controle: painel gráfico para controles das variáveis indicadas pelo usuário;

- *Dashboard*: tela inicial que apresenta ao usuário as principais informações sob sua responsabilidade ou controle.

Interface Web:

- Acesso ao aplicativo via Web: possibilidade de acesso ao aplicativo pela Internet, por meio de qualquer dispositivo (computadores, celulares etc.).

10.3 Aplicabilidade do sistema na ANPR

A ANPR utiliza os seguintes módulos do sistema AIB2:

Usuários, Cargos e Perfis

Este módulo é utilizado para gerir os usuários e seus respectivos privilégios. O administrador controla a quais módulos o usuário terá acesso, bem como se poderá editá-lo, além de definir a quais campos o usuário poderá ter acesso.

Contatos

Este módulo é utilizado para registrar os interessados nas demandas registradas. Podem ser registrados todos os seus dados, tais como telefone de contato, *e-mail*, endereço etc.

Tickets

Este módulo é utilizado para o registro das solicitações. Por meio dele é feito todo o controle de seu andamento, dentro das fases especificadas pela ANPR, e o registro dos campos referentes a:

- Demandante;
- Responsável pelo atendimento;
- Data do cadastro;
- Registro da demanda;
- Categoria da demanda;
- Registro de dossiês;
- Registro de atividades:
 - Com datas e descrição das atividades;
 - Com possibilidade de agendamentos e envio de convites a outros funcionários da ANPR;
- Controle de datas e indicadores de atendimento.

Documentos

Este módulo é utilizado para anexar documentos ao registro (*ticket*), como dossiês internos.

Relatórios

Utiliza-se este módulo para elaboração de relatórios customizados utilizados pela ANPR para controle gerencial de todo o processo.

10.4 Programa de substituição de equipamentos

O programa de substituição de equipamentos envolve a ANPR e a Fundação Pedro Jorge em um esforço conjunto para a oferta de equipamentos de informática reconicionados, em plenas condições operacionais, com o objetivo de apoiar a disseminação da informatização das escolas públicas e de entidades sociais.

Visando à responsabilidade social e à inclusão digital, a ANPR fez a doação de equipamentos usados (monitores, teclados, computadores, fax, kits multimídias) para a Fundação Pedro Jorge – parceira da associação, que, por meio de seus projetos sociais, irá colocar à disposição para a sociedade.

O coordenador-geral da ANPR, Gabriel de Deus, explicou que o projeto faz parte do programa de substituição de equipamentos da ANPR, que busca promover a inclusão social por meio da informática. “Esta ação compõe o Programa de substituição de equipamentos e nos permitirá reciclar computadores que a ANPR vai descartar e recolocá-los a serviço de políticas de inclusão digital.”

O programa objetiva, ainda, a atualização tecnológica dos equipamentos da ANPR, pois, com equipamentos sempre atualizados, se consegue promover maior eficiência na execução das atividades internas.



II. Assessoria Parlamentar

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) acompanha os projetos de lei e propostas de emendas à Constituição de interesse da categoria.

Na elaboração do Planejamento Estratégico da ANPR, em 2009, chegou-se à conclusão de que um dos desafios para a ANPR nos próximos anos seria o aperfeiçoamento funcional da assessoria parlamentar.

Função essencial para a defesa dos interesses de seus associados, a assessoria parlamentar ganhou uma nova “roupagem”, a começar pela contratação de um assessor parlamentar. Após sua contratação, em reunião interna, estruturaram-se as atividades e as rotinas de trabalho a serem executadas pelo novo cargo. Por fim, desenhou-se o fluxograma de cada atividade, ou seja, o passo a passo da execução delas.

Hoje, o assessor parlamentar trabalha diariamente junto ao Parlamento e ao Poder Executivo, defendendo e acompanhando os interesses da ANPR e de seus associados. Abaixo, as principais atividades desenvolvidas atualmente pelo assessor parlamentar:

- Defender os interesses dos associados;
- Analisar as sugestões encaminhadas pelos associados em matéria parlamentar e/ou governamental;
- Acompanhar as reuniões e as audiências de temas legislativos;
- Elaborar e atualizar o quadro de Proposições legislativas de interesse da ANPR;
- Alimentar os dossiês dos Projetos Prioritários;
- Manter relacionamento com a Assart;
- Secretariar as comissões temáticas instituídas pela Presidência.

É importante salientar que, após a reestruturação da assessoria parlamentar, a ANPR obteve grandes resultados a apresentar a seus associados. Os principais são:

- Maior articulação da ANPR com o Congresso Nacional;
- Aumento significativo da participação em audiências no Parlamento;
- Melhoria no relacionamento da ANPR com os parlamentares;
- Maior defesa dos projetos de lei de interesse da classe.

II.1 Inventário de participações da ANPR em audiências parlamentares

O presente inventário levantou informações referentes às audiências realizadas pela ANPR no período de um ano. O marco inicial foi o dia 16 de março de 2010 – momento da contratação da assessoria parlamentar, e o final dia 15 de março de 2011. As informações foram extraídas dos informativos diários da ANPR, dessa forma, foram consideradas apenas audiências formais, com a presença do presidente ou da diretoria da ANPR, as quais foram divulgadas aos associados.

Março de 2010 – 4 audiências

Informativo nº 50, dia 16

- Audiência Pública na comissão especial do projeto Ficha Limpa

Informativo nº 51, dia 17

- Audiência com o senador Marconi Perillo (PSDB/GO), aposentadoria integral.

Informativo nº 56, dia 26

- Audiência com o senador Osmar Dias (PDT/PR), 60 dias de férias.

Informativo nº 60, dia 30

• Participação da ANPR – Diretor Leonardo Cardoso, na Comissão geral realizada na Câmara dos Deputados, legalização dos bingos e das máquinas de caça-níqueis.

Abril de 2010 – 4 audiências

Informativo nº 62, dia 6

- ANPR promove “Dia Nacional de Alerta Contra a Lei Maluf”, PL 265/2007, de autoria do deputado Paulo Maluf.
- Entrega do manifesto elaborado pela ANPR ao presidente da Câmara, Michel Temer.

Informativo nº 63, dia 7

• Participação do presidente no Seminário sobre a Lei Orgânica do Fisco Câmara dos Deputados, Auditório Nereu Ramos

Informativo nº 72, dia 20

- Audiência Pública da CCJ do Senado Federal para tratar da PEC 48/2009, Férias.

Maio de 2010 – 5 audiências

Informativo nº 86, dia 11

- Acompanhamento da audiência com o presidente do STF na CCJ do Senado para tratar do tema das férias.

Informativo nº 88, dia 12

- O presidente da ANPR esteve com o senador Demóstenes Torres (DEM/GO), férias.

Informativo nº 89, dia 14

• Entrega de nota técnica da ANPR, referente ao PL 4.306/2008, aos deputados da Comissão de Segurança Pública, poder investigatório.

Informativo nº 96, dia 26

• ANPR, Diretor Alexandre Camanho, participa de audiência pública no Senado sobre inclusão de “felicidade” na Constituição.

Informativo nº 98, dia 25

- A ANPR a nota técnica para o deputado Roberto Magalhães referente ao conselho nacional de polícia.

Junho de 2010 – 4 audiências

Informativo nº 112, dia 16

• O presidente da ANPR recebeu o deputado Paes Landim (PTB/PI) para audiência. Na ocasião, Bigonha entregou a nova redação de nota técnica contrária ao Projeto de Lei 6.745/2006. A proposta confere atribuição aos delegados de polícia para instaurar inquérito civil público. Além disso, institui “controle judicial” sobre esse procedimento.

Informativo nº 116, dia 23

• O presidente da ANPR reuniu-se com o deputado federal Marcelo Ortiz (PV/SP) para tratar do projeto de Lei 6.745/2006.

Informativo nº 117, dia 23

• O presidente da ANPR e as associações representativas do MP reuniram-se com o deputado Vieira da Cunha (PDT/RS) para debater estratégias de atuação quanto ao PL 6.745/2006.

Informativo nº 120, dia 29

- A audiência pública, ocorrida na CCJC do Senado Federal, debateu a proposta de emenda à Constituição (PEC) 48/2009. A sessão foi presidida pelo deputado federal Valter Pereira, autor da proposta.

Julho de 2010 – 1 audiência

Informativo nº 125, dia 7

- Audiência com o senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) 48/2009, férias.

Agosto de 2010 – 16 audiências

Informativo nº 144, dia 4. Manhã, Colégio de Delegados.

- Audiência com o deputado Vicente Arruda sobre o Conselho Nacional de Polícia.
- Audiência com o deputado Vieira da Cunha sobre diversos temas ligados ao MP no Congresso e sobre a relevância de iniciativas como a visita dos delegados.
- Audiência com o deputado Arnaldo Faria de Sá, tido como forte opositor do MP, falou sobre a importância de se estreitar a relação. Confessou que sente uma distância muito grande entre as instituições.
- Audiência com o deputado Marcelo Itagiba. Do deputado ouviram que a regulamentação da tramitação direta do inquérito policial entre Ministério Público e polícia deve ser feita por Lei e não por resolução do Conselho de Justiça Federal.

Informativo nº 145, dia 4. Tarde, Colégio de Delegados

- Audiência com o senador Jayme Campos (DEM/MT), que se comprometeu a retirar o voto em separado que havia proferido sobre a PEC 21/2008, ATS.
- Audiência com presidente do Senado Federal, José Sarney (PMDB/AP). Na audiência, disse sentir um grande apreço pelo Ministério Público Federal e elogiou a atuação da ANPR por seu esforço na valorização da democracia em nosso país.
- Audiência (diretor Alexandre Camanho) com o deputado federal Leonardo Picciani (PMDB/RJ), relator do PL 4.306/2008 na CCJC da Câmara. A proposta torna obrigatório o inquérito policial para a apresentação de denúncia ou queixa pelo MP.
 - Audiência com Marcelo Ortiz (PV/SP).
 - Audiência com Bonifácio Andrada (PSDB/MG).
 - Audiência com César Borges (PR/BA).
 - Audiência com assessor do senador Demóstenes Torres (DEM/GO), Tito Souza do Amaral.
 - Audiência com o senador Valdir Raupp (PMDB/RO), ATS.

Informativo nº 153, dia 18

- O presidente da ANPR participou de ato público contrário à aprovação do novo Código Florestal.
- Entrega ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP), de um manifesto e uma moção jurídica que demonstram a posição de descontentamento com a maioria das modificações realizadas no projeto do novo código.

Informativo extra, dia 18

- Audiência com o deputado Luciano Castro (PR/RR), relator da proposta de revisão dos subsídios na CTASP.

Informativo nº 163, dia 31

- O presidente da ANPR reuniu-se com o senador José Nery (Psol/PA) O assunto do encontro foi a impossibilidade de membros do Ministério Público e da Magistratura concorrerem a cargos eletivos.

Setembro de 2010 – 2 audiências

Informativo nº 163, dia 1

- O diretor de Assuntos Legislativos da ANPR, Odim Brandão Ferreira, representou a entidade em audiência pública, no Senado Federal, sobre a reforma do Código de Processo Civil (CPC).

Informativo nº 170, dia 13

- Um dos componentes da Comissão da ANPR, o associado José Jairo Gomes, proferiu palestra sobre o anteprojeto do novo Código Eleitoral em Audiência Pública no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Gomes foi convidado pela Comissão de Juristas do Senado, que elabora o texto em questão, para comentar o tema “Ideias e perspectivas para um novo Código Eleitoral”.

Outubro de 2010 – 3 audiências

Informativo nº 186, dia 5

- ANPR encaminhou Nota técnica com sugestões à Comissão de juristas do Senado Federal responsável pela elaboração do anteprojeto do Código Eleitoral.

- O presidente da ANPR, o diretor de Assuntos Legislativos, Odim Brandão Ferreira, e o associado Sérgio Cruz Arenhart entregaram, pessoalmente, Nota Técnica da ANPR referente à reforma do CPC ao grupo de trabalho do Senado, formado para estudar o tema.

Informativo nº 192, dia 14

- Delegado da ANPR em Pernambuco, Antonio Edílzio Magalhães Teixeira, participou de audiência pública realizada pela Comissão de juristas do Senado Federal encarregada da elaboração do anteprojeto do novo Código Eleitoral.

Novembro de 2010 – 4 audiências

Informativo nº 208, dia 9

- O presidente da ANPR e os presidentes de Associações representativas da classe dos membros do Ministério Público reuniram-se com o deputado Federal Luciano Castro (PR/RR). Subsídios.

Informativo nº 218, dia 24

- O presidente da ANPR reuniu-se com o relator-geral do orçamento, senador Gim Argello (PTB/DF), e com o senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS). Subsídios.

Informativo nº 219, dia 25

- Audiência com o presidente do Senado Federal, José Sarney (PMDB/AP). Subsídios.

Informativo nº 221, dia 26

- Os associados Juraci Guimarães Júnior, membro da Comissão de Acompanhamento da Reforma do Código Eleitoral, instituída pela ANPR, e Daniel Avelino vão participar da sétima audiência pública promovida pela comissão de juristas designada pelo Senado Federal de reforma do código eleitoral, em Belém.

Dezembro de 2010 – 5 audiências

Informativo nº 223, dia 1º

- O diretor Wellington Bonfim, coordenador da comissão de acompanhamento da reforma do Código Eleitoral da ANPR, participou, nesta quarta-feira (1/12), de audiência pública promovida em Brasília pela comissão de juristas instituída pelo Senado Federal para elaborar o anteprojeto de lei do novo Código Eleitoral.

Informativo nº 228, dia 9

- O líder do governo, deputado Cândido Vaccarezza, recebeu o presidente da ANPR para debater sobre os projetos de lei nº 7.753 e 7.749/2010, que tratam da revisão dos subsídios do Ministério Público e da Magistratura.

Informativo nº 232, dia 15

- Audiência com o deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM), o qual pediu vista do projeto de lei nº 7.753/2010. Subsídios.

- O presidente da ANPR e os presidentes de entidades representativas do Ministério Público se reuniram com o líder do governo Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN). Subsídios.

- O deputado José Genoíno (PT/SP) também recebeu o grupo e disse que enviará esforços para auxiliar na aprovação do PL.

Janeiro de 2011

Recesso parlamentar.

Fevereiro de 2011 – 8 audiências

Informativo nº 24, dia 3

- O presidente da ANPR participou da reunião conjunta da Frente Parlamentar Mista e da Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. O encontro foi realizado no Senado Federal e faz parte da programação da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Informativo nº 29, dia 10

- O presidente da ANPR e o diretor Alexandre Camanho visitaram o senador e ex-procurador da República Pedro Taques (PDT/MT). Na pauta do encontro, a criação de uma agenda executiva permanente para tratar de assuntos de interesses da classe.

Informativo extra, dia 15

- A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União esteve reunida com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT/RS). Os representantes parabenizaram o deputado pela presidência da Câmara e disseram que é necessário aprimorar a relação entre Executivo, Ministério Público e Judiciário.

Informativo nº 37, dia 23

- A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União reuniu-se com o senador Valdir Raupp para tratar do relatório, favorável, à proposta de emenda à Constituição nº 21/2008, que restabelece o Adicional por Tempo de Serviço como componente da remuneração das carreiras da Magistratura e do Ministério Público.

- Representantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público reuniram-se com os deputados Federais Rubens Bueno (Líder do PPS, PR) e Stepan Nercessian (PPS/RJ) para tratar da tramitação dos Projetos de Lei 7.749 e 7.753, de 2010.

Informativo nº 38, dia 24

- Representantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União reuniram-se com o líder do PDT deputado Giovanni Queiroz.

- A Frente também se reuniu com o líder do PR, deputado Lincoln Portela,

- O presidente ANPR reuniu-se com o senador e ex-procurador da República Pedro Taques (PDT/MT). Na oportunidade, foram estabelecidas estratégias de atuação em prol da aprovação dos projetos de interesse da classe.

Março de 2011 – I audiência

Informativo nº 43, dia 3

- O presidente da ANPR reuniu-se com o senador Vicentinho Alves (PR/TO).

Quadro-resumo:

Mês	Número de audiências
a partir de 16 de março de 2010	4
abril	4
maio	5
junho	4
julho	2
agosto	16
setembro	1
outubro	3
novembro	4
dezembro	5
janeiro	0
fevereiro	8
até 15 de março de 2011	1
Total	57
Média mensal	4,75

Observações:

- O baixo número de audiências nos meses de janeiro e julho de 2011 é consequência do recesso parlamentar;
- O número alto de audiências do mês de agosto (16) é consequência da ida do Colégio de Delegados no Congresso.
- A média foi obtida com a divisão do total de audiências por 12 meses. Os meses de março de 2010 e de 2011 foram considerados como um mês apenas.

Conclusões

O total de audiências no período de um ano (57) e a média obtida (4,75 audiências por mês) representa mais de uma audiência por semana. Descontados os períodos de recesso parlamentar, a média sobe para 5,43. Cabe, ainda, registrar que o ano de 2011 teve o chamado recesso branco, período pré-eleitoral no qual o Congresso suspende seus trabalhos e os parlamentares retornam para suas bases eleitorais.

A partir de abril de 2011, as audiências serão computadas, seguindo o mesmo método, ao final de cada mês. Dessa maneira, será possível averiguar a variação da média anual tendo como referência as médias obtidas por esse relatório.

12. Fundo de Assistência Jurídica (FAJ)

O Fundo de Assistência Jurídica (FAJ) é destinado a prestar assistência aos associados, optantes pelo Fundo, em casos de processo judicial ou administrativo, quando demandado em razão do exercício de suas funções. O FAJ é de adesão voluntária e expressa e destina-se a cobrir despesas judiciais de associados em casos específicos, contando, hoje, com 428 adesões de todas as regiões do País.

O FAJ cobre despesas judiciais do participante na qualidade de demandante, quando se tratar de ação penal por crime contra a honra, salvo se tratar de demanda a ser ajuizada contra outro sócio da ANPR, hipótese em que não haverá a cobertura do Fundo para aquele que figurar no polo ativo. Também se destina a prestar assistência jurídica para o fim de ajuizamento de ação de indenização por danos morais por fatos decorrentes do exercício da função.

Na gestão 2009/2011, a associação recebeu vários pedidos de liberação dos recursos do FAJ. Neste último biênio, a adesão de associados ao Fundo teve crescimento de 10%, o que contribuiu para a boa capitalização dos recursos destinados especificamente para prestar assistência aos associados.



13. Atuação nos Conselhos: CNMP e CSMPF

A Associação Nacional dos Procuradores da República acompanha as sessões do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) com o objetivo de garantir (resguardar) os interesses institucionais e corporativos da classe. A Associação acompanhou, regularmente, as sessões de ambos os Conselhos, monitorou as propostas (anteprojeto) de resoluções, os enunciados, as recomendações e a tramitação dos processos administrativos de interesse da classe. Por diversas vezes, a ANPR foi à tribuna sustentar oralmente a favor de seus associados, bem como reivindicar e defender os interesses da classe.

No biênio 2009/2011, a ANPR realizou árdua atuação no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), posicionando com firmeza nas questões relevantes para classe. Notadamente, no que se refere à proposta de resolução que fixa concessão de diárias a membros e servidores do Ministério Público (MP). A ANPR defendeu que a diária do Ministério Público da União já está disciplinada na Lei Complementar 75/1993.

A Associação também se posicionou em relação à representação por inércia ou excesso de prazo, proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil contra a Procuradoria da República em Mato Grosso. O presidente da ANPR fez sustentação oral defendendo a manutenção do arquivamento do caso de escutas no presídio federal do Mato Grosso do Sul e, ainda, argumentou que a discussão sobre esse assunto devia ser feita no âmbito do Judiciário e não do Conselho. O presidente justificou que o assunto aborda a atividade fim do Ministério Público e do Judiciário, portanto, não cabe ao Conselho decidi-la. A representação foi arquivada pelo Conselho.

Outro processo que teve árduo acompanhamento da Associação foi a Sindicância instaurada em desfavor dos membros do Rio Grande do Sul, responsáveis pela força-tarefa que apura o esquema de desvios de recursos do Detran do Rio Grande do Sul. A ANPR divulgou notas de apoio em defesa dos procuradores da República, destacando que a sindicância não tratava da proposição em si, mas do modo como ela foi divulgada. O objetivo da sindicância era apurar suposto abuso e exposição indevida da honra da governadora Yeda Crusius durante a concessão de entrevista coletiva pelos membros. O CNMP arquivou a sindicância.

A ANPR também obteve êxito no requerimento sobre o tempo de serviço ficto. Na sessão do dia 22 de fevereiro, o CNMP deu provimento ao requerimento da Associação, garantindo aos membros o direito ao bônus de 17% no tempo de efetivo do exercício prestado até dia 16 de dezembro de 1998, para fins de aposentadoria. O benefício abrange os associados do sexo masculino que ingressaram no Ministério Público antes da promulgação da Emenda nº 20/1998. O advogado da ANPR, Dr. Aristides Junqueira, foi à tribuna questionar se apenas o tempo de serviço no Ministério Público seria contabilizado. A relatora, Taís Ferraz, informou que todo o tempo de serviço será acrescido na contagem.

Ainda, em tramitação no CNMP, requerimento para que seja reconhecido aos membros do Ministério Público da União o direito de receberem a vantagem pessoal de que trata o inciso V do art. 4º da Resolução CNMP nº 9/2006, sem limitação do teto constitucional, é periodicamente acompanhado desde a sua propositura. O julgamento já foi iniciado e o ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira defendeu o pleito da ANPR. O advogado apontou a existência de contradição no art. 4º, da Resolução CNMP nº 9/2006, que ressalva o percentual de 20% devido àqueles que se aposentam no último nível da carreira. O artigo segue o mesmo entendimento do STF na decisão do MS 24.875. Além disso, o percentual está previsto no art. 232, parágrafo único, da Lei Complementar 75/1993, para efeito de teto remuneratório. De acordo com ele, se tal parcela pode ultrapassar o teto, não existe razão para que os quintos e décimos também não sigam o mesmo parâmetro. O Conselheiro Almino Afonso pediu vista na sessão do dia 22 de março de 2011.

No CSMPF, podemos destacar a defesa em favor dos membros, alvo da representação proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em razão do episódio ocorrido em setembro de 2009, em São José do Rio Preto, envolvendo o estagiário Luiz Eduardo de Almeida Kubtz. A Associação também emitiu nota de apoio aos

procuradores, reiterou a correção da conduta dos membros ciosos do respeito às prerrogativas de todos os profissionais que militam no foro e conscientes de que condutas abusivas e inconvenientes, de quem quer que seja, nas dependências da Instituição, devem ser repelidas como forma de prestígio ao Ministério Público e à dignidade de seus membros, agentes públicos detentores da missão constitucional de defesa da sociedade. O Conselho considerou intempestivo o recurso da OAB contra o arquivamento da representação.

Outros assuntos acompanhados e divulgados pela Associação:

- Projeto de resolução que institui a obrigatoriedade de realização de correições e inspeções periódicas nas unidades do Ministério Público da União e dos Estados.

- Recomendação aos ramos do MPU e dos Ministérios Públicos dos Estados para que implantem, no prazo de 90 dias, Plano de Segurança Institucional nas áreas da segurança de informação, segurança de recursos humanos, segurança de materiais, segurança de áreas e instalações.

- Proposta de resolução que visa a revogar os artigos 2º, 3º e 4º da Resolução CNMP 5/2006, que disciplina o exercício de atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público.

- Resolução CNMP nº 40/2009, que regulamenta o conceito de atividade jurídica.

- Resolução nº 19, que disciplina o curso de ingresso e vitaliciamento de novos membros da carreira.

- Resolução nº 21, que disciplina a tramitação do inquérito policial no âmbito do Ministério Público Federal (MPF);

- Alterações na Resolução CSMPF nº 87 para que seja adequada à de nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Essa Resolução trata da tramitação do inquérito civil público e amplia o prazo de 60 para 90 dias para conclusão das investigações.

- Anteprojetos de Resolução nº 13 e 15, que se tornarão uma só, que regulamentam e estabelecem critérios para a distribuição interna dos processos.

- Alteração na resolução nº 36/3009 sobre pedido e uso de interceptação telefônica no âmbito do Ministério Público (MP).

- Projeto de resolução que impede os corregedores-gerais e adjuntos de concorrerem à lista tríplice para escolha de procurador-geral.

- Arquivamento da resolução nº 5. A proposta tinha como objetivo vedar o exercício da atividade político-partidária pelos membros do Ministério Público (MP) que ingressaram na carreira após a publicação da Emenda nº 45/2004.

14. Agenda Parlamentar e Eventos Marcantes

14.1 ANPR e Parlamento: a construção de uma agenda comum

O Ministério Público tem a difícil função de fiscalizar o cumprimento das leis de forma independente e imparcial. É natural que este processo alcance também a classe política. O que não quer dizer que haja menosprezo pelos políticos e, conseqüentemente, pela democracia. Desta forma, a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) busca em sua atuação a convergência de interesses entre as duas instituições.

De acordo com o presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, o processo político não macula o sistema jurídico. Pelo contrário, assegura a sua legitimidade. “Foi no debate democrático perante o parlamento que obtivemos este especial mandato para advogar em nome da sociedade”, afirma.

Na opinião do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP), a contribuição do procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, e do presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, tem sido fundamental ao processo de tornar mais produtiva a convivência e estabelecer formas de atendimento às demandas de ambas as instituições.

Nesse sentido, um passo importante foi a criação de um grupo de trabalho formado por integrantes das duas instituições, a partir de 2005, destaca Temer. Ele pontua alguns dos principais resultados alcançados: “maior transparência nos gastos e na prestação de contas do uso do dinheiro público”.

Para estimular a relação com o legislativo, a ANPR investe na articulação política e mantém instrumentos para fomentar a discussão do tema entre os procuradores da República e parlamentares. Com o projeto Direito e Democracia, por exemplo, promove o debate sobre o aprimoramento do Estado democrático de Direito e, com as publicações sobre o tema, fornece subsídios para tratar questões ligadas à relação entre Direito e Política.

O presidente do Senado Federal, José Sarney (PMDB/AP), entende que o Parlamento e o Ministério Público têm se aproximado e acredita que a colaboração mútua tende a aumentar à medida que a compreensão do papel de cada um se torna mais efetiva. Para ele, a colaboração ocorre tanto em ações complexas como em investigações promovidas pelo Congresso Nacional, quanto no exame de casos individuais iniciados pelo controle interno do Poder Legislativo ou pelo MP. Na atual administração, diz, “solicitei várias vezes ao procurador-geral da República o acompanhamento de investigações no Senado”.

Mesmo considerando a relação boa e respeitosa, o senador Demóstenes Torres (DEM/GO) situa algumas dificuldades no plano pessoal. “Há parlamentares insatisfeitos com o Ministério Público, especialmente com alguns de seus membros que extrapolam na forma de agir”, pondera.

O deputado federal Dimas Ramalho (PPS/SP) concorda que a incompreensão sobre os papéis exercidos pelo MP e Congresso cria obstáculos. Como sugestão para enfrentar as dificuldades, ele propõe a realização de seminários e debates que possam contribuir para estreitar os laços entre as duas instituições.

Articulação no Congresso

A atuação mediadora da ANPR foi reconhecida pelos parlamentares. O presidente do Congresso Nacional, José Sarney, avalia que o papel interlocutor da ANPR “contribui para eliminar áreas de conflito e equívocos que eventualmente se formem”.

Mesmo que haja alguma aresta a ser aparada, foi unânime que a proximidade entre o MP e o Parlamento é fundamental para a defesa dos interesses sociais e para o fortalecimento democrático, na opinião dos entrevistados. Afinal, ambos têm funções afins: se ao Parlamento cabe a tarefa de criar e aperfeiçoar a ordem jurídica nacional, ao Ministério Público cabe defender essa ordem e os interesses coletivos relevantes para a sociedade.

“Precisamos ter um Ministério Público forte, independente e próximo dos interesses da coletividade”, afirma o deputado Dimas Ramalho, que defende o trabalho realizado pela ANPR de zelar pelos interesses, direitos e prerrogativas do Ministério Público e seus integrantes. Para ele, é preciso incentivar a presença constante do MP nas casas legislativas de todo o País, inclusive propondo sugestões de projetos de lei.

Colégio de Delegados faz a articulação parlamentar da ANPR

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) deu um grande passo rumo ao entendimento entre os membros do Ministério Público Federal e do parlamento ao aproximar seus delegados das atividades do Congresso Nacional. No dia 4 de agosto, vinte representantes de diferentes unidades da federação se reuniram em Brasília para acompanhar de perto a rotina parlamentar.

No centro da política, eles cumpriram uma extensa agenda de audiências com senadores e deputados. O objetivo foi mostrar aos que ainda não conheciam a forma como é conduzido o relacionamento entre os poderes. Entre as reuniões, os delegados conseguiram convencer o senador Jayme Campos a rever um voto que prejudicaria a classe quanto ao recebimento da Adicional por Tempo de Serviço, ouviram elogios do presidente do senado, José Sarney, e garantiram espaço na imprensa especializada. Ao final, o balanço foi positivo.

“É enorme a necessidade de se ter algo assim. Achei extremamente útil. Alguns colegas sabem que existe essa atividade no Parlamento, mas perdem o acompanhamento do dia a dia. Supriu a necessidade de informar”, afirmou o diretor da ANPR, José Taumaturgo da Rocha.

A atuação parlamentar realizada durante o chamado “Esforço Concentrado” do Congresso fez parte das atividades da reunião do Colégio de Delegados da ANPR. “Com a iniciativa, pretendi mostrar aos colegas como o trabalho pode ser conduzido nas demais unidades. Creio que, a partir de agora, eles irão fazer o mesmo com seus colegas”, disse o presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha.

Ao final dos encontros, a leitura feita pelos delegados foi de que experiências como essas ajudam a avançar na construção de pontes com o Parlamento. Mesmo nos casos de posições divergentes, ficou claro que o diálogo é o único caminho possível para garantir as prerrogativas da classe.

14.2 O Prêmio Innovare

O objetivo do Prêmio Innovare é identificar, premiar e disseminar práticas inovadoras realizadas por magistrados, membros do Ministério Público estadual e federal, defensores públicos e advogados públicos e privados de todo o Brasil, que estejam aumentando a qualidade da prestação jurisdicional e contribuindo com a modernização da Justiça Brasileira. As práticas identificadas demonstram o rico e diversificado trabalho que vem sendo realizado, e o acervo é disponibilizado no Banco de Práticas deste portal, podendo ser consultado gratuitamente por todos os interessados.

Para cada edição anual do Prêmio Innovare, o Conselho Superior do Instituto Innovare, órgão responsável pelas diretrizes do projeto, escolhe um tema para inscrições. Os interessados em concorrer preenchem um formulário eletrônico, encontrado neste portal durante o período de inscrições e apresentam suas práticas inovadoras e com resultados comprovados. As práticas recebidas, que estão de acordo com o regulamento do Prêmio, são visitadas por consultores especializados e posteriormente analisadas e julgadas pelos membros da Comissão Julgadora. Não serão premiadas ideias ou sugestões para o aprimoramento da Justiça. A cerimônia de Premiação ocorre em dezembro e conta com a participação das maiores autoridades brasileiras.

O Conselho Superior é o responsável pela definição das principais diretrizes e estratégias do Prêmio Innovare como a escolha do tema das inscrições e os membros da Comissão Julgadora. É formado pelos presidentes dos parceiros institucionais Henrique Calandra (AMB), César Mattar Jr. (Conamp), André Luiz Machado Castro (Anadep), Gabriel Wedy (Ajufe), Ophir Cavalcante Junior (OAB), Antonio Bigonha (ANPR), Roberto Irineu Marinho (Organizações Globo), pela Secretaria de Reforma do Judiciário, e tem como presidente o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos.

A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) ingressou para o Conselho Superior do Instituto Innovare no ano de 2009.

Presidente da ANPR participa de reunião da Comissão Julgadora do Prêmio Innovare 2010, no Rio de Janeiro

O ano de 2010 foi de extrema importância para Antonio Carlos Bigonha. Foi a primeira vez que os procuradores da República puderam concorrer ao prêmio.

O Prêmio Innovare já se consolidou no âmbito do Poder Judiciário. Prova disso foi a visita do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, à reunião da Comissão Julgadora do Prêmio Innovare no Copacabana Palace, Rio de Janeiro. Acompanhado de seus assessores e do governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e seu vice, Luiz Fernando Pezão, o presidente cumprimentou os ministros presentes e tirou fotos ao lado do presidente da ANPR, Antonio Carlos Bigonha, de Carlos Araújo e Sergio Renault (Diretores do Instituto Innovare), além de Márcio Thomaz Bastos (Presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare).

Também estiveram presentes, na ocasião, os ministros Gilmar Mendes, Carmen Lúcia Antunes Rocha, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Cesar Asfor Rocha e a direção do Prêmio Innovare.

Premiação Innovare 2010

O prêmio Innovare teve, pela primeira vez, em 2010, uma premiação especial reconhecendo práticas que facilitaram o acesso do preso à Justiça. Na ocasião, em parceria com a International Bar Association's Human Rights Institute, o projeto Começar de Novo, representado pelo juiz Eivaldo Ribeiro dos Santos, de Brasília, foi contemplado com uma bonificação em dinheiro, além de ganhar um estágio em Moçambique, onde terá acesso e auxiliará advogados locais e regionais em causas de direitos humanos. “Nos últimos anos, passamos por diversos lugares do mundo apresentando práticas e levando soluções inovadoras a diversas partes do mundo. O Brasil se destaca pela criatividade, e a prática vencedora Começar de Novo nos surpreendeu bastante. Já é mais do que provado que quando o preso tem acesso a uma nova vida eles dificilmente voltam a cometer crimes”, comenta Dr. Carlos Ayala, membro do conselho do Instituto de Direitos Humanos da IBA.

Em 2010, 113 práticas foram inscritas na categoria advocacia, 87 em juiz, 48 em Ministério Público, 34 em Prêmio Especial, 33 em Defensoria Pública e 25 em Tribunal. Os vencedores foram contemplados com R\$ 50.000,00, além de terem suas práticas disseminadas para outras regiões pela equipe difusora do Prêmio, composta por ministros, advogados renomados, juízes, promotores de justiça e diretores do Instituto. Apenas a categoria Tribunal não recebeu premiação em dinheiro.

O Instituto também contou com a primeira edição internacional, realizada no dia 4 de agosto. Participaram desta primeira edição, países que fazem parte da Cúpula Judicial Ibero-americana (América Latina, Espanha, Portugal e Andorra), tendo como vencedora a prática da República Dominicana.

Os vencedores do prêmio Innovare de 2010 foram conhecidos durante a solenidade de premiação no dia 3 de dezembro, no Supremo Tribunal Federal.

A ANPR apoia o prêmio Innovare, organizado desde 2004 pelo Instituto Innovare, uma associação sem fins lucrativos, localizada em Botafogo, Rio de Janeiro, que tem por objetivo o desenvolvimento de projetos para pesquisa e modernização da Justiça Brasileira, além de disseminar as práticas identificadas pelo Prêmio Innovare.



15. Comunicação Social

15.1 A nova revista ANPR

Com o planejamento estratégico da entidade, foi colocada em prática uma antiga aspiração da diretoria: a mudança da revista Notícias ANPR. A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) apresentou, a partir da edição de nº 52, o novo projeto editorial da sua revista. A mudança começou com o próprio nome da publicação – *Revista ANPR* – e passou pelo *design*, mais moderno e arrojado. Mas é no conteúdo que o leitor está percebendo a grande transformação: seções fixas, com espaço para tratamento e discussão de temas relacionados ao cenário nacional.

A formulação da revista pensou não só no visual, mas no conteúdo como um todo. A antiga publicação da ANPR era voltada para questões institucionais do Ministério Público Federal, de modo que as ações da Associação ficavam em segundo plano. Projetos como Cinema e a Lei e Interiorização ganharam espaço privilegiado na revista. O projeto Direito e Democracia, idealizado por Antonio Carlos Bigonha, também começou a receber menção a cada edição da revista. A publicação é voltada para os associados, senadores, deputados, ministros de Estado, do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

A mudança de *layout* foi pensada de acordo com a visão da ANPR, mais moderna e enfática. O nome da publicação também foi mudado de “Notícias ANPR” para “Revista ANPR”.

15.2 Informativo ANPR

O *Informativo ANPR* foi um dos produtos que foi aperfeiçoado ao longo da gestão de Antonio Carlos Bigonha.

Inicialmente, o periódico era divulgado duas vezes por semana e, em momentos oportunos, era publicado o informativo extra.

A primeira mudança foi mudar a periodicidade, o informativo passou a ser veiculado diariamente. O informativo era publicado na rede membros, um meio institucional de discussão dos membros do Ministério Público Federal.

Porém, o presidente da ANPR sentiu a necessidade de que o informativo fosse aperfeiçoado e não mais veiculado pela rede membros. Com isso, foi criado um *layout* moderno e dinâmico no formato *newsletter*. Agora, o informativo ficou mais enxuto, com notícias relativas apenas à gestão da Associação e suas ações em prol dos interesses dos associados da ANPR. O informativo é enviado diretamente ao *e-mail* de cada associado.

15.3 Clipping

O *clipping* da ANPR é uma das ferramentas que passou por uma mudança substancial. Trata-se de um consolidado de matérias publicadas na imprensa nacional e regional, com assuntos de interesse da entidade e de seus associados.

O investimento nesta nova ferramenta se dá em função do aumento de notícias veiculadas na imprensa sobre a entidade e pela nova postura proativa adotada pela comunicação da associação, com o posicionamento frente às questões de interesse da sociedade.

O antigo registro das notícias diárias era uma seleção das principais notícias do dia em que era publicado no site da entidade. Agora, o *clipping* é enviado diariamente ao *e-mail* de cada associado e pode ser acessado a qualquer hora, pois estará atualizado com as notícias mais recentes. Outra novidade é a periodicidade. Com a mudança, o *clipping* passa a ser enviado também aos sábados, domingos e feriados.

O novo formato propicia interatividade. Os associados podem ter uma página customizada, com os assuntos de seu interesse. Isso porque na área denominada “Meu *Clipping*” os novos aplicativos permitem, por exemplo, filtrar as notícias por região do País, por data ou por um determinado tema, escolhendo assuntos que mais o interessam.

O novo projeto gráfico faz parte do processo de reestruturação da ANPR, iniciado em 2009, com a elaboração do planejamento estratégico da entidade. Um grande avanço em direção ao aperfeiçoamento do nosso trabalho em prol do fortalecimento da classe dos procuradores da República em seu papel de promoção da cidadania.

Em todas as seções da Revista ANPR, percebe-se como as iniciativas da Associação estão pautadas na construção e/ou no fortalecimento do diálogo social.





www.anpr.org.br